

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**TERRORISMO E LIBERDADE DE IMPRENSA:
ESTUDO COMPARADO DO EFEITO DO ATO TERRORISTA
EM UMA AMOSTRA SEGMENTADA DO CLIMA DE OPINIÃO PÚBLICA
GAÚCHO E NORTE-AMERICANO**

Anelise Zanoni Cardoso

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Comunicação Social, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Jacques A. Wainberg

Porto Alegre

2006

RESUMO

Depois de quase cinco anos, os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos permanecem vivos na memória coletiva. Os atos influenciaram diretamente no comportamento dos cidadãos norte-americanos e colaboraram para ampliar as dúvidas sobre a imprensa e sua liberdade. Conhecendo o contexto do terror e que uma imprensa livre é fundamental para o desenvolvimento de uma democracia, esta pesquisa transpõe o dilema do terrorismo aos gaúchos. Com o objetivo de conhecer a opinião de tal público diante situações de ameaça e comparar dados obtidos em pesquisas nos Estados Unidos, o estudo descreve o trabalho da imprensa sob um ponto de vista histórico. São resgatados fatos que mudaram a liberdade da imprensa durante períodos específicos, como a construção das democracias, o desenvolvimento dos regimes autoritários e totalitários, as guerras e o terrorismo.

ABSTRACT

It has been five years, and the September 11th, 2001 attacks to the United States are still alive in the collective memory. The acts had a direct influence in the American citizens' behavior and helped to enhance the doubts about the press and its freedom. Knowing the terror context, and that press freedom is essential to develop a democracy, this research brings the terrorism dilemma to people from Rio Grande do Sul. Interested in knowing the public opinion during threaten situations and comparing data from researches conducted in the United States, this study describes the press with a historical point of view. Facts that changed the press freedom during specific periods have been resumed, like democracy construction, development of authoritarian and totalitarian regimes, wars and terrorism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

P.

Tabela 1 - O que levo em consideração na tomada de uma decisão?.....	108
Tabela 2 - O que é mais importante para você?.....	109
Tabela 3 - Valor/Grau.....	110
Gráfico 1 - Por que você lê jornal?.....	111
Gráfico 2 - Em relação ao trabalho do jornalista, o que você considera melhor?.....	113
Gráfico 3 - O que você acha de um jornal não publicar em sua cobertura de guerra imagens de soldados e civis mortos ou campos de batalhas e cidades destruídas?.....	114
Gráfico 4 - O que você acha de um jornal não publicar em sua cobertura de guerra imagens de soldados e civis mortos ou campos de batalhas e cidades destruídas?.....	116
Gráfico 5 - Sob ameaça do terrorismo, o que você faz diante de um pedido de censura do governo?.....	117
Gráfico 6 - Sob ameaça do terrorismo, o que você faz diante de um pedido de censura do governo?.....	118
Gráfico 7 - Para desfrutar o privilégio de trabalhar ao lado das tropas será necessário se submeter às normas do exército dos EUA. Qual sua opinião?.....	120
Gráfico 8 - Para desfrutar o privilégio de trabalhar ao lado das tropas será necessário se submeter às normas do exército dos EUA. Qual sua opinião?.....	121
Gráfico 9 - Você publicaria uma reportagem que pudesse abalar a imagem pública de um grande anunciante?.....	123
Gráfico 10 - Você publicaria uma reportagem que pudesse abalar a imagem pública de um grande anunciante?.....	124
Gráfico 11 - Você publicaria uma entrevista com um grupo de terroristas sabendo que o seu conteúdo pudesse ajudar na guerra psicológica do terrorismo?.....	125
Gráfico 12 - Você publicaria uma entrevista com um grupo de terroristas sabendo que o seu conteúdo pudesse ajudar na guerra psicológica do terrorismo?.....	127
Gráfico 13 - Você publicaria uma notícia com a foto de seqüestradores sabendo que eles ameaçaram uma família de morte caso esse material fosse divulgado?.....	129
Gráfico 14 - Você publicaria uma notícia com a foto de seqüestradores sabendo que eles ameaçaram uma família de morte caso esse material fosse divulgado?.....	130

SUMÁRIO

P.

1 LIBERDADE DE IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA: UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA.....	14
1.1 APÓS O SURGIMENTO DA IMPRENSA, NASCEM OS CONCEITOS DE OPINIÃO PÚBLICA.....	16
1.1.1 A construção da opinião pública nos Estados democráticos.....	18
1.1.2 O controle da opinião pública.....	19
1.1.3 O poder de pautar a opinião pública.....	20
1.1.4 A espiral do silêncio e a construção da opinião.....	22
1.1.5 A importância da liberdade de imprensa para construir a opinião pública.....	23
1.2 IMPRENSA, DEMOCRACIA E OPINIÃO PÚBLICA: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	25
1.2.1 A luta pela liberdade de imprensa na Inglaterra.....	25
1.2.2 Democracia e a luta pela liberdade nos Estados Unidos.....	27
1.2.2.1 Legislação norte-americana: a busca pela democracia.....	29
1.2.3 A liberdade de imprensa na França.....	31
1.2.4 Democracia e luta pela liberdade de imprensa no Brasil.....	34
1.2.5 Perspectivas históricas da liberdade de imprensa no Rio Grande do Sul.....	37
1.3 CONCLUSÃO.....	40
2 LIBERDADE DE IMPRENSA E OS REGIMES AUTORITÁRIOS E TOTALITÁRIOS.....	43
2.1 IMPRENSA E REGIMES TOTALITÁRIOS.....	44
2.1.1 O exemplo nazista de controle à informação.....	49
2.2 IMPRENSA E REGIMES AUTORITÁRIOS.....	52
2.2.1 O exemplo brasileiro.....	53
2.2.1.1 Vladimir Herzog: morte em nome da liberdade de imprensa.....	59
2.3 CONCLUSÃO.....	61
3 LIBERDADE DE IMPRENSA E A GUERRA.....	62
3.1 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: IMPRENSA CONDUZINDO DECISÕES.....	66
3.2 GUERRA FRIA: CONFLITO DO BEM E DO MAL.....	69
3.3 GUERRA DO GOLFO: COBERTURA AMPLA, MAS COM RESTRIÇÕES.....	71
3.4 GUERRA NO IRAQUE: RESTRIÇÕES CAMUFLADAS.....	76
3.5 CONCLUSÃO.....	81
4 LIBERDADE DE IMPRENSA E O TERRORISMO.....	83
4.1 CONTROLE PELA COBERTURA JORNALÍSTICA.....	89
4.2 ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001: VERSÃO CONTEMPORÂNEA DO CONTROLE DA MÍDIA PELO TERRORISMO.....	91
4.3 EXEMPLOS CONTEMPORÂNEOS DOS REFLEXOS À IMPRENSA APÓS 11 DE SETEMBRO DE 2001.....	97

4.4 CONCLUSÃO.....	100
5 A OPINIÃO DOS LEITORES DE PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA SOBRE LIBERDADE DE IMPRENSA.....	102
5.1 EVIDÊNCIAS METODOLÓGICAS.....	104
5.2 APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	107
5.2.1 Formação de opiniões.....	108
5.2.2 Escala de valores.....	109
5.2.3 Papel do jornal.....	111
5.2.4 O papel do jornalista.....	112
5.2.5 Os valores e o direito à informação.....	114
5.2.5.1 Valor contentamento com a cobertura jornalística.....	114
5.2.5.1.1 Dados isolados.....	115
5.2.5.2 Valor autoritarismo.....	117
5.2.5.2.1 Dados isolados.....	118
5.2.5.3 Valor ambição.....	119
5.2.5.3.1 Dados isolados.....	121
5.2.5.4 Valor prestígio dos anunciantes.....	122
5.2.5.4.1 Dados isolados.....	123
5.2.5.5 Valor segurança nacional.....	125
5.2.5.5.1 Dados isolados.....	126
5.2.5.6 Valor segurança da família.....	128
5.2.5.6.1 Dados isolados.....	130
5.2.6 Conclusão de dados.....	131
5.3 CONCLUSÃO.....	132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÃO.....	140
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXO.....	156

INTRODUÇÃO

Nova York, 8h46min de 11 de setembro de 2001. Manhã ensolarada. Uma aeronave rasga o céu azul do verão norte-americano e colide com a Torre Norte do World Trade Center, no centro financeiro da cidade.

A cena sugeria um acidente. Mas, 16 minutos depois, outro avião se choca com a Torre Sul do mesmo conjunto de prédios, iniciando, então, uma seqüência com outros dois ataques. Ameaças e a exposição de uma imagem de fragilidade passam a caracterizar o cotidiano dos Estados Unidos.

A história do maior ataque aos norte-americanos desde o bombardeio de Pearl Harbor, em 1941, ainda permanece viva no imaginário das pessoas. O êxito da ação refletiu de maneira direta no comportamento dos cidadãos e incentivou a exaltação de novas práticas terroristas pelo mundo.

Uma reflexão mais profunda desta relação entre o público e o terrorismo pode ser feita se analisarmos o trabalho da imprensa na divulgação de tais acontecimentos. Monitorando ao vivo os ataques de 11 de setembro, a imprensa informou, ofereceu detalhes dos atentados, divulgou boatos, colaborou na propagação do pânico e, ao mesmo tempo, tranquilizou a população.

Sua relação com os fatos revelou ao mundo um sentimento até então pouco discutido na esfera pública: a sensação de insegurança e vulnerabilidade dos Estados Unidos. Ver o país ser atacado e a possibilidade constante de ser alvo do terror, estimulou o início de uma guerra

psicológica incentivada pelos meios de comunicação, o que levaria a conseqüências importantes, principalmente, na relação entre o público e a imprensa.

Capaz não só de noticiar os fatos, mas também de atuar como calmante das massas, a mídia, por meio da cobertura jornalística, fez repensar conceitos de liberdade de imprensa arraigados na cultura norte-americana. Uma das explicações é que atores sociais interessados em chamar a atenção do público por meio de suas reivindicações políticas ou ideológicas, chamados de antagonistas na teoria transacional de Wolsfeld (1991), colaboram para conduzir a mídia a uma relação de dependência com os terroristas. Nesta ligação, a imprensa recebeu cenários ricos em imagens, apelos emocionais e viciados em ideologias. A veiculação deste conteúdo significou um aumento da audiência e ampliou as discussões sobre tal liberdade de informar.

Na verdade, os ataques terroristas ao país introduziram um debate, que perdura até hoje. Ameaçados, os norte-americanos vivenciaram o pânico por meio do trabalho dos jornalistas. Durante as coberturas, diversos enquadramentos da notícia alimentaram a curiosidade da população, também assustando e dando maiores proporções à sensação de insegurança. Para confortar a opinião pública, imprensa e governo passaram a assumir estratégias de autocensura e controle para manter a ordem na sociedade e evitar um caos social.

Nessa perspectiva, a restrição à liberdade de imprensa se transformou em uma das artimanhas para reduzir o jogo de poder entre terroristas e a mídia. Ao mesmo tempo em que perdiam o direito de serem informados, conquistado há anos em leis e decretos, os cidadãos dos Estados Unidos passaram a enxergar nesta medida uma garantia de segurança pública. Em outras palavras, para manterem-se longe das ameaças de violência, os norte-americanos optaram por se abster de algumas de suas liberdades, entre elas a de imprensa.

Tal constatação é possível se conhecermos dados recentes de pesquisas (conduzidas pelo Instituto Gallup e por universidades) antes e depois de 11 de setembro. Percebemos, por exemplo, que 78% dos cidadãos afirmam que é importante se abster da liberdade para garantir segurança (dados do Instituto Gallup coletados entre janeiro e março de 2002 em parceria com o Departamento de Psiquiatria da University of Oklahoma). Com a estatística somos remetidos à dúvida sobre o quão importante é a liberdade de imprensa para o público norte-americano e sob quais cenários os cidadãos se abstêm do direito à informações.

Pensando neste questionamento e no contexto histórico e social o qual está inserido o fenômeno do terrorismo e sua relação com a imprensa, lançamos um problema: sem vivenciar a experiência do terror, os gaúchos teriam o mesmo posicionamento que os norte-americanos, se expostos a este dilema?

Para conhecermos a idéia de liberdade de imprensa sob a perspectiva de quem não vive o terrorismo, desenvolvemos esta pesquisa de abordagem empírica e regional. A investigação tem como objetivo testar a convicção do valor liberdade de imprensa em cenários construídos a partir de diferentes realidades do terror e da violência, avaliar o clima de opinião pública dos gaúchos sobre a temática e estudar a trajetória histórica da luta pela liberdade de imprensa no mundo e comparar os resultados obtidos na investigação com dados de pesquisas sobre o tema nos Estados Unidos.

Utilizamos como base da pesquisa a teoria liberal, que valoriza o papel da liberdade de imprensa na democracia. Trabalharemos com a hipótese de que quem vive longe do terrorismo se opõe às restrições do direito à imprensa livre. Além de ter a intenção de conhecer o que pensam os gaúchos, a investigação nos ajuda a desvendar o conceito de liberdade de imprensa para os leitores pesquisados, conhecer em quais situações admitem a censura e em que condições cabem os limites ao privilégio da liberdade de imprensa.

Levando em consideração a trajetória da imprensa em diferentes fases da história, traçamos uma linha de pensamento capaz de abranger conteúdos históricos e empíricos. Fazer este traçado nos exigiu a aplicação de mais de uma metodologia.

A pesquisa bibliográfica permitiu a cobertura de uma ampla variedade de fenômenos históricos. A partir do embasamento teórico oferecido por esta metodologia construímos um *survey* a fim de avaliarmos o clima de opinião pública dos gaúchos no que se refere à liberdade de imprensa no contexto do terrorismo e da violência.

Além de oferecer técnicas que possibilitaram a coleta de dados a partir de um grupo variado de pessoas e de reproduzir com confiança as informações, o *survey* nos permitiu pesquisar o perfil de 222 leitores de Porto Alegre e Região Metropolitana. Os dados coletados foram quantificados por meio de técnicas estatísticas, como percentuais e médias, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado, assim como fazer comparações com pesquisas anteriores realizadas por institutos norte-americanos.

Os resultados deste trabalho podem ser conhecidos em cinco capítulos. Com a intenção de apresentar as bases da formação e da luta pela liberdade de imprensa no mundo, o capítulo *Liberdade de imprensa e opinião pública: uma construção democrática* faz um resgate histórico do surgimento da liberdade de imprensa e dos fatores que levam à formação das opiniões. A linha do tempo traçada, e que é a base para o entendimento do assunto nos dias de hoje, nos permite compreender a relação de importância na manutenção da relação entre liberdade de imprensa, opinião pública e democracia nas sociedades contemporâneas. Para isso, apresentaremos textos sobre as revoluções norte-americana e francesa, o desenvolvimento da imprensa no Brasil e no Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo, intitulado *Liberdade de Imprensa e Regimes Autoritários e Totalitários*, conheceremos estratégias utilizadas para restringir o direito à informação durante períodos específicos. São analisados alguns métodos utilizados pelos governos, como a força

e a pressão psicológica, na propagação de ideologias e interesses políticos. No decorrer do capítulo, conheceremos exemplos concretos do controle a imprensa e do fluxo de idéias durante o nazismo e a ditadura brasileira, por exemplo.

Na terceira etapa, denominada *Liberdade de Imprensa e Guerra*, compreenderemos a relação da imprensa com governantes e exército em épocas de guerra. O tema nos ajudará a entender os efeitos políticos e psicológicos sobre o público, bem como as estratégias utilizadas para controlar a mídia. Ao longo da leitura, será possível descobrir um panorama até então desconhecido por muitos consumidores da imprensa durante conflitos como a Primeira Guerra Mundial, Guerra do Golfo e Guerra do Iraque.

A atuação dos terroristas em manter a atenção do público e em garantir um espaço na cobertura jornalística é o tema principal do quarto capítulo. Em *Liberdade de Imprensa e Terrorismo* temos um recorte do jogo de poder e dependência existente entre imprensa e terroristas na luta pela audiência. Nessa perspectiva, falaremos do controle por meio da cobertura jornalística e dos efeitos do terrorismo na mídia mundial após 11 de setembro de 2001.

Por fim, o quinto capítulo vai nos revelar as coincidências em relação ao pensamento dos gaúchos e dos norte-americanos no tocante à liberdade de imprensa e dará respostas à problemática proposta. Por meio da aplicação de um *survey* com os leitores gaúchos, foi possível conhecer o que mobiliza os gaúchos a se absterem da liberdade de imprensa. Os dados nos permitirão fazer uma análise clara sobre as conseqüências do terrorismo no exercício da liberdade de imprensa.

1 LIBERDADE DE IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA: UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

A democracia é o regime político que se fundamenta na liberdade dos cidadãos, na igualdade perante a lei e na participação indireta das decisões do governo. Para que o Estado exerça seu papel democrata, a imprensa deve atuar como vigilante da sociedade. Mas devido ao seu poder cognitivo e afetivo com o público e à capacidade que tem de produzir respostas, de tempos em tempos, sofre censuras, seja por meio do autoritarismo de Estado ou por influência de interesses empresariais e políticos de grupos variados.

A relação entre imprensa, opinião pública e democracia é complexa. Traçaremos neste capítulo uma linha histórica que permitirá fazer a ligação entre estes três fatores, visando compreender quais são, enfim, as conseqüências e a herança política desta relação.

Imprensa, opinião pública e democracia são inseparáveis desde o surgimento dos primeiros textos impressos, pois o processo de democratização dos regimes modernos surgiu em paralelo ao nascimento da tipografia e o amadurecimento da imprensa. Comunicar-se através de símbolos gráficos e sinais estimulou novas modalidades de pensamento, contribuiu para o desenvolvimento cognitivo da alfabetização, assim como para a construção da opinião pública e a descentralização do poder nos Estados.

Devido ao poder da imprensa de colaborar para a formação de novas idéias, governos e autoridades criaram mecanismos variados de censura com a intenção de barrar a livre expansão de opiniões. Sem acesso completo à informação, o público não recebe dos meios

novas perspectivas sobre a realidade e também não é capaz de formar plenamente seus julgamentos de valor sobre as ocorrências.

A origem histórica da censura começou no século XIII (CHAIM KATZ, 1984). Nesta época, principalmente na França, apareceram os primeiros livros manuscritos e, paralelamente, a necessidade de restringir os conteúdos das bibliotecas – já que, com a diversidade de obras, os leitores poderiam comparar idéias, confrontar textos e formular novos pensamentos em contraposição à ideologia difundida pelas autoridades política e religiosa. Dois séculos depois, com o lançamento do tipo móvel de Gutenberg, a censura parecia necessitar de mais força para poder controlar o livre fluxo de informação da sociedade, tendo em vista que, nesta época, a imprensa se expandiu.

Nessa perspectiva, da mesma forma que os impressos encantavam, fixavam idiomas, impunham regras gramaticais e incentivavam a expressão e o clamor pelo direito à informação. Além disso, ampliou o espaço público de debate ao prover meios tecnológicos que contribuíam para a ampla difusão de idéias e para influenciar na formação da opinião pública (TARDE, 1902).

Neste novo ambiente tecnológico, o jornalismo nasceu como uma janela à realidade. A descoberta da fundição dos tipos móveis daria lugar a uma nova era da comunicação de massas. E nela o mal-estar público à censura igualmente cresceu. Ou seja, os governos passaram a temer a opinião pública. As idéias disseminadas livremente passaram a ser vistas como ameaçadoras ao poder político instituído.

Ao mesmo tempo em que avançavam as restrições sobre a imprensa, novas tecnologias surgidas no século XIX, como o telégrafo e a linotipo, passaram a colaborar na ampliação do número de textos impressos na sociedade européia. Uma grande mudança no cenário mundial, por meio do desenvolvimento da imprensa, ocorrera também após a declaração da Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, em

1789. Durante ambas revoluções, surgiram os primeiros paradigmas da democracia moderna e os primeiros conceitos de liberdade civil e de expressão.

1.1 APÓS O SURGIMENTO DA IMPRENSA, NASCEM OS CONCEITOS DE OPINIÃO PÚBLICA

As principais revoluções que garantiram direitos e liberdade à imprensa e aos cidadãos nem haviam eclodido nos Estados Unidos e na França quando surgiu a primeira denominação do termo opinião pública. Entretanto, uma formação mais abrangente e popularizada de julgamentos, idéias e opiniões, que levariam ao processo de democratização, está relacionada a tais revoltas que marcaram a História.

Utilizada pela primeira vez pelo teórico francês Jean-Jacques Rousseau, na obra *Do Contrato Social*, de 1762, a expressão é denominada como a vontade geral do povo. Para ter validade, este anseio precisava ser unânime. Ou seja, as decisões coletivas deviam atender ao interesse comum, independentemente de qual fosse o processo de expressão ou de apuração das opiniões.

No período em que Rousseau delineou o conceito, a sociedade vivia os primórdios da democracia liberal, onde predominava a imprensa de opinião, formada por jornais a serviço das idéias de seus proprietários. Desta forma, a opinião se resumia aos debates das classes dominantes e era considerada como inalterada e pura.

Graças ao surgimento da imprensa, houve a formação dos públicos. Além disso, avançou-se decisivamente na progressiva diferenciação entre Estado, sociedade e cidadãos. A partir daí, formulou-se a idéia de uma esfera pública autônoma, constituída por pessoas que podiam participar criticamente na condução da política, num espaço que não é o do Estado.

Após as revoluções políticas que marcaram a luta pela liberdade de imprensa no mundo, mais precisamente durante o último quarto do século XIX, a opinião pública era percebida como um problema para a sociedade. Principalmente porque, muitas vezes, representava visões diferentes daquelas que os governos gostariam de propagar. Depois, ela se converteu em objeto da pesquisa sócio-psicológica.

O filósofo francês Gabriel Tarde (1902), por exemplo, passou a separá-la do contexto das instituições políticas e a explicou como um fenômeno e produto resultado do processo de comunicação. A opinião pública passou a representar o estado sócio-psicológico dos grupos, e referia-se às atitudes das pessoas inseridas em um mesmo conjunto ou segmento social, uma expressão de valor sobre um tópico controverso e a manifestação de atitude específica.

A opinião está para o público, nos tempos modernos, assim como a alma está para o corpo, e o estudo de um conduz naturalmente ao outro. [...] A opinião não deve ser confundida com duas outras parcelas do espírito social que ao mesmo tempo alimentam e limitam, que estão com ela em perpétua disputa de fronteiras. Uma é a tradição, resumo condensado e acumulado do que foi opinião dos mortos, herança de salutareis preconceitos, freqüentemente onerosos para os vivos. A outra [...] é a razão. (TARDE, 1902, p. 79-80)

Exposta também como um conjunto de juízos que responde a problemas específicos em certo espaço de tempo, reproduzido por inúmeras pessoas, a opinião pública é conceitualizada distintivamente por várias vertentes de pensamentos. Independentemente dos paradigmas teóricos, há a confiança no poder da imprensa em conduzir as atitudes que formam uma opinião.

No estudo de Lippmann (1922), a opinião pública das comunidades sobre o mundo externo geralmente consiste em imagens estereotipadas provenientes de códigos morais, e animadas por meio dos sentimentos de experiências locais. O autor sugere a teoria de que a opinião é uma versão moralizada e codificada dos fatos. Os estereótipos e códigos vão justamente nos posicionar em algum grupo.

Como elemento da racionalidade, a opinião pública é analisada também como as idéias do povo formadas a partir de uma tradição e do bom senso (HABERMAS, 1978). A vontade geral é antes consenso dos corações do que argumentos. O autor vê o fluxo da movimentação da opinião como um ciclo que flui verticalmente, de cima para baixo. Dos grupos de maior status social para aqueles de menor status.

1.1.1 A construção da opinião pública nos Estados democráticos

Como vimos anteriormente, a libertação do direito de informar e de ser informado e a expansão da imprensa colaboraram para o desenvolvimento das democracias e para a disseminação de novas opiniões, que as tornariam públicas. No processo de construção de tais opiniões, são acionados mecanismos psicológicos variados, como a identificação, a introjeção (assimilação das características dos outros) e a projeção (atribuição ao outro de suas próprias características). Além disso, os estereótipos guardados na mente das pessoas também influenciam na formação das opiniões.

Na verdade, a opinião pública faz parte de um processo em que a maioria das pessoas primeiro define, julga, enquadra o novo estímulo nos termos existentes em suas subjetividades e depois, finalmente, enxerga algo. Neste processo seletivo de percepção, são aceitos parâmetros que a própria cultura definiu, havendo a tendência por parte de grupos variados de criar julgamentos homogêneos sobre um assunto. Por este motivo, cada pessoa integrante de certa comunidade ou segmento social constrói um tipo de estereótipo.

Este sistema subjetivo de percepção pode ser o núcleo da tradição pessoal que permite ao indivíduo a defesa de uma posição na sociedade. São os estereótipos que ordenam a imagem do mundo, onde hábitos, capacidades e esperanças se ajustam entre si. Dessa forma, podem ser considerados recortes simples do mundo, criados a partir de elementos cognitivos e

afetivos que permitem defender pontos de vista diante a sociedade. Tal simplificação dos fatos complexos do mundo permite a retenção na memória de sujeitos variados enquadrados em categorias. Com o tempo e, dependendo da importância, tais estereótipos podem perdurar através das gerações.

1.1.2 O controle da opinião pública

Além do papel da imprensa de informar e colaborar na formação das opiniões, ela é também alvo dos grupos de pressão que a desejam controlar devido ao seu poder de persuasão. Neste caso, como vimos anteriormente, a censura ao conteúdo informativo é uma maneira de direcionar opiniões e evitar a difusão de idéias inadequadas do ponto de vista do governo e atores variados. Um exemplo contemporâneo é a atuação dos terroristas, que com seus atos tentam prender a atenção da população e, ao mesmo tempo, controlar a mídia e a opinião pública com suas ideologias e mensagens.

Há vários tipos de pressão que são constantemente exercidos sobre os indivíduos para a mudança de opiniões. Os homens são bombardeados diariamente com propagandas, cujo objetivo é moldar suas opiniões, atitudes e comportamento. Os grupos de pressão atuam em dois níveis: de um lado utilizam a pressão direta acerca de organismo do poder e de pessoas que exercem esse poder – por outro lado, atuam indiretamente sobre o público que por sua vez pode pressionar o governo com suas opiniões [...] (DA VIÁ, 1983, p.50).

Aceitar ou não o conteúdo jornalístico proveniente desta relação de dependência e submissão entre a imprensa e os grupos de pressão depende de fatores como o nível educacional e o grau de conhecimento do público sobre o assunto. De um ponto de vista mais amplo, a educação contribui para a formação de atitudes, motivações e entendimentos a cerca de uma questão, facilitando os julgamentos. Neste caso, fatores cognitivos podem ser mencionados como incentivadores, e os letrados têm mais chance de influenciar na opinião dos outros.

As teorias da comunicação também nos ajudam a compreender melhor os paradigmas que contemplam a formação da opinião pública por meio do trabalho da imprensa. Por isso, analisaremos brevemente teorias como a *agenda-setting*, de McCombs e Shaw, e a *espiral do silêncio*, de Elisabeth Noelle-Neumann.

1.1.3 O poder de pautar a opinião pública

Quando o conceito de *agenda-setting* surgiu pela primeira vez, o paradigma apontava a mídia como detentora do poder de influenciar a opinião pública. Em mais de três décadas de existência, esta hipótese foi testada e o argumento amadureceu, adquirindo amplitude e complexidade.

A teoria surgiu nos anos 70 e afirmava que a mídia, ao exercer seu papel de mediadora social da informação, influencia as opiniões do público. Ao contrário da tradição do estudo dos efeitos, que analisa a mudança de atitudes das pessoas, o trabalho de McCombs e Shaw (1972) visava examinar o papel da mídia na formação e na mudança de cognições. Esta hipótese da existência de uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública já havia surgido em 1922 no livro de Walter Lippmann.

Para validar o estudo, o professor Maxwell McCombs fez um acompanhamento das eleições dos Estados Unidos no ano de 1968. Uma pesquisa exploratória foi feita com os dados a partir da Universidade de Chapel Hill, na Carolina do Norte. Vinte e quatro dias antes das eleições, cerca de 100 eleitores indecisos (de classes sociais, posições econômicas e raças variadas) receberam o conteúdo de cinco jornais, dois canais de televisão e duas revistas semanais como fonte de informação. Os veículos de comunicação escolhidos apresentavam temas codificados em 15 diferentes categorias, divididas em três blocos: candidatos, campanha e temas.

A partir da “dieta” informativa que alimentava os leitores observados concluiu-se que a mídia havia provocado forte impacto e influenciado as opiniões do leitor. Apesar da constatação, ainda permaneceram dúvidas sobre o poder da mídia em pautar os cidadãos.

Então, a partir de uma nova campanha eleitoral, em 1972, McCombs aliou-se com Donald L. Shaw para aprofundar a pesquisa. Nesta etapa, ambos aplicaram uma pesquisa com 380 pessoas da localidade de Charlotte Ville, no mesmo Estado norte-americano do primeiro experimento.

Como resultado, constatou-se que os eleitores, por meio da mídia, constroem um conjunto de informações mais ou menos comum a esta audiência. Este conjunto se transforma na base para a formação de uma atitude ou uma mudança de atitude. Verificou-se também o chamado duplo fluxo informacional, já conhecido em teorias empíricas dos anos 30, segundo o qual as informações transitam parte na relação entre mídia e receptor e parte através dos chamados líderes de opinião, com os quais as pessoas estabelecem relações emocionais.

Dessa forma, o *agenda-setting* defende a hipótese de que as pessoas constroem suas realidades sociais de acordo com o conteúdo dos veículos de comunicação. Além disso, cada mídia desenvolve um modo diferenciado de influência, dependendo, efetivamente, do grau de exposição do receptor e do grau de interesse que tenha pelo assunto.

Para Wolf (1999), a imprensa aponta os caminhos sobre o que pensar. Para Hohlfeldt, a hipótese é semelhante:

[...] dependendo da mídia, sofremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda. (HOHLFELDT, 2001, p. 193)

Os paradigmas na construção da opinião pública são vários. O fluxo de informações é contínuo, o que leva ao acúmulo de dados, denominado por McCombs (1972) como *efeito de enciclopédia*. As informações são acumuladas, interpretadas e, quando necessário, utilizadas

para compor um posicionamento. Tal efeito colabora com a idéia de que os meios influenciam o receptor a médio e a longo prazo e impõem uma pauta de tópicos sobre o quê pensar.

Para McCombs e Shaw (1972), o *agenda-setting* é mais do que produzir notícias sobre o que pensar. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção quanto os enquadramentos são essenciais para pautar a opinião pública.

1.1.4 A espiral do silêncio e a construção da opinião

Para Elisabeth Noelle-Neumann (1995), o conceito de opinião pública como controlador social não se refere à qualidade dos argumentos, mas ao fator controverso da ameaça de isolamento, da rejeição e do preconceito. Com esta idéia, foi elaborada a teoria da *espiral do silêncio* na construção da opinião pública.

Para lançar o termo, a pesquisadora especializou-se em demoscopia (o termo significa pesquisar a opinião do público para torná-la conhecida), em 1940. A partir de conceitos de percepção seletiva e da acumulação da mídia, pesquisou, entre 1952 e 1976, o que pensavam os alemães sobre si mesmos. As respostas evidenciaram o crescimento de uma imagem negativa da auto-estima. Depois, avaliando programas de televisão do período, a pesquisadora percebeu que a mídia era uma das responsáveis por divulgar tal posicionamento sobre as características dos alemães.

Nos conceitos elaborados afirmou-se que as pessoas são influenciadas não apenas pelo que os outros dizem, mas pelo que imaginam que os outros irão dizer. Cada indivíduo observa seu ambiente, para ver e analisar qual das opiniões e modos de comportamento será aprovado pela sociedade – neste caso, esta estratégia evitaria um possível isolamento ou rejeição diante o grupo.

Além disso, acredita-se que quanto mais a pessoa acredita que sua opinião é semelhante a da maioria, mais próxima ela estará da opinião pública. Então, se o sentimento do público mudar, a pessoa reconhecerá que sua opinião não está mais afinada com a da maioria. A tendência, neste caso, é o silêncio. Em outras palavras, os indivíduos tendem a permanecer em silêncio quando seus pensamentos e idéias fazem parte de uma minoria – esta seria a *espiral do silêncio*.

Portanto, a principal hipótese da teoria é que as sociedades ameaçam com o isolamento aqueles que possuem idéias e julgamentos diferentes do consenso, e que os indivíduos temem esta experiência de exclusão. O medo da rejeição incentiva os indivíduos a avaliarem o clima de opinião, o que provoca mudanças de comportamento.

Para Hohlfeldt (2001), a pesquisadora conceitua a opinião pública como a opinião da maioria, que pode chegar a se expressar livremente, na medida em que se tem acesso aos meios de comunicação. Ou seja, “é um processo de interação entre as atitudes individuais e as crenças individuais sobre a opinião da maioria” (NOELLE-NEUMANN apud HOHLFELDT, 2001, p. 231)¹. Além disso, é importante afirmarmos que o ponto mais importante da *espiral do silêncio* é a observação de que a mídia representa as tendências da opinião pública, lhe confere forma e desenvolvimento.

1.1.5 A importância da liberdade de imprensa para construir a opinião pública

Com a capacidade de atuar sobre o mundo durante as 24 horas do dia, a imprensa é chamada para criar diferentes perspectivas que formam a opinião pública. Por meio da livre informação, divulgar notícias sobre os fatos que permeiam a sociedade se transformou em

¹ NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Return to the concept of powerfull mas media, p.87

exercício de democracia, capaz de promover influência nas decisões políticas e de atuar com a função de atribuir iniciativa e descobrir a verdade dos fatos.

Informando e oferecendo uma janela a aspectos da realidade, a imprensa contribui com o funcionamento da sociedade. O jornalismo, neste caso, tem o dever de oferecer informação com grau máximo de independência, objetividade, imparcialidade e com exatidão, buscando a veracidade e obtendo com isso credibilidade. Se esta missão for degenerada ou constringida, a comunidade consumirá mentiras, boatos e falsidades.

No mercado da informação, além de colaborar na descoberta da realidade, a imprensa influencia o pensamento do indivíduo e pode mudar as atitudes das pessoas. Por isso mesmo, os meios de comunicação são vistos como atores políticos que ora formam e ora deformam a opinião pública.

A imprensa livre representa uma defesa dos cidadãos contra a violência do mundo, e é o melhor guia para o exercício das liberdades em qualquer contexto social. Meios de comunicação com liberdade e participativos são fontes seguras para a circulação de informações, promovendo a participação dos cidadãos na vida pública e em algumas decisões que fazem parte do processo democrático. Além disso, a mídia abre espaços de debate e de diálogo entre vários setores da sociedade, exercendo e colaborando para a crítica das práticas políticas e econômicas, divulgando conhecimento.

1.2 IMPRENSA, DEMOCRACIA E OPINIÃO PÚBLICA: ASPECTOS HISTÓRICOS

1.2.1 A luta pela liberdade de imprensa na Inglaterra

O primeiro país a demonstrar uma cultura de liberdade de informação foi a Inglaterra, onde o processo de democratização deu-se a partir do desenvolvimento da imprensa em contraposição à censura. Para chegar ao estágio de um livre fluxo de informações, entretanto, foi necessário lutar durante séculos pelo fim da censura.

Não se tem uma data precisa de quando começou o controle à informação na Inglaterra. Alguns autores, como Hudon (1963), atribuem este momento às leis lançadas pelo estatuto *De Scandalis Magnatum*, decretado em 1275. A lei, de natureza política, tinha intenção de proteger o reino e controlar a expansão da opinião pública. Para tanto, estabelecia a prisão de quem divulgasse notícias e histórias consideradas falsas e que pudessem causar discórdias entre reis e súditos. A norma era ministrada pela Câmara das Estrelas, considerada a grande responsável pela evolução da censura no país.

Para Jobim (1992), o controle à informação ocorreu na Inglaterra somente nos meados do século XVII. A severidade da lei e da punição levava em conta, principalmente, a preservação da ordem pública. Segundo os decretos da época, os livros de Direito deveriam ser inspecionados pelo lorde-chanceler, as obras de História seriam revisadas por um secretário de Estado e a maioria dos outros materiais inspecionados pelo arcebispo de Canterbury e pelo bispo de Londres. Alimentava-se o temor de que idéias divergentes às ideologias do governo pudessem causar uma revolta da população.

Para banir o controle do direito à informação, que nascia junto à democratização da Inglaterra, nos meados do século XVII, as pressões contra o livre acesso à informação

incentivaram John Milton a lançar o discurso pela liberdade de impressão, chamado de *Areopagítica*.

No século XVIII, a Inglaterra decreta o *Licensing Act*, que abolia definitivamente a legislação inglesa da censura prévia. Nenhum livro precisava se submeter à avaliação antes de ser impresso. Com a lei, mais jornais, livros e revistas passaram a circular. E o controle da democratização do saber e da opinião pública começou a se transformar em tarefa árdua. Na época, a lei de imprensa era sintetizada da seguinte forma:

A liberdade de imprensa é, sem dúvida, essencial à natureza de um Estado livre; mas ela consiste em não impor restrições prévias às publicações e não na imunidade à censura por matérias criminosas quando publicadas. Todo cidadão tem o indubitável direito de expor os sentimentos que entender perante o público; proibir isto é destruir a liberdade de imprensa: mas se ele publicar o que é impróprio, nocivo ou ilegal, deve arrostar as conseqüências de sua própria temeridade. (BLACKSTONE apud HUDON, 1963, p.30)²

A curiosidade pelo que acontecia no dia-a-dia e o desejo de manter-se livre para ser informado colaborou para um crescimento de 36% na circulação de jornais entre os anos de 1816 e 1836, e de 70% entre 1836 e 1856. Até 1881, a curiosidade popular pelas ocorrências do cotidiano foi a responsável principal pelo crescimento de 600% na venda de jornais na Inglaterra (O'MALLEY, 2000).

Tal impulso na quantidade de textos impressos que circulavam na sociedade colaborou para dar início à liberdade de imprensa. Sem condições de controlar as informações que circulavam de maneira rápida pelo território, o governo se mostrou, por fim, sem condições para controlar o fluxo de notícias. A liberdade dos cidadãos da Grã-Bretanha é, em parte, resultado desta luta histórica pela livre informação.

2. (4 Commentaries de Blackstone, 1759, p. 151- 152)

1.2.2 Democracia e a luta pela liberdade nos Estados Unidos

Falar de liberdade de imprensa e democracia nos remete também aos Estados Unidos, um dos primeiros países a lançar diretrizes com a intenção de garantir a informação como um direito do cidadão e da construção da política nacional. No país, a idéia de uma imprensa livre surgiu em paralelo à conquista da independência e da democratização do país, se consolidou com o passar dos anos e nos remete até hoje a questões de importância internacional.

Pouco mais de uma década antes da Revolução Francesa (1789), as 13 colônias do território norte-americano montaram uma revolta para se libertar do domínio inglês, originando o principal modelo de democracia no mundo. A fragilidade do então sistema vigente e a cooperação das colônias entre si em busca da independência foram reforçadas com a mudança de comportamento dos norte-americanos diante das restrições comerciais impostas pela Inglaterra. Onde não houvesse uma lei, tampouco haveria liberdade.

Em busca da identificação e da autonomia, em 20 de junho de 1776, o Estado da Virgínia declarou-se independente com uma explícita Declaração dos Direitos do Homem, e nomeou George Washington como comandante das tropas norte-americanas. O líder encarregou uma comissão de redigir a Declaração da Independência dos Estados Unidos. Em três artigos foram garantidas lições até hoje insuperáveis, como o direito de buscar a felicidade (posicionamento filosófico sem divisas no campo social e político) e bases para a liberdade de imprensa, como é o caso dos artigos 1º e 12º (descritos abaixo).

1. Que todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes e têm certos direitos inalienáveis, os quais quando entram em estado de sociedade não podem, por nenhum contrato, privar ou despejar a sua posteridade; especialmente, o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e perseguir e obter a felicidade e a segurança.

12. Que a liberdade de imprensa é um dos grandes baluartes da liberdade e jamais pode ser restringida senão por um governo despótico. (PEREIRA, 1980, p. 68)

Na verdade, a declaração oferecia liberdade de expressão e de imprensa, de consciência e de cátedra, além de novos conceitos de igualdade e cidadania. No papel, a garantia de independência passava a tratar a esfera do espaço privado como espaço do cidadão, livre da tirania externa. Na prática, a independência consagrava os direitos civis e a autonomia do indivíduo, enquanto a liberdade de imprensa agia também sobre a opinião dos homens, modificando leis e, principalmente, costumes e colaborando para a construção da democracia no país.

A consolidação destes conceitos e garantias se deu em 4 de julho de 1776, quando foi promulgada a Declaração da Independência, com mudanças introduzidas por Benjamin Franklin e Samuel Adams. Inspirado no Iluminismo, o documento reinventava a memória histórica da nação e defendia uma tradição de liberdade nascente. O ser cidadão ganhava um conjunto de direitos reconhecidos que, junto a práticas sociais e culturais, davam sentido de pertencimento, assim como a satisfação das necessidades em relação à igualdade e à liberdade.

De acordo com relatos do pesquisador francês Alexis de Tocqueville (1835), nos Estados Unidos, a independência não somente contribuiu para a construção de uma democracia e o fortalecimento das liberdades civis como ajudou a impulsionar a expansão dos jornais, elemento chave para o fomento da opinião pública e da construção de uma democracia. Na América, a imprensa fez circular a vida política em todas as porções do território. Ela foi (e é) responsável por expor os mecanismos secretos da política, agrupando interesses em volta de certa doutrina. Neste caso, os jornais exteriorizavam os interesses da população.

Hoje em dia, um cidadão oprimido só tem um meio de defender-se: é de se dirigir à nação e, se esta não o escuta ao gênero humano, só há um meio de fazê-lo: é a imprensa. Assim, a liberdade de imprensa é infinitamente mais preciosa nas nações democráticas do que em todas as outras; só ela pode curar a maioria dos males que a igualdade pode produzir. [...] “A imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade” (TOCQUEVILLE, 1835, p.65).

Se até o século XVIII a falta de liberdade civil nos Estados Unidos era encarada como falta de poder dos cidadãos, foi com o surgimento da imprensa que nasceu a idéia mais concreta de uma vida livre. Tanto que, no século seguinte, a liberdade de imprensa norte-americana obteve grande aceitação e serviu de modelo para outras nações.

1.2.2.1 Legislação norte-americana: a busca pela democracia

Considerado um dos países modelo do exercício da livre imprensa e da democracia, os Estados Unidos lançaram mão, na era contemporânea, de uma série de legislações que mudaram o direito à informação e a construção da opinião pública. Como exemplo, podemos citar a Lei de Liberdade de Informação, criada em 1966.

No documento, foi estabelecido que as agências pertencentes ao poder Executivo e às comissões independentes do governo federal se colocassem à disposição dos cidadãos que solicitassem arquivos, informes, regulamentos e biografias de membros do governo. A regra só não valeria quando a solicitação se referisse a informações secretas, isentas por lei, comerciais ou financeiras confidenciais, memorandos internos ou entre agências, informações pessoais com históricos de saúde, informações geológicas e geofísicas e relacionadas a informes de instituições financeiras.

Posteriormente, em 1974, o acesso dos cidadãos às informações do governo foi ampliado por uma emenda aprovada pelo Congresso e que diminuiu obstáculos burocráticos criados a partir de 1966. Ao contrário da lei da década de 60, que exigia que dados estivessem disponíveis para consulta ou cópia, a lei mais recente solicitava que órgãos federais publicassem dados relacionados a avaliações e acordos, procedimentos internos, regulamentações e manuais referentes ao trabalho administrativo.

Dez anos após a última lei, o Congresso aprovou uma legislação que definia as obrigações da Agência Central de Inteligência (CIA). Entre algumas resoluções citadas estão:

- a) Autorizar a CIA a negar o direito estabelecido por lei de liberdade de informação, a revisar arquivos operacionais que contenham informação sobre a identidade de fontes e métodos utilizados. A medida também elimina o requisito de ter os arquivos revisados por funcionários encarregados de determinar que materiais podem ser divulgados;
- b) Revogar regulamentação do Departamento de Justiça e do Departamento de Administração que invocava a lei de privacidade para negar aos cidadãos o acesso a informações pessoais contidas nos arquivos da CIA;
- c) Estabelecer que a CIA responda aos requerimentos amparada pela lei de Liberdade de Informação, de acesso a informações sobre atividades encobertas ou supostamente irregulares, cometidas pela própria CIA.

Concomitante às garantias à liberdade de informação, o país aprovou também, em 1974, a Lei de Privacidade. A lei autoriza, pela primeira vez, os cidadãos a revisarem informações sobre si mesmos contidas nos arquivos das agências federais e a impugnar as mesmas, corrigindo-as ou acrescentando informações. As resoluções incluíam também a possibilidade de impedir que um órgão possuísse dados de uma pessoa e os colocasse à disposição ou em uma outra dependência sem o consentimento da mesma, proibir a transferência de informações pessoais a outras agências federais, estabelecer multas em caso de violação de dados, entre outras.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, entretanto, teremos um diferente panorama da liberdade de imprensa no país. Devido à pressão política e ideológica dos grupos terroristas, legitimada por meio da violência, novas normas e restrições foram aplicadas para banir a liberdade de imprensa (como exposto no quarto capítulo).

1.2.3 A liberdade de imprensa na França

A necessidade de oferecer ao povo autonomia e liberdade fez da França um dos berços da liberdade de imprensa. A trajetória rumo aos novos princípios de um país democrático se consolidaram, principalmente, com a Revolução Francesa, em 1789. Mas até esta data, o país viveu sob censura e lutou pela conquista do livre direito de informar.

Até o início da revolta que mudaria as perspectivas de igualdade e liberdade para os franceses, o país vivia sob o Antigo Regime. O período era marcado pela ausência de liberdade de imprensa e a sociedade se vangloriava de ter um único jornal diário – os periódicos políticos pré-revolucionários eram editados no exterior e importados para o país – para abastecer-se de informações (POPKIN, 1996).

Na época, a Coroa vigiava os impressores e livreiros, controlando as idéias e implantando uma “política” de pensamento. Desde cedo, o poder da imprensa na construção das opiniões era reconhecido, o que induzia os governantes a implantar a censura para modificar (ou proibir) o material escrito antes de sua publicação, prevenindo que idéias e conceitos “desviantes” sobre o governo pudessem construir opiniões supostamente ameaçadoras. Neste caso, conforme Roche (1996), eram detectadas e apreendidas as obras consideradas perigosas, clandestinas e proibidas.

Na verdade, a pressão das autoridades governamentais para implantar e desenvolver a censura aumentou com a proximidade da revolução. Números revelam que, antes de 1660, havia menos de 10 censores na França. Às vésperas da revolução, mais de 160 censores estavam empregados no Estado (ROCHE, 1996). Os dados são compatíveis com o crescimento do número de livros e obras que passaram a circular pelo país, mas revelam, sobretudo, a política de “contenção” intelectual – sabendo do poder dos impressos na

construção da opinião pública francesa, a tarefa mais sensata para o governo era abolir a circulação de obras consideradas ameaçadoras ao poder.

Exigindo a ruptura com a tradição e a projeção de um novo tempo, a França acolheu a liberdade de imprensa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nascente com a revolução. A Declaração mudou os rumos de sua independência e política, e exigiu pulso firme para desenvolver novos pensamentos e direitos. Em um dos seus artigos, por exemplo, foi expresso explicitamente a liberdade dos homens em se comunicar e manter o direito à informação:

“Artigo 11 – A livre manifestação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: todo cidadão pode, portanto, falar, escrever e imprimir livremente, à exceção do abuso desta liberdade pelo qual deverá responder nos casos determinados por lei” (CARVALHO, 1994, p.16).

A Revolução Francesa formou uma pátria intelectual comum, na qual os homens de todas as nações tornaram-se cidadãos. Considerada uma revolução política que procedeu à maneira de uma revolução religiosa, o conflito encontrou seu alvo por meio da pregação e da propaganda. Considerou os cidadãos de maneira abstrata, e indagou sobre os deveres e direitos gerais do homem em matéria de política.

Além disso, lançou declarações de direito que davam forma ao chamado Estado liberal, ou liberal-burguês, com características do individualismo e no qual o Estado surge como servidor. O evento também representou o mais nobre ato de introdução à era da modernidade. Inspirada nos ideais iluministas e enaltecendo a importância da imprensa, o lema "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" ecoou em todo mundo, ascendendo os valores burgueses.

A imprensa revolucionária foi uma das principais instituições que ajudou a estruturar o novo mundo da política francesa. O surgimento de um número cada vez maior de jornais coincidia com o início desta nova era. Nessa perspectiva, Popkin (1996) descreve que a

imprensa era o único meio de instituir a soberania popular num país que rumava à democratização.

Depois, do início do século XIX até a Lei de 1880, os jornais viveram entre o regime de censura e a plena liberdade de imprensa. De fato, a imprensa periódica foi indispensável para dar legitimidade às novas leis da revolução, mesmo se considerando que, em 1789, a maioria do povo francês não sabia ler, e sua liberdade representava tudo aquilo que não prejudicasse o outro. Além disso, na visão de Pereira (1980), a livre expressão era encarada como um dos direitos mais preciosos do homem.

Mesmo com a imprensa marcando sua importância na formação da democracia e de um novo regime na França, a Constituição do país, que é posterior, de 1791, voltou a dar importância à censura prévia. A Constituição de 1793 – chamada de Constituição Jacobina e promulgada após a derrocada da monarquia e a execução de Luís XVI – prescrevia uma liberdade indefinida.

Só a liberdade, pelo contrário, pode combater de modo eficaz os vícios naturais a estas sociedades, retirando-as do plano inclinado em que se encontram. Com efeito, só a liberdade pode retirar os cidadãos do isolamento, no qual vivem por força da própria independência de sua condição, para obrigá-los a se reaproximarem uns dos outros. Só a liberdade pode reanimar e reunir os cidadãos todos os dias, pela necessidade de persuasão e de entendimento recíproco, bem como da cooperação na prática de questões comuns (TOCQUEVILLE, 1835, p. 70).

Durante o embate pela liberdade de imprensa, os escritores se tornaram uma potência política e, de fato, a primeira do país, afirma Tocqueville (1856). Os filósofos delineavam novos caminhos para a formação de idéias da opinião pública. Contempladores da sociedade que estava sob seus olhos, eles passaram a repensar tradições antigas e a montar uma sociedade a seu tempo, conforme um plano inteiramente novo, que cada um esboçava à luz de sua razão. A própria condição desses escritores preparava-os para apreciar teorias gerais e abstratas em matéria de governo e nelas confiar cegamente. Essa mesma nação, tão alheia aos

seus próprios assuntos e tão desprovida de experiência era, ao mesmo tempo, a mais letrada e a mais apaixonada pelo cultivo do espírito.

1.2.4 Democracia e luta pela liberdade de imprensa no Brasil

Não só os europeus e os norte-americanos viveram a época do fervor da comunicação e da divulgação de opiniões após a era do tipo móvel de Gutenberg. No Brasil, o período de desenvolvimento da imprensa e o despertar da revolução do conhecimento ocorreu com cerca de 400 anos de atraso, mais precisamente com a chegada da Corte de Dom João VI, em 1808. No país, a expansão da imprensa também representou uma inserção contínua da opinião pública da sociedade – mesmo tendo em vista que o número de alfabetizados era pequeno –, assim como o início da batalha contra a censura e a busca pela formação de um Estado democrático.

Controlada por poderes reais, a imprensa teve desenvolvimento tímido em seus primeiros anos. A introdução de prelos e tipografias no Brasil era proveniente, principalmente, do empenho dos governantes portugueses que se instalaram no país. A mobilização em torno do aperfeiçoamento de tecnologias que ampliassem a circulação de informações colaborou, inclusive, para o nascimento do primeiro jornal de língua portuguesa na América, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada por Frei Tibúrcio José da Rocha.

Devido ao fato de não ter nascido livre, desde cedo, a imprensa brasileira sofreu com a limitação na divulgação das informações, ao mesmo tempo em que engatinhava para conquistar um espaço que colaborasse na formação das opiniões e no processo de democratização. O conteúdo divulgado nos impressos era também alvo de interesses do governo. Por meio da imprensa era possível reproduzir textos de interesse governamental, o que dava a idéia de que atuava como porta-voz das ideologias governistas.

Além do controle direto de seu conteúdo, os jornais brasileiros foram monitorados por três censuras no início de suas atividades: a do Ordinário, a do Santo Ofício e a da Régia. Na fase que predominou este rígido controle das atividades de impressão (de 1808 a 1820), a média de conteúdos impressos por ano era de 52 unidades. Com o fim da censura prévia, as publicações ganharam mais liberdade. Conforme Jobim (1992), acredita-se que o número tenha crescido para cerca de 265 por ano.

Com as proibições à imprensa, foi fomentado o nascimento dos primeiros periódicos produzidos em Londres, como o *Correio Braziliense*, surgido entre 1808 e 1819, editado por Hipólito José da Costa e enviado clandestinamente ao Brasil. A publicação tinha caráter político e abriu espaço para as informações geradas na Europa. Considerado o mais antigo periódico brasileiro, o *Correio* mostrou para o Brasil a atuação de Hipólito da Costa na defesa da liberdade de imprensa.

Durante o Segundo Reinado, no comando de Pedro II, a imprensa viveu seu melhor período de liberdade do século. Era possível ser livre para dizer o que se quisesse sobre o soberano, e o imperador se recusava a aprovar medidas que limitassem o poder de comunicação. Os jornais passaram a ampliar a idéia de que funcionavam como uma janela à realidade, sem sofrer com restrições relevantes.

Com a independência do Brasil, em 1822, o poder da imprensa ganhou destaque no cenário político, e as publicações independentes passaram a atuar diretamente nas lutas políticas e no desenvolvimento de instituições. Depois, surgiu o jornalismo no país, oferecendo à sociedade uma visão ainda mais crítica e opinativa sobre o processo político e social e levaria à construção da democracia. Conforme Rüdiger (1993), neste período, que perdurou até meados do século XX, as forças políticas descobriram na imprensa a maneira ativa de atuar na formação da opinião. Neste caso, a liberdade de informação representava para o povo letrado a maneira prática de digerir as idéias que surgiam.

Uma série de estados de sítio foi presenciada no Brasil após a primeira República, o que fez ressurgir a censura. A ausência de uma legislação eficaz, contra os abusos da liberdade de imprensa favoreceu a circulação livre das idéias e da informação, mas justificou uma variedade de atentados contra a imprensa.

No governo de Floriano Peixoto (1891-1894), prisões e deportações terminaram com o legado da liberdade de informação, gerando prisões e deportações. No início do século XX, quando as estruturas arcaicas da imprensa deram espaço a padrões sintonizados com as necessidades do mercado (em paralelo com as expectativas de leitores, anunciantes e mandatários do poder), foi consolidado o processo de modernização do jornalismo brasileiro. Com um viés patriótico, amplamente contribuindo para a formação e manutenção das bases políticas do país, as mudanças se transformaram em uma tendência que impediram até mesmo a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas. No pós-guerra, estas características perderam força, abrindo oportunidades para a entrada de capital estrangeiro na economia nacional.

A introdução de novas técnicas de impressão foi favorecida pelo apoio do governo, afirma Caparelli (1989). A modernização dos equipamentos seguiu, principalmente, pelo avanço das tecnologias no rádio e na televisão, que tinham a capacidade de abranger públicos maiores e de não exigir o esforço da leitura. Houve, a partir de então, uma tendência à concentração de capital regional e a formação de oligopólios da comunicação.

Na Segunda República, de 1945 a 1964, o país assistiu ao fortalecimento dos partidos políticos de caráter nacional e à grande efervescência social. A indústria expandiu-se rapidamente e o país tentou reaver a democracia por meio de uma política autoritária (o assunto será abordado no próximo capítulo).

Após 1985, o país tem um novo cenário na comunicação. A partir de então, ocorre a modernização da indústria jornalística brasileira, que amplia suas conexões internacionais, os

desafios tecnológicos e consolida a retomada de um estado democrático. O modelo da liberdade de imprensa, adotado no Brasil durante os séculos XIX e XX, com forte influência francesa, segue novos rumos com a Constituição de 1988. Nessa época, o país adota o modelo norte-americano, o que não inibe a vigência da Lei de Imprensa, de 1967, que disciplina os crimes de opinião.

1.2.5 Perspectivas históricas da liberdade de imprensa no Rio Grande do Sul

No território gaúcho, a relação entre o surgimento da imprensa e a construção de uma democracia nasceu quando os serviços de correio privado e os relatos veiculados em impressos, que eram a fonte da informação da população, cederam lugar para as publicações periódicas, com circulação regular. Ou seja, as bases para a democratização do Estado são concomitantes ao surgimento do jornalismo. Nessa perspectiva, a busca da própria liberdade de imprensa nasceu em meio aos processos políticos que levariam à Revolução Farroupilha, em 1835.

Embora o Rio Grande do Sul tenha como marco da história da imprensa a revolução de 1827, o território já contava com seu primeiro jornal gaúcho: o *Diário de Porto Alegre*. Gerado em uma sociedade que garantia um bom nível de desenvolvimento econômico, político e social, o periódico dava vida às condições de civilização que progrediam e comandava novos rumos à liberdade de expressão e conhecimentos a um público letrado nascente (RÜDIGER, 1993).

O periódico era, na verdade, um minijornal, com duas páginas. O veículo fomentava opiniões e apresentava um recorte da realidade por meio de informações sobre atos e comunicados oficiais do governo provincial. Com caráter oficial, o diário agravou atritos entre a administração provincial e o exército imperial, principalmente por divulgar

irregularidades em Porto Alegre. De acordo com alguns historiadores, os primeiros desencontros de opinião e desavenças entre a administração provincial e a corte, provenientes das matérias publicadas no periódico, são o germe que acabaria por culminar a eclosão da Revolução Farroupilha, poucos anos depois.

Assim como no contexto norte-americano e francês, o desenvolvimento do primeiro jornal gaúcho está ligado à economia e à necessidade de traçar caminhos para a independência e a liberdade. Neste caso, o *Diário de Porto Alegre* abriu caminhos para novos periódicos, na medida em que não só o comércio precisava de notícias sobre mercados, câmbios e legislação, como editores desejavam oferecer mais informações à população. Diante dessa perspectiva, Rüdiger (1993) relembra o surgimento de 32 jornais gaúchos no período de oito anos, a maioria deles com matérias opinativas sobre questões públicas – o que estimulava a participação da população. Os veículos atuavam como verdadeiros partidos na garantia dos direitos e na condução de projetos da sociedade civil que levariam à democratização.

Devido a tais características, os primeiros 25 anos de imprensa gaúcha foram marcados pelo caráter político. O conteúdo jornalístico era elaborado sem contexto, e os espaços, preenchidos com anúncios. Os pasquins, pequenas publicações, eram os que mais caracterizaram o período. Eles conviviam regularmente com a violência, na medida em que constituíam uma espécie de agressão aos conceitos jornalísticos no século XIX, devido ao seu caráter alternativo.

O princípio liberal da liberdade de imprensa constituía o horizonte dominante do jornalismo da época, mas se encontrava em contradição com o estágio de desenvolvimento dos jornais e a exploração da imprensa feita pela classe política. Em consequência, os homens da imprensa levavam uma vida perigosa, sujeitas às violências dos adversários políticos e às pressões policiais. Os processos criminais, a condenação a penas de prisão, os atentados à bala, o empastelamento de jornais e a destruição das tipografias tornaram-se por isso característicos do processo de formação do jornalismo do Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 1993, p.22).

Após o término da Revolução Farroupilha, em 1845, foi fundado o *Correio do Sul*, fechando logo após para reaparecer em 1855, em sua segunda fase. Dois anos depois, os

gaúchos conheciam o jornal *Argos* e, no ano seguinte, *O Cabeleira* e *O Porto Alegrense*. Em 1849 dois novos jornais – *Correio de Porto Alegre* e *O Mercantil* – marcaram a época na Capital.

Quando a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária, na metade do século XIX, fez-se necessário o aparecimento do jornalismo político-partidário no Estado. O primeiro diário deste estilo, o jornal *A Reforma*, surgiu em 1869. Para manter o controle de suas atividades e do pensamento que começava a atingir o espaço público devido à circulação de notícias, os políticos encarregaram-se de montar suas próprias empresas, lançar seus periódicos e assumir o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas. Nasceu ali o jornalismo com o conceito de formador doutrinário da opinião pública.

Na verdade, com este tipo de jornalismo consolidou-se, de fato, a idéia de que os jornais tinham papel opinativo e a capacidade de conduzir as idéias das massas. Com o tempo, o jornalismo se organizou com a função de dirigir a opinião nacional e de reduzir as manifestações de violência geradas com os pasquins. De acordo com Rüdiger (1993), no início da imprensa no Estado, registrou-se, no máximo, cinco atentados cometidos contra jornais e jornalistas. Na República Velha, entretanto, violências militares dos tempos de guerra civil se prolongaram como violência política contra a liberdade de expressão.

Os atos de violência perduraram até meados da década de 30. O jornalismo político-partidário parecia disposto a sofrer violências de todos os tipos, especialmente porque o poder dos republicanos restringia o espaço de atuação da oposição liberal à imprensa, radicalizando discursos e confundindo as funções dos políticos com as dos jornalistas.

À medida que o discurso político se amenizava, os atentados contra a liberdade de expressão reduziam. Na verdade, o próprio jornalismo político-partidário perdia força, e a

circulação dos veículos diminuía. O público também demonstrava perda de interesse pelo estilo, o que ampliava o desaparecimento destes jornais.

Nos anos 30, as folhas acentuaram sua decadência. E, durante a Revolução de 32, a imprensa libertadora foi desarticulada com o encerramento das atividades de diversos jornais. No Estado Novo, em meio às turbulências do regime, foi fechado oficialmente um grande número de jornais, deixando órfã a variedade de artifícios que colaboravam para a construção da opinião pública no Estado.

1.3 CONCLUSÃO

A imprensa não nasceu livre e, devido a sua característica de mobilizar os cidadãos, colaborar na construção de opiniões e auxiliar no comando da sociedade, desde seu surgimento, é alvo e coadjuvante de jogos de poder.

O legado deixado pelas revoluções, por meio das disputas travadas com a intenção de garantir a liberdade de informar, nos faz compreender esta importância que a imprensa tem, principalmente na construção da opinião pública. Na verdade, existe uma espécie de magia sobre seu papel na sociedade. O trabalho de informar livremente e colaborar na formação da opinião pública encanta e é requisito básico para a manutenção de uma sociedade igual, democrática.

Por outro lado, o controle do fluxo de informações, que vai contrário às doutrinas que pregam a livre informação, representa uma forma de tentar, de alguma maneira, formar novas opiniões e conduzir idéias de acordo com ideologias criadas por governos e autoridades. Neste sentido, quando a imprensa passa a veicular notícias opostas às idéias políticas e ideológicas das autoridades, a censura e o controle são garantias para induzir o pensamento dos cidadãos.

Na verdade, as múltiplas relações entre imprensa e autoridades, existentes desde os primórdios, são espelhos dessa luta pelo poder: de informar, conhecer novas perspectivas e debater. Nos dois últimos séculos, o cenário dessa era pela luta da informação (seja unicamente pelo seu controle ou pelo exercício de transmiti-la de maneira verídica) vem sendo marcado também por políticas de autoproteção, que encontram na censura uma peça-chave, por restrições que ameaçam o exercício da democracia e por ações que exaltam a violência. Atualmente, é possível listar governos que restringem o trabalho dos jornalistas e situações nas quais a sociedade é banida do seu direito de manter-se informada.

Em uma perspectiva mais ampla, podemos citar países como a Coreia do Norte, Eritreia e Turcomenistão que constituem a lista dos piores locais para o exercício da liberdade de imprensa, de acordo com um relatório de 2005 da organização *Repórteres sem Fronteiras* (CLASIFICACIÓN, 2005). Nestes países, a imprensa privada não existe, a liberdade de expressão é nula e a democracia é um processo que não faz parte da maneira de governar. Os jornalistas que ali trabalham são representantes oficiais do governo, e qualquer desvio de conduta é transformado em pressão psicológica ou até mesmo em morte.

Nos últimos anos, devido à guerra, o Iraque é outro país que vem se transformando em espaço de hostilidades para os jornalistas, deixando ainda mais exposto o conturbado jogo de poder entre a imprensa e as autoridades (mais detalhes podem ser conferidos no terceiro capítulo). Em uma análise geral, um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) afirma que as guerras vitimaram com a morte pelo menos 274 jornalistas em zonas de conflito entre 1990 e 2002 (FREEDOM, 2005).

O mosaico de restrições à liberdade que se forma na era contemporânea não poupa também as democracias ocidentais. No Brasil, de abril de 1997 a novembro de 2005, o *Programa em Defesa em Defesa da Liberdade de Imprensa da Associação Nacional de Jornais* (ANJ) registrou 179 casos contra o direito da livre informação.

Em um ranking mundial da *Repórteres sem Fronteiras* sobre as nações com maior ou menor liberdade de imprensa, os Estados Unidos, onde nasceram os princípios da liberdade de imprensa, caíram 20 posições no último ano. Ocupando o 44º lugar, ficando atrás de países como Hong Kong, África do Sul e Chipre, o país decresceu na lista do último ano devido, principalmente, ao encarceramento de jornalistas, como foi o caso da repórter do *New York Times* Judith Miller, e de políticas para manter a segurança pública, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Por fim, pode-se afirmar que, embora o tempo e as novas tecnologias tenham colaborado para a liberdade de imprensa, atitudes autoritárias e governos rígidos ainda comprometem o direito de informar. A idéia deixada pelas revoluções de que a liberdade de imprensa é fundamental para a construção e manutenção de uma democracia permanece. Mas o desejo pelo controle também faz parte de um jogo de interesses que parece nunca ter fim.

2 LIBERDADE DE IMPRENSA E OS REGIMES AUTORITÁRIOS E TOTALITÁRIOS

Com o poder de invadir e manipular o imaginário coletivo por meio de técnicas de propaganda e persuasão, os regimes autoritários e totalitários propagados pelo mundo, principalmente no século XX, encontraram na repressão, na censura e nas ameaças algumas das estratégias mais eficazes para controlar o livre fluxo de informações. Em busca de uma unidade de pensamento, na qual uma das idéias principais era demonstrar o papel do Estado como mantenedor da ordem e do desenvolvimento, estes governos proibiram escritores de publicar obras consideradas de contrapropaganda, esconderam informações, torturaram jornalistas e intervieram nos meios de comunicação.

Tais medidas eram aplicadas com a justificativa de que representavam uma estratégia para criar a imagem de um país harmonioso e (paradoxalmente) livre de conflitos. Existia a intenção de promover uma linha de pensamento que incentivasse a população a manter uma opinião concentrada nos parâmetros propostos pelo governo. Além disso, prevalecia nestes regimes o controle da voz dissonante.

Para conhecermos as estratégias utilizadas na restrição à liberdade de imprensa e a relação destes dois regimes com o exercício do direito à informação, este capítulo tem o objetivo de traçar uma linha histórica dos fatos. Serão analisados tópicos pontuais para que seja possível conhecer a influência dos governos no trabalho jornalístico e a disponibilidade e luta da imprensa durante sua tortuosa relação com os estados autoritários e totalitários.

Primeiro abordaremos a posição do totalitarismo sobre o direito da livre informação, no qual negava-se a total liberdade de Estado. Depois, falaremos do posicionamento do autoritarismo diante as questões da liberdade de imprensa. De modo geral, os dois movimentos significaram o fim de uma ilusão proveniente das idéias democráticas, na qual o povo participava ativamente do governo e simpatizava com o partido da situação.

2.1 IMPRENSA E REGIMES TOTALITÁRIOS

Com a idéia de que fortaleceria o Estado, colaborando para o acúmulo de poderes e funções, o totalitarismo surgiu no mundo no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e se fortaleceu animado por uma tradição antidemocrática que tinha o objetivo de aproximar o povo e o governo. Caracterizado pela negação total da liberdade e pelo controle do homem pelo Estado, tal doutrina não reconheceu limites e direitos. Para garantir a repressão da liberdade individual e a formação de uma opinião pública consensual, importantes para manter o regime, foi utilizado como estratégia principal a propaganda (bastante veiculada por meio da imprensa).

Nos regimes totalitários, os governantes encontram no controle da imprensa uma forma de impor suas ideologias. Em contraste com a democracia, este tipo de governo controla e limita informações, mantendo em sigilo as decisões de Estado, restringindo a participação da opinião pública na vida política. Tais características têm a intenção de barrar a formação de idéias pluralistas para construir visões unitárias do mundo. Na visão de Ebenstein (1967, p. 18) “o totalitarismo quer tudo do homem, seu corpo, sua alma, e não há atividade humana – política, econômica, social, religiosa ou educacional isenta do controle e do domínio governamental”.

A idéia de construir um pensamento homogêneo na sociedade, formado de acordo com a ideologia oficial, faz com que a população deixe de participar da cena pública e se submeta às ações de manipulação. Por não se contentar em governar por meio do Estado ou de uma máquina de violência, as autoridades subjagam e aterrorizam os indivíduos, utilizando os meios de comunicação, como os jornais e o rádio. Ainda assim, por meio das estratégias de propaganda, vende-se a idéia de que o Estado e seus objetivos são os únicos elementos capazes de garantir unidade e segurança nacional, o que elimina a distância entre governantes e governados.

Tendo o poder de mobilizar as massas, a propaganda visa a doutrinação pública. Portanto, neste tipo de regime, a comunicação é vista como um instrumento de uma guerra psicológica.

Uma das táticas extremas de coerção utilizadas para reprimir as liberdades foi o uso dos campos de extermínio, como os existentes na Alemanha nazista, e os de trabalho escravo na China comunista e na antiga União Soviética. A tortura, o espancamento e a fome também foram usados para punir os opositores políticos e seus supostos seguidores. Estas pessoas eram apresentadas ao povo por meio da imprensa porque se tinha a intenção de deixar claro que quem se opusesse ao governo receberia punições.

Além de agir na ampliação de seus conceitos e idéias, impossibilitando a formação de opiniões divergentes e pluralistas, tais regimes esforçaram-se em levar adiante a proposta de manter a imagem do partido como exemplar organização política. Na verdade, o Estado totalitário não admite interesses de qualquer grupo que não os do governo, e deixa essa idéia muito clara quando se apodera da imprensa e ameaça os cidadãos com a punição da morte, perseguindo indivíduos, fazendo escutas e controlando diretamente o direito de liberdade civil e de expressão.

Entre os exemplos mais importantes do totalitarismo podemos citar o fascismo, uma doutrina totalitária de extrema-direita desenvolvida na Itália por Benito Mussolini, a partir de 1919. Surgido como uma reação à ameaça imposta pelo triunfo do comunismo na antiga União Soviética, em 1917, o regime¹ pregava que o povo era incapaz de se governar, e devia ser comandado por um grupo de líderes seletos. Dessa forma, os partidos foram suprimidos, impossibilitando a construção de opiniões diferentes daquelas desejadas pelo governo.

Tendo como uma das metas a exaltação da nação e da raça acima do indivíduo, o fascismo utiliza modernas técnicas de propaganda e censura para suprimir pela força a oposição política. Além disso, para controlar a propagação de opiniões contrárias às suas ideologias, o regime exterminou a vida de milhares e controlou de maneira rígida o fluxo de informações.

No caso italiano, foi uma reação à falha aparente do *laissez-faire* e ao medo dos movimentos de esquerda. De certa forma, foi o resultado de um sentimento geral de ansiedade e medo dentro da classe média na Itália do pós-guerra. A doutrina emergiu como uma última esperança da Itália para evitar o colapso iminente do liberalismo italiano e a revolução comunista. Nessa perspectiva, tal concepção teve como objetivo tentar abranger todas as fases do pensamento humano e seguir com devoção os valores do regime. Assim, o controle da imprensa se faz como objeto de legitimação desta ideologia de controle.

Além da Itália, a doutrina fascista que dominou as sociedades e restringiu a liberdade de imprensa e de expressão também se propagou em outros países, principalmente na Europa. Entre as nações que se diziam simpatizantes do fascismo ou que aderiram de fato às idéias do regime estão, por exemplo, a Áustria (que entre 1933 e 1938 adotou a ditadura clerical-fascista), a Bélgica (com o movimento Verdinaso) e a França (com o regime Vichy, estabelecido durante a Segunda Guerra Mundial).

¹ O termo totalitário foi usado pela primeira vez por Mussolini para descrever o novo Estado fascista por oposição do Estado liberal.

Outro importante fator no curso da história da comunicação e que também remete à relação dos regimes totalitários com a liberdade de imprensa foi o surgimento do rádio. A invenção ampliou o poder de liberdade das informações, mas colaborou para propagar ideologias de Estado².

Um exemplo do uso deste meio de comunicação em benefício do regime de repressão foi o nazismo de Adolf Hitler. Na época, as notícias divulgadas e a programação eram focadas nos objetivos do regime. Era realizada a censura enquanto se fazia a seleção de assuntos para irem ao ar.

Na antiga União Soviética, o rádio também teve função política de propagar idéias comunistas. Seu poder foi aplicado, inclusive, em diferentes países do Terceiro Mundo, onde passou a funcionar como instrumento estatal de propaganda em favor do partido ou das personalidades que estavam no poder.

No tocante às obras impressas soviéticas, todas estavam sujeitas à censura provinda da Administração Geral de Assuntos Literários e de Publicação (Glavlit). Cada livro, livrete, revista e jornal impresso para consumo interno deveria trazer o número de um órgão fiscal em sua última página. Obras com tendência anti-soviética deveriam ser proibidas, assim como o conteúdo político e ideológico dos trabalhos escritos eram examinados. Nesse panorama, ameaçava-se a liberdade intelectual da população por meio das restrições de conteúdo.

A propaganda comunista tinha como objetivo convencer o povo de que o governo estava sempre certo e que atuava de acordo com os interesses da população. O cidadão soviético que lia jornais ou ouvia rádio apenas se informava com questões que o Partido Comunista desejava abordar. Nenhum jornal estrangeiro era permitido, a não ser os oficiais. Eles deviam ser publicados por um Partido Comunista de outro país.

² A idéia de manipular o público e as informações por meio do rádio ganhou nova visibilidade com o surgimento da televisão, após a Segunda Guerra Mundial.

A censura direta e o controle da impressão e distribuição das obras da literatura de ficção foram usados também durante as atividades comunistas. De acordo com relatos da obra *Escritores em Rebelião* (1957), o controle dos escritores e o domínio direto por meio de pronunciamentos ideológicos eram feitos pela imprensa, pelo rádio e nos discursos públicos.

Na prática da escrita, o poder do governo era legitimado com uma luta intensa pelo controle de conteúdo informativo. Faziam-se exigências penosas aos escritores. Entre elas estava a obrigação de atribuir todas as notícias positivas à atuação do marxismo-leninismo. Dessa forma, temas negativos deveriam ser considerados como consequência das influências burguesas e à mentalidade capitalista. Além disso, era preciso manter uma linguagem que aproximasse o público das ideologias do governo.

Se não cumprissem tais leis, os autores eram intimidados e, até, assassinados. Portanto, a produção impressa de obras de criação compunha-se de elogios ao comunismo que chegavam a se transformar em absurdos.

Também os homens de letras da Hungria correram o risco de perder a liberdade, ou a vida, se ofendessem o seu Estado comunista. No ímpeto de controlar a propagação de informações, jornais independentes foram empastelados, seus redatores foram substituídos, acusados de atividades contra-revolucionárias. Na Polônia, depois da morte de Stalin, os gritos de liberdade serviram de estopim para a Revolução de Outubro, em 1956. O conflito aumentou a tiragem do jornal *Pó Prostu* (representante do governo), único semanário a ter lucro na época.

Durante a revolução polonesa, o Escritório de Controle da Imprensa havia interferido em quase todas as edições do jornal, proibindo a publicação dos artigos considerados prejudiciais. De fato, o controle soviético sobre a literatura de ficção não se contentava em exigir que os livros não fossem apenas anti-comunistas, mas obrigava os autores a escrevê-los

no velho sistema, conhecido como “o rapaz encontra o trator e um se apaixona por outro” (ESCRITORES, 1957 p.53).

2.1.1 O exemplo nazista de controle à informação

Tendo a propaganda como principal propulsora, o regime nazista³ tinha a intenção de propagar a idéia de manutenção da estrutura capitalista da economia alemã e a teoria de que as grandes nações nascem do poderio militar e que este, por sua vez, se origina de culturas racionais que são criadas por raças com boa saúde, traços agressivos e inteligentes. Neste caso, exaltava-se a importância da raça ariana, e para difundir tais idéias, o nazismo atingiu as massas por meio do controle do direito à livre informação.

Mantendo o discurso de que as nações mais fracas eram criadas por raças impuras, o nazismo vigiou os meios de comunicação, responsabilizando-os a difundir as ideologias do discurso do governo alemão. Propagava-se a mensagem de que o Estado tinha a preocupação de proteger os alemães da suposta ameaça provinda dos judeus e das idéias opositoras, enquanto, na verdade, as autoridades lançavam o extermínio de milhares para a manutenção de suas idéias.

Dados históricos nos revelam que as primeiras providências em relação ao controle da informação na época da Alemanha nazista surgiram entre 1930 e 1933, com o triunfo do partido do ditador. Na época, Hitler chegou ao poder por meios legais, enquanto proclamava-se que o totalitarismo era o melhor estado político, que concordava com os anseios do povo alemão (EBENSTEIN, 1967). A população vivia a ressaca dos conflitos mundiais e, formando uma massa, amorfa, mostrou-se disposta a ser conduzida por um líder, que lhes formou um rosto e conferiu sentido para suas ações. Com a sua oratória e todos os meios de comunicação

³ O regime designa a política da ditadura que governou a Alemanha de 1933 a 1945, no Terceiro Reich, liderada por Adolf Hitler.

sob o controle do seu chefe de propaganda, Joseph Goebbels, Hitler convenceu a maioria dos alemães de que ele era o salvador da Depressão, dos comunistas, do tratado de Versalhes e dos judeus.

Representando a figura de líder totalitário, Hitler conduziu o povo e atuou como um funcionário das massas. A fragilidade crescente da população facilitou ainda mais a persuasão para convencê-la de que o governo era realmente satisfatório e de que sua liberdade dependia da erradicação daquelas pessoas que representassem uma ameaça.

Os nazistas basearam toda sua propaganda na camaradagem indistinta e conquistaram grande número de organizações de veteranos de guerra em todos os países europeus. Na elaboração de mensagens para a população, o conteúdo informativo destacava o perigo de certas doenças e raças, e enaltecia as próprias atitudes violentas do governo.

Existia a intenção de convencer o público de que o governo deveria assumir atitudes para eliminar tudo aquilo que representasse algo ruim para a população. Entre as idéias veiculadas, a mais eficaz ficção foi a de uma conspiração mundial judaica. Quanto mais os partidos e órgãos de imprensa evitavam discutir a questão judaica, mais o povo se convenciu de que os judeus eram os verdadeiros representantes de autoridades constituídas, e de que a questão judaica era o símbolo da hipocrisia e da desonestidade do sistema. Dessa forma, o controle incondicional da imprensa induzia os pensamentos da população, formando uma idéia semelhante entre os indivíduos sobre o partido nazista.

O Estado, segundo Hitler, era um “meio” para a preservação da raça e um instrumento na luta de classes. O artifício imposto pelos nazistas de alegar aos judeus um papel importante e ameaçador foi considerado um mero pretexto, um truque demagógico para conquistar as massas (ARENDDT, 1989).

Como resultado, o regime nazista exterminou milhões de judeus e grupos considerados indesejados por Hitler, como os ciganos, eslavos, homossexuais, deficientes, prisioneiros

soviéticos, membro da elite cultural polonesa, entre outros. Durante o Holocausto estes grupos pereceram lado a lado nos campos de concentração e de extermínio. Acredita-se que mais de 6 milhões judeus tenham sido mortos pelo regime.

Nessa perspectiva, o terror a tais grupos constituía a principal essência do nazismo, provocando e atacando vítimas inocentes. Conforme revela Arendt (1989), no totalitarismo, o terror é assumido como forma de governo apenas no seu último estágio de desenvolvimento. Neste caso do regime nazista, atuou como instrumento fundamental para o exercício de uma ideologia específica, que precisou obter a adesão de muitos, até mesmo antes que o terror pudesse ser estabelecido.

Na verdade, os movimentos totalitários podem ser possíveis em ambientes onde existe o espírito de organização política. As massas não se mantêm unidas pela consciência de um interesse comum e carecem de objetivos limitados, de uma opinião sobre o governo ou sobre assuntos públicos.

No movimento nazista, a população foi escolhida como ativista do partido e da ideologia que se desejava impor. Sem uma identidade nacional até então, tais indivíduos permitiram a implantação de novos elementos de propaganda, manipuladores e massivos. Nesse caso, até a idéia da morte era aceita como um bom argumento.

A eficácia da propaganda demonstra uma das características principais das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nas realidades de suas próprias experiências; não confiam em seus olhos nem em seus ouvidos, somente em suas imaginações, que podem ser atraídas por tudo ao mesmo tempo universal e consequência de si mesmo. O que convence as massas não são os feitos, nem sequer os feitos inventados, mas somente a consistência do sistema de que são presumivelmente parte. A repetição, cuja importância tem sido algo subestimado em razão da crença na capacidade inferior das massas para captar e recordar, é importante somente porque as convence da consistência do tempo (ARENDR, 1989, p. 473).

Conforme citamos, a entrada de Hitler no poder também simbolizou o controle dos nazistas sobre o rádio. Em sua atuação, notícias e programações tinham foco nos objetivos do regime.

Na época, a importância deste meio de comunicação fascinava o mundo e o seu encantamento incluía o desejo dos alemães pela informação. Tal desejo permaneceu crescente no país face à incerteza de tempo.

Em 1924, o rádio estava na residência de 100 mil pessoas. Um ano depois, este número cresceu para 1 milhão. Em 1927, eram dois milhões de residências recebendo as informações radiofônicas (GIOVANNINI, 1987).

A penetração do meio representava o início do amadurecimento de uma mídia de massa. Mas não significava qualidade, veracidade e liberdade de imprensa. Na época, o crescimento do número de receptores permitiu e possibilitou a difusão da ideologia nazista e a formação de uma opinião pública favorável ao regime.

2.2 IMPRENSA E REGIMES AUTORITÁRIOS

Para o autoritarismo, a imprensa representa um foco de perigo que exige monitoramento, pois é um dos principais fatores de ameaça ao Estado. A autoridade encara-a como instrumento de propaganda capaz de comandar e manipular a opinião pública. Temendo a disseminação de informações consideradas “subversivas”, os governos baixam decretos restritivos, vigiam o conteúdo de reportagens, prendem, ameaçam, torturam, fecham jornais e assassinam jornalistas em nome da pregação de suas ideologias à opinião pública.

Severo e opressivo, os regimes autoritários representaram a forma de governo mais numerosa na história. Em contraste com o governo totalitário, que domina todos os aspectos da vida, o autoritarismo procura controlar prioritariamente as atividades políticas do homem.

É preservada a esfera da vida privada, desde que essa não interfira em suas decisões e atitudes políticas. Também exige exclusividade do exercício do poder, impõe o enfraquecimento dos vínculos jurídicos do poder político, restringe as liberdades públicas e individuais, controla as opiniões e emprega métodos ditatoriais e compulsórios de controle político e social.

O autoritarismo também utiliza o terror como instrumento de seu poder. Na verdade, os regimes políticos conhecidos como ditaduras durante a história da humanidade foram modelos de autoritarismo estrito, uma vez que instauraram estados de exceção, que se impuseram pela força das armas e por elas foram mantidos.

Entre alguns exemplos deste governo, podemos citar a Iugoslávia e a China pré-comunista. Eram regimes que proibiam eleições livres e recusavam a liberdade de imprensa, mas deixando intocadas as áreas da família, educação, religião e mostrando ponderação considerável aos opositores políticos.

O autoritarismo contemporâneo é elitista, encontrando neste fator um elemento limitante para desenvolver mais suas potencialidades fascistas. “De fato, as questões políticas – e as brigas pelo poder – dão-se apenas nos círculos das próprias camadas dominantes, o que dificulta que a política mão-de-ferro fascista aplaque os adversários do regime sem que surjam, dentro dele, vozes que não são de protesto, mas de proteção” (CARDOSO, 1975, p. 20). Nesse caso, ao mesmo tempo em que o regime permite ações opositoras, as enfraquece.

2.2.1 O exemplo brasileiro

O fenômeno da restrição à liberdade de imprensa no Brasil não é novo. Com uma tradição de censura iniciada no período monárquico, o país viveu a violência física e simbólica nos anos de governos autoritários. Na época do Estado Novo (1937-1945), a censura tinha o objetivo de combater doutrinas, como o comunismo, o socialismo e o

anarquismo. No Regime Militar (1964-1985), fase mais violenta de restrições à liberdade de imprensa (de 1964 a 1978), a idéia era ocultar as arbitrariedades e garantir a continuidade do regime vigente.

Os brasileiros viveram a ditadura do Estado Novo sob o tom conservador do presidente Getúlio Vargas. A época foi marcada pelo lançamento de uma constituição que extinguiu o federalismo republicano e dava poderes ao presidente de legislar livremente sob a administração federal.

Com o intuito de aplicar a propaganda ideológica, capaz de atingir diretamente a opinião pública e impedindo a disseminação de idéias divergentes ao governo, foi criado em 1937, durante a gestão do ditador, o Departamento da Imprensa e da Propaganda (DIP). O órgão era incumbido de controlar a imprensa e tinha o poder de exercer censura como medida de rotina, inclusive para fechar jornais quando lhes julgasse necessário. O departamento, inclusive, privava os periódicos desobedientes de adquirirem papel para suas publicações. Para isso, eram expedidos comunicados avisando da suspensão dos favores aduaneiros concedidos ao veículo. O jornal, sem papel, muitas vezes precisava abrir mão de suas publicações e podia acabar na falência.

A classe trabalhadora, cada vez mais importante na cena política do país, foi cooptada pelo regime através da intervenção do Estado nos sindicatos. Na propaganda ideológica, Vargas se apresentava ao povo como o "pai dos pobres" e único criador das legislações trabalhistas. Para aumentar o poder de manipulação e controle, órgãos governamentais foram encarregados de organizar festas e comícios oficiais visando à aproximação do povo com o governo. Com o objetivo de manter a imprensa sob seu controle, Vargas instituiu um sistema de financiamento indireto de papel importado.

Como forma de manter os meios de comunicação nas mãos do governo, os jornais obtinham a sua matéria-prima por um preço inferior ao mercado mundial. O Estado cobria a

diferença. O mecanismo, instaurado por meio de uma lei de 1951, sobreviveu até a Revolução de 64. Na medida em que colocava os jornais sem viabilidade econômica à mercê do Executivo, o dispositivo aumentava o poder autoritário. Outro processo utilizado como artifício de pressão era a indiferença aparente do governo diante o endividamento das empresas jornalísticas para com a Previdência Social, permitindo que alguns jornais adquirissem dívidas milionárias.

Sem projeto definido para um governo, os militares que assumiram o poder em 1964 receberam um país que vivia (CAPARELLI, 1989), onde a burguesia não conseguia vencer os problemas econômicos da época. Em contrapartida, o primeiro presidente revolucionário, Castelo Branco (1964-67), aderiu a um programa particular de reorganização do aparelho de Estado. Para isso, aliou-se à linha dura do Exército para vencer as resistências que se criavam após o golpe – principalmente entre a burguesia.

Os meios de comunicação tiveram relativa liberdade após o golpe, exceto nos primeiros dias. Na época, a imprensa era considerada de qualidade e consumida por uma elite cultural pequena. Devido ao analfabetismo da época, o rádio era a mídia mais importante em termos nacionais. Mesmo não havendo uma censura direta, atos de violência ocorriam com mais frequência, colocando em risco o exercício da liberdade de expressão. Além disso, milhares de cidadãos tiveram seus direitos políticos cassados, o que não os permitia participar dos processos políticos e negava-lhes voz ativa e a formação de diferentes opiniões⁴.

Dois anos após o golpe de 64, o governo procurava sair de seu isolamento. Foi quando o governo do general Costa e Silva (1966-1969) iniciou a tentativa de ampliar novas frentes de aproximação. Nessa época, o comportamento da imprensa inquietava os círculos ligados à segurança, sobretudo os militares. Acreditava-se que os jornais e grandes revistas não

⁴ De acordo com Caparelli (1989, p. 47), “nessa fase não houve instrumento jurídico que estabelecesse a censura, mas era a própria sociedade censurada, com cassações políticas, amordaçamento dos sindicatos e repressão do clero”.

cumpriam a dupla tarefa de informar e orientar com os esforços dos órgãos controlados pelos militares, empenhados em fazer frente à guerra revolucionária.

Para tentar unificar o trabalho da imprensa, em 9 de fevereiro de 1967, o país lançou a Lei de Imprensa, em vigor até hoje. A norma é um resquício do período ditatorial com dispositivos incompatíveis com a democracia atual.

Art. 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento, a difusão de informação e idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

Art.7º No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, rádio-repórteres ou comentaristas (NOÇÕES, 2003, p. 251-254).

A partir deste período, o regime militar ainda utilizou os meios de comunicação para mudar sua imagem, unificando seus serviços de informação. O uso mais sistemático da mídia pelo governo e o início de uma política mais clara para o rádio, televisão e imprensa escrita só acontecerá com a implantação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5).

Quando o país parecia já ter vivido todas as sanções na área da comunicação, o ato institucional foi lançado em 13 de dezembro de 1968. A norma, inaugurada um ano depois da criação de uma lei de imprensa, que oferecia uma liberdade parcial, criava condições de absoluto controle sobre todo o processo político, favorecendo a mais ampla utilização do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. Se antes o estado autoritário buscava uma legitimidade por meio do controle dos meios de comunicação, agora estabelecia estratégias a curto prazo, com censuras, e a longo prazo, com a integração dos meios de comunicação aos objetivos da segurança nacional.

Nesta época, o recrudescimento do regime projetou uma situação onde o espaço político para a oposição fora quase totalmente reduzido, levando setores da oposição para o recurso da luta armada. Foi o período mais difícil de toda a história do regime autoritário.

Sucederam-se atentados, seqüestros, assaltos para financiar operações terroristas, enquanto a idéia de manter uma imprensa livre e opiniões pluralistas pareceria cada vez mais distante.

Após a promulgação do AI-5, os veículos de comunicação tinham suas pautas sujeitas à inspeção local e aprovação feita por agentes autorizados. Na medida em que representava uma estratégia repressiva, a censura prévia atuava como uma ligação ao Estado autoritário brasileiro pós-64. Policiais invadiam redações, prendiam jornalistas e apreendiam jornais. O jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, não só viu pessoas serem presas, ameaçadas e perderem parte de um patrimônio pessoal, como também viu circular sua última edição depois de 73 anos de jornalismo (ANDRADE, 1991).

Em outros casos, algumas publicações impressas eram obrigadas a deixar trechos inteiros em branco, enquanto outras publicavam receitas culinárias. De acordo com Aquino (1999), alguns jornais, como *O Estado de São Paulo*, chegaram a mudar planejamento gráfico e substituir espaços censurados por poemas, anúncios e cartas de leitores para chamar a atenção da opinião pública sobre o controle do governo autoritário.

A autocensura também foi um fator de restrição à liberdade de imprensa. Neste caso, parte da mídia acatava as determinações da polícia que chegavam geralmente por meio de telefonemas e bilhetes.

Com protestos simbólicos por meio da imprensa e das atividades culturais, como a música e o teatro, passava-se a construir uma nova visão do regime para a população. Tentava-se fazer com que a população desconfiasse das torturas e mortes por motivos políticos, desconhecidas pela maioria. Aparentemente, o silêncio imposto pelo governo em relação às torturas era para que menos pessoas se revoltassem e a situação se tornasse, então, incontrolável.

Como mencionamos anteriormente, todo o processo de restrições à imprensa esteve ligado ao desenvolvimento da política. Depois das eleições de 1973, onde seria escolhido pelo

voto indireto o presidente da República, uma movimentação contra o governo pelo fim do regime autoritário foi liderada pelo partido MDB. Como resultado de uma luta travada contra o autoritarismo, o governo reagiu implantando mecanismos de cerceamento à ação política, como a Lei Falcão, que proibia, durante os períodos pré-eleitorais, os candidatos de utilizarem os meios de comunicação. Eram apenas permitidas a exposição da fotografia e a breve leitura do currículo dos mesmos. Com as limitações ao livre acesso à informação, a opinião pública passava a compreender ainda mais a importância da imprensa no processo político pelo qual o país estava inserido.

Ainda em 1978, o governo Geisel, por meio de negociações com as lideranças da oposição, enviou ao congresso um pacote de reformas contidas na Emenda Constitucional Nº 11. Isto significava, na prática, o fim do AI-5, que foi substituído por outros mecanismos mais brandos de controle político e social.

Na verdade, no Brasil, as novas perspectivas no plano da comunicação ampliaram as formas de liberdade de expressão à população, fornecendo novos recursos e formas de conhecimento que aliaram tempo e espaço. Mas as conquistas no campo da informação não ofuscaram por completo a ação da censura à liberdade de imprensa.

Os brasileiros viveram uma fase de violência e de informações filtradas por dezenas de grupos de poder. Com a expansão das novas tecnologias, propagar informações e atuar diretamente no pensamento da população ficou mais fácil, mas ampliou o direito de censura sobre o próprio direito de informação e a atuação de ameaças de caráter terrorista político.

Exemplos não faltam para compreender este novo processo. Retrocedendo um pouco na história, Wainberg (2005) lembra que cerca de 300 civis e militares foram assassinados por militares de esquerda a partir de 1964, quando a explosão no cinema Bruni, no Rio de Janeiro, matou uma pessoa. Depois do fato, seguiram-se ataques ao jornal *O Estado de São Paulo* (em

1965), ao presidente Costa e Silva (em 1966), a dois cinemas, além de uma dezena de outros lugares.

A guerra psicológica vivida limitava a liberdade de imprensa em nome do terrorismo político em questão. Durante os anos de 1971 e 1974, o jornal *O Globo* tinha o conteúdo informativo limitado por meio da censura oficial feita por telefone (LAGE, 1987). Quando o assunto era importante, surgia um indivíduo com um papel para avisá-lo do caso. Na época, o censor selecionava o que poderia ou não ser publicado por ordem da censura. Para o autor, a censura envolvia também uma pluralidade de meios de publicação e o domínio de técnicas jornalísticas.

Junto com o controle de conteúdos, o modelo autoritário aplicou a guerra psicológica para dividir os meios de comunicação como bons ou ruins. Os métodos para acabar com a imprensa de oposição eram variados, e a onda de violência gerou também mais de 1,8 mil denúncias de tortura sofridas no período de 1974 a 1978. A censura impedia a circulação de informações, fazendo com que a opinião pública ignorasse a realidade do país ao mesmo tempo em que provocava um golpe econômico na mídia (Caparelli, 1989).

2.2.1.1 Vladimir Herzog: morte em nome da liberdade de imprensa

Depois de perdurar por décadas no Brasil, o regime militar expôs publicamente suas mazelas, gerando descontentamento e revolta da opinião pública, principalmente após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Empenhado em implementar um “jornalismo público”, ele foi morto em 25 de outubro de 1975, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O profissional era acusado de participar do Partido Comunista Brasileiro e de atuar como agente da KGB, exercendo influências como suposto atuante do comunismo.

Com o corpo arrastado até uma cela e pendurado em uma grade, simulando um suicídio, ele transformou-se em símbolo de um movimento que levou à abertura política no Brasil. De acordo com a obra *Sangue Quente – A morte do jornalista Vladimir Herzog*, (Filho, 1978) o assassinato do jornalista expôs uma rede mentiras, manipulações e jogo de poder do regime. Até as investigações sobre sua misteriosa morte, autoridades confirmavam o suicídio de Herzog – provocado com a ajuda de um cinto de macacão supostamente utilizado pelos presos.

A partir da morte do jornalista, sucederam-se pronunciamentos da chamada “abertura”, inclusive entre políticos tradicionalmente ligados ao regime. A crise econômica que se evidenciava ajudou a desfazer as últimas ilusões de alguns setores, contribuindo de maneira decisiva para ampliar o coro dos descontentes.

O fato ascendeu o espírito de justiça. O Sindicato dos Jornalistas se transformou em sede das mobilizações, onde se reuniram jornalistas, deputados, estudantes, artistas e representantes de outros sindicatos que clamavam pela liberdade de imprensa e justiça. Era de interesse geral a busca de redemocratização, principalmente para garantir a liberdade de expressão e de imprensa.

Por fim, após os movimentos em represália ao autoritarismo aplicado no governo, em 20 de abril de 1976, os familiares entraram com uma ação na Justiça Federal para provar que Herzog não se suicidara e, sim, fora torturado e morto durante sessão de interrogatório no DOI-CODI. Dois anos depois, a União foi considerada responsável pela morte do jornalista. A acusação legitimou e deu visibilidade ao que todos já conheciam: o peso da tortura e do terror durante a ditadura.

2.3 CONCLUSÃO

Nos regimes autoritários e totalitários é evidente a importância da violência para controlar o fluxo de informações. Por meio do uso da força e da ameaça, feito pelo Estado, se trava uma guerra psicológica capaz de mobilizar a opinião pública. Tem-se clara a intenção de inculcar no imaginário da população a idéia de que tais formas de governo e suas atitudes são imprescindíveis.

Fica evidente que o uso de atos de violência, como as prisões e os assassinatos, promove reações na imprensa e no público. Neste aspecto, parte dos jornalistas se transforma em reféns dos regimes. Ao mesmo tempo em que tem a liberdade controlada e ameaçada, tendo seu conteúdo restringido e direcionado, conforme os interesses de Estado, a imprensa funciona como instrumento para promover o medo.

Sem o direito da livre informação, ela é induzida a divulgar a violência dos regimes, refletindo uma realidade cruel ao público. A intenção é causar impacto, surpreendendo pessoas e ostentando a opinião de que é importante e essencial aceitar as idéias do governo para se manter a ordem, o progresso e a segurança da sociedade.

3 LIBERDADE DE IMPRENSA E A GUERRA

Em 1960, o pesquisador canadense Marshall McLuhan previu que as guerras não seriam mais travadas apenas com armas convencionais. Para alcançar o êxito, seria necessário a atuação da imprensa.

Quarenta e seis anos depois, analisando acontecimentos bélicos contemporâneos, o pensamento do teórico se consolida em um paradigma: não existe guerra sem imprensa. E, onde há guerra, há o controle do direito da liberdade de informar.

O caráter pessimista da afirmação reflete a compreensão sobre os principais conflitos dos últimos dois séculos no mundo. Sujeito ativo da ligação entre o público e a batalha, a imprensa se transforma em alvo suscetível a pressões e controle de autoridades quando exposta à guerra, pois atua, como vimos, como elemento de propaganda e de calmante ao público. Ao mesmo tempo, se alimenta de um jogo que contempla seu interesse de ampliar a audiência e os objetivos do Estado de construir uma imagem positiva da guerra. O papel paradoxal da imprensa, à primeira vista, pode ser avaliado ainda como uma “crise de identidade”, na qual ela se transforma em objeto fácil de controle.

Visando compreender esta relação entre a mídia e os cenários de guerra, este capítulo nos ajudará a entender por que tais conflitos representam um entrave à liberdade de imprensa. Em outras palavras, traçaremos uma linha que nos auxilie a compreender como a ideologia bélica age sobre a imprensa causando efeitos políticos e psicológicos sobre o público.

Com a característica de transformar o debate em ações de violência, a guerra manipula multidões e vê no jornalismo uma forma direta de conduzir seu próprio poder e de participar

na formação da opinião pública. Tendo em vista que a mídia atua como provedora de informações à população, interpretando e oferecendo conteúdos sobre a batalha, pode atuar como aliada dos governos, colaborando para uma retórica política forte e agressiva que tem o poder de seduzir a população.

Além disso, o exército e o governo utilizam a imprensa como um dos artifícios para persuadir. Em outras palavras, o controle do direito de informar faz parte de um processo que tem como intenção difundir idéias que comprovem a real importância da guerra e de seus benefícios. Embora não seja nosso objetivo nos ater à persuasão, o termo significa o processo comunicativo cuja chave está na resposta do receptor (PIZARROSO, 1991). Existe a necessidade de promover uma dependência entre emissor e receptor, provocando emoções e atingindo a mente e o coração dos indivíduos.

No tocante ao controle por meio da propaganda, baseado no poder de divulgação da imprensa, seu principal objetivo é ativar resultados específicos, especialmente mostrando ações militares e econômicas (GOEBBELS apud KAMALIPOUR, 2003, p. 88). Para isso, a censura também é estratégia utilizada com o intuito de restringir o fluxo de informações durante as guerras.

Evitando a liberdade de imprensa, as autoridades têm condições de controlar o conteúdo informativo sobre a guerra, permitindo que apenas sejam produzidas notícias limitadas sobre o fato e protegendo-se da ameaça do inimigo – filtrando as informações para que não colaborem para as estratégias do adversário. A censura bloqueia o fluxo informativo de idéias e dados, podendo modificar o clima de opinião pública e causando a desinformação.

Além disso, no exercício de fazer coberturas de guerra, a doutrina jornalística de ouvir os dois lados é, geralmente, pouco praticada. Os interesses de Estado fazem com que boa parte das atenções da imprensa esteja voltada a seu favor, fazendo coberturas parciais que beneficiem os aliados, comprometendo os valores da doutrina do jornalismo. Neste caso,

geralmente a autoridade máxima de um país é a grande responsável pelas restrições, manipulações e censura ao livre exercício da informação.

Dentro deste contexto, não podemos deixar de citar também o exercício do agendamento (veja no capítulo 1) durante os conflitos. Com a teoria do *agenda-setting* (McCombs e Shaw, 1972), tem-se a possibilidade de entender o esforço de moldar e enquadrar discussões – o que consolida o poder da imprensa na cobertura de guerra. Dessa forma, os meios de comunicação funcionam como um estimulante de como o público deve pensar sobre o fato.

Ao compreendermos a relação entre imprensa e autoridades e o reflexo desta “integração” no exercício da liberdade de imprensa, podemos recordar episódios de conflitos bélicos contemporâneos, como as guerras travadas no Golfo. Tendo a intenção de mudar sua relação com a mídia durante as guerras, os Estados Unidos utilizaram recursos tecnológicos e uma política “amigável” para buscar melhorias em sua relação com a imprensa local e estrangeira. O entendimento entre ambos durante os conflitos, ampliado principalmente pela possibilidade de registrar de perto os fatos, se transformou em um caminho de duas vias.

Ao mesmo tempo em que se permitiu a cobertura 24 horas do conflito, a autoridade teve em suas mãos o poder de controlar o fluxo de informações de boa parte da mídia. De acordo com especialistas, havia a necessidade de os Estados Unidos afirmarem, por meio de uma imagem positiva do conflito, que a primeira Guerra do Golfo seria um conflito vitorioso e importante para o desenvolvimento do governo norte-americano. Além disso, tinha-se a idéia de controlar a imprensa para evitar a divulgação do número de baixas norte-americanas e uma cobertura jornalística “sangrenta” como aquela realizada durante a Guerra do Vietnã. Esta lógica de abrandar o trabalho dos jornalistas colaboraria na construção de uma opinião favorável ao país.

Para Thrall (2000), ao mesmo tempo em que o controle representaria o aumento da censura à mídia, a manutenção de um bom relacionamento com a imprensa poderia ser a garantia de uma vitória dos norte-americanos na guerra. Neste jogo de interesses, fica evidente a intenção de zelar pela corporação militar. Manter a imagem de superioridade do exército é caracterizar o país como forte na luta contra o inimigo.

Esta relação entre a imprensa e o governo durante os períodos de guerra é classificada a partir de três teorias citadas por Thrall (2000). A primeira teoria é a chamada *watchdog* (em inglês, cão vigilante). O paradigma afirma que a mídia monitora o governo para ter certeza de que não está ocorrendo abuso de poder. Os jornalistas notificam o público quando as políticas estão falhas e o sustenta com recursos independentes de informação que vão formar opiniões e decisões relacionadas à política do dia.

Ou seja, a teoria sugere a análise das decisões governamentais. Nestes casos, a cobertura jornalística é crítica, não no sentido negativo, mas com foco nos problemas, sem se intimidar em apontar as falhas do governo.

A segunda teoria é conhecida como *lapdog* (em inglês, cão de estimação). Nela os jornalistas acreditam fielmente nos recursos de informação oficiais e de autoridades e afirmam que a imprensa não deve atuar como um “cão vigilante”. Entretanto, admite a promoção de interesses por parte da imprensa e das autoridades. Ou seja, existe uma dependência mútua: o governo utiliza a imprensa para promover suas idéias e fortalecer suas estratégias de guerra, ganhando a confiança da opinião pública. Por outro lado, a mídia reforça sua cobertura jornalística, mesmo que para isso se abstenha da análise e do questionamento às ações do governo. Nesse sentido, a cobertura jornalística de guerra não faz críticas ao governo e suas ações, especialmente porque a maioria das informações provém destas autoridades, desprovidas de senso crítico.

Em última análise, a teoria do *attack dog* (em inglês, cão de ataque) acredita que a ênfase da imprensa em assuntos negativos e sensacionalistas cria uma cobertura jornalística que perturba o fazer político, encorajando o cinismo do público e a descrença no governo e nas instituições. Com essa idéia, a cobertura jornalística é vista como negativa para com o governo, focando em aspectos sensacionalistas.

Por fim, o que veremos a seguir, em exemplos como a Primeira Guerra Mundial, Guerra Fria, Guerra do Golfo e Guerra do Iraque, são as faces reveladas pelo controle à liberdade de imprensa durante tais conflitos.

3.1 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: IMPRENSA CONDUZINDO DECISÕES

Sem os sofisticados instrumentos de comunicação, os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fizeram ascender a importância dos jornais no processo de divulgação da propaganda ideológica. A influência da imprensa permitiu a mudança de opiniões e a formação de novas atitudes no contexto social do conflito. Os jornais promoviam apoio popular e geravam novos posicionamentos em relação à ofensiva e ao poder.

Com cerca de 10 milhões de mortos, 20 milhões de aleijados, 9 milhões de crianças órfãs e 5 milhões de mulheres viúvas, de acordo com Carruthers (2000), a Primeira Guerra Mundial envolveu principalmente os países europeus. Mas também gerou conflitos no Oriente Médio, Ásia e África. De modo geral, existia a necessidade de conquistar a simpatia do público e de convencer de que a guerra era importante para o desenvolvimento das sociedades. Sendo assim, encontrou-se na censura e no controle de conteúdo jornalístico uma forma de expandir visões unificadas do conflito.

Para manter o controle sobre o conteúdo produzido pela imprensa, em agosto de 1914, o governo britânico inaugurou o *War Office Press Bureau*, um escritório de guerra com a

responsabilidade de censurar notícias e reportagens telegráficas provenientes do exército britânico. Com a restrição, era possível reduzir a quantidade de informações que abasteciam a imprensa, fazendo com que os jornais publicassem apenas assuntos de interesse dos governos.

Nos Estados Unidos, quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu, buscava-se um posicionamento de neutralidade. Devido ao isolamento territorial, o público aceitava o distanciamento do país no conflito e pouco opinava sobre sua futura participação no evento.

A idéia de a nação enviar suas forças armadas ao continente europeu era cogitada por poucos e não era considerada pelo povo como essencial para manter o posicionamento do país no cenário mundial. Este afastamento inicial provocou críticas publicadas nos jornais populares da época, que constituíam o principal órgão de comunicação de massa, subsidiados pela propaganda britânica, que divulgava a importância do ingresso na guerra. Tal atitude enquadrava o pensamento da população, levando os EUA a findar sua neutralidade no conflito.

Fica evidente que a imprensa usou seu poder para provar que os Estados Unidos deveriam se preocupar com aquilo que estava ocorrendo no mundo. O bombardeio de informações e o agendamento do assunto foram elementos que motivaram o ingresso na guerra. Na verdade, a necessidade de persuadir a América para abandonar sua neutralidade constituiu um dos argumentos para ampliar mais tarde a liberdade de imprensa (CARRUTHERS, 2000).

Depois de anunciada a guerra, o controle do trabalho jornalístico era rígido. O material produzido pelos jornalistas deveria ser enviado para a Inglaterra e submetido para a análise. Além disso, parte dos repórteres escalados para permanecer no front precisava aceitar o controle do governo sobre aquilo que escreviam e corria o risco de ser presa.

No Brasil, as notícias que chegavam sobre a Primeira Guerra Mundial também eram provenientes dos jornais. Até o ingresso dos Estados Unidos, em abril de 1917, os brasileiros pouco sabiam do conflito ou mostravam interesse em conhecer melhor os fatos.

Com a adesão dos norte-americanos, a imprensa brasileira passou a sinalizar uma preocupação sobre o posicionamento do Brasil na guerra. Existia uma pressão dos diplomatas em conquistar a opinião pública para se aliar ao conflito. O desafio era convencer que, em um país pobre e cheio de problemas internos, participar da guerra era um fator importante para dar visibilidade ao país em um cenário mundial. Neste caso, a censura e a desinformação abriram espaço para a propaganda de guerra. Foi durante este conflito que se generalizou o uso de fotografias de guerra, recurso substituído antes por ilustrações.

Além disso, jornais como *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* foram os primeiros a citar em seus editoriais a necessidade de o Brasil participar do conflito. Na medida em que alardeavam a idéia da participação, o abandono à neutralidade do governo brasileiro ganhava força. A isenção inicial, a quantidade de notícias equilibradas tanto sobre o lado aliado¹ como das Potências Centrais² duraram até o início de 1917. Com as pressões dos jornais e as novas opiniões que nasciam sobre o conflito, o Brasil ingressou na guerra em 26 de outubro de 1917, declarando guerra à Alemanha. Foram 385 dias de conflito (GARAMBONE, 2003).

Considerado como um dos eventos mais marcantes da História, a Primeira Guerra Mundial deu condições à imprensa para provar seu importante papel de persuasão, principalmente sobre o governo. De acordo com Garambone (2003), pela primeira vez na guerra, os jornais assumiram o papel de formadores de opinião pública no início do século XX. Se não fosse a imprensa brasileira, a população estaria afastada da discussão de participar ou não da guerra.

¹ Composto por Estados Unidos, Inglaterra, França e aliados.

² Integradas por Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia.

3.2 GUERRA FRIA: CONFLITO DO BEM E DO MAL

Considerada a luta entre o Bem e o Mal, a Guerra Fria³ dividiu o planeta em dois grandes blocos: um socialista, e outro, capitalista. O conflito lançou artifícios na imprensa de modo que a intensa guerra econômica, diplomática e tecnológica conquistasse a opinião pública.

Em defesa de seus interesses, os blocos criaram exércitos com alta tecnologia militar e arsenais nucleares com potencial para destruir completamente a vida humana. O jogo político que envolvia as nações se transformou em terror e destruição, ilustrado pela imprensa, principalmente por meio da propaganda persuasiva. Embora o mundo temesse a vinda de um novo combate mundial, a relação entre guerra e o trabalho dos jornalistas propiciou uma luta ideológica, política e econômica. Com isso, surgiram grupos de espionagem, golpes de estado, sabotagem, corrida armamentista e alianças militares.

No período da Guerra Fria, fica clara a responsabilidade da imprensa em divulgar o potencial bélico e nuclear de inimigos e aliados. Ao mesmo tempo em que gozava de certa liberdade para informar o público, os meios de comunicação eram também induzidos pelas autoridades para ameaçar a população. Ao expor a situação vivida entre os blocos, alertando para possíveis ataques de violência, a imprensa atuava como uma vitrine de interesse destes grupos. Para os comunistas, era ela a responsável por divulgar como ideal de felicidade a sociedade justa, com a igualdade entre os seres. Para os capitalistas, a imprensa enquadrava a felicidade individual como prioridade, e o Estado justo era aquele que permitia a liberdade para procurar o lucro e construir uma vida melhor.

³ Não há consenso sobre o início da guerra. Para alguns historiadores ela começou com as explosões nucleares sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto de 1945. Outros acreditam que se iniciou em 1947, quando o então presidente norte-americano Harry Truman afirmou em um discurso que impediria a União Soviética de criar império comunista. Há ainda a vertente que a Guerra Fria teve início em 1949, quando a Alemanha foi dividida em dois países – um capitalista e outro socialista. A queda do Muro de Berlim (1989) anunciou o início do fim da Guerra Fria, no ponto de vista de parte dos historiadores. Outros consideram a Guerra do Golfo (1991) como o marco do fim dessa guerra.

No contexto mundial, o trabalho jornalístico era pautado a exigir dos cidadãos um posicionamento qualquer sobre a guerra. O enquadramento do conteúdo noticioso variava de acordo com os interesses de autoridades de cada país.

Nos EUA, uma forte política de combate ao comunismo foi divulgada pelos meios de comunicação. Usando o cinema, a televisão, os jornais e, até mesmo, as histórias em quadrinhos, o país aproveitou o poder sobre a mídia para divulgar uma campanha valorizando o *american way of life*. No país, o direito à liberdade de expressão ganhou restrições: quem defendia as idéias próximas do socialismo era preso ou marginalizado.

Entre os fatores marcantes da atuação da imprensa durante a Guerra Fria, não podemos esquecer o episódio da Guerra do Vietnã (1959–1975). No conflito, apesar de todo aparato tecnológico, os soldados norte-americanos tiveram dificuldades em enfrentar os soldados *vietcongs* (apoiados pelos soviéticos). Milhares de pessoas, entre civis e militares, morreram nos combates. Os EUA saíram derrotados e tiveram que abandonar o território vietnamita de forma vergonhosa em 1975.

Durante os anos de ofensiva, acredita-se que a guerra recebeu um dos maiores contingentes de jornalistas. Além da possibilidade iminente de morte, de acordo com a organização não-governamental *Repórteres Sem Fronteiras*, 63 jornalistas (de diversas nacionalidades) foram assassinados nos anos desta guerra. Os correspondentes tinham certa liberdade para conduzir seu trabalho, mas eram obrigados a lutar com as informações militares falsas que eram oferecidas. Mesmo assim, durante a grande escalada de intervenção norte-americana, a partir de 1964, o Vietnã ocupava permanentemente as páginas dos principais jornais, revistas e espaços nobres na mídia eletrônica.

Para desenvolver a propaganda de guerra, o rádio representou um meio de comunicação importante, pois era percebido como um objeto capaz de consolidar a estratégia de atingir um público amplo. No caso dos Estados Unidos, as rádios locais do Vietnã

empreenderam uma propaganda agressiva, que muitas vezes causavam confusão e desorientação entre as pessoas.

Além da idéia de controlar as mentes por meio de palavras e de uma cobertura intensa pelo rádio, o governo tinha a preocupação de manter a credibilidade dos jornalistas no conflito. Para isso, de acordo com um memorando com data de 31 de outubro de 1966, os profissionais da comunicação eram obrigados a publicar o máximo de informações ao público para que a população tivesse a certeza de ter condições de viver em segurança. Ao mesmo tempo, a imprensa tinha a missão de preservar notícias importantes para que tais informações não se transformassem, posteriormente, em artifícios para o revide dos inimigos.

Com esta abertura aos acontecimentos, e o bombardeamento de informações, o público mostrava-se cansado com o excesso de notícias. A liberdade de mostrar imagens e o panorama da guerra aproximou o público de parte de uma realidade do conflito que nem sempre era bem recebida. O excesso de informações e as opiniões que estas colaboravam para formar ajudaram a trazer novas perspectivas sobre a guerra. Na verdade, a mídia passou a ser encarada como uma das personagens principais da derrota dos EUA na guerra.

Para Carruthers (2000), a mídia atuou como *watchdogs*, fiscalizando as ações das autoridades. Este posicionamento, em meio à luta pela liberdade de informação, não se transformou em relação harmônica. Dessa forma, a imprensa foi criticada pelo seu posicionamento e por não ter colaborado para a construção de uma opinião pública a favor dos Estados Unidos.

3.3 GUERRA DO GOLFO: COBERTURA AMPLA, MAS COM RESTRIÇÕES

Sinalizando o início de uma nova forma de cobertura jornalística, com a ampliação do fluxo de informação, a Guerra do Golfo deixou marcado na História a relação de submissão

da imprensa com o governo dos Estados Unidos. O conflito que invadiu a casa do público durante 24 horas por dia, por meio de imagens coloridas da TV, foi também um marco às restrições do direito de liberdade de imprensa. Neste aspecto, o conteúdo informativo foi usado, muitas vezes, como arma na guerra psicológica e para a indução da opinião pública.

Antes mesmo da guerra, a censura já existia no Iraque. Com a eclosão do acontecimento, a relação de controle à mídia, especialmente na cobertura que seria gerada para a maioria dos países (a dos norte-americanos), foi caracterizada principalmente pelas restrições à cobertura jornalística, o que isolou jornalistas do mundo inteiro e representou uma fiscalização no conteúdo informativo.

Cerca de 1,6 mil pessoas faziam parte da equipe de jornalistas posicionados no Golfo Pérsico para fazer a cobertura da guerra, excedendo o número de profissionais envolvidos na Guerra do Vietnã, por exemplo (CARRUTHERS, 2000). De agosto a dezembro de 1990, meses que antecederam o conflito, uma série de normas envolvendo governo dos EUA, forças militares e mídia foram aplicadas em troca da cobertura jornalística.

Devido à pouca tecnologia da época e à falta de satélites para a transmissão de dados, a maioria dos jornalistas foi obrigada a se submeter aos militares norte-americanos, que possuíam equipamentos mais modernos para a transmissão de dados. Para o governo, a preocupação maior não era de como a imprensa transmitiria suas reportagens, mas qual o conteúdo delas. Pensando nisso, Carruthers (2000) acredita que o Pentágono estava convencido de que a mídia poderia ser um obstáculo à vitória na guerra, como no Vietnã.

Na verdade, a Guerra do Golfo foi anunciada como a primeira guerra a ter imagens ao vivo transmitidas pela televisão. Pela primeira vez, em janeiro de 1991, um conflito foi mostrado em tempo real. Ao mesmo tempo em que se dava um largo passo à democratização da informação, apenas uma emissora tinha condições de transmitir as notícias para a casa do público.

No momento em que a guerra explodiu, a CNN dominou por completo a cobertura do conflito. Outras emissoras, como CBS e ABC e NBC, perderam o contato com seus correspondentes na capital iraquiana, o que fez com que todas as emissoras do mundo se vissem na obrigação de televisionar as imagens da CNN. A emissora se transformou no único canal de informação a fazer contato entre a guerra e o resto do mundo e em uma forma restrita de veiculação da informação.

Em um aspecto geral, a cobertura de guerra representou para a imprensa um retrocesso a sua própria liberdade de informar. Temendo represálias do governo e uma reprise da guerra do Vietnã, quando foi acusada de colaborar para a derrota dos norte-americanos, boa parte as empresas jornalísticas optaram pela cobertura branda dos fatos, onde a celebração da tecnologia e das armas utilizadas pelo Exército se mostrava maior e mais importante do que os resultados violentos do conflito. No caso da cobertura transmitida pela televisão, a CNN, por exemplo, mostrou ao mundo um espetáculo em que mísseis atravessavam o céu de Bagdá, mas pareciam não causar destruição.

Na verdade, a autocensura imposta na cobertura ficou evidente já nos primeiros dias de veiculação do trabalho jornalístico. Não existia a intenção de falar dos mortos, e a população civil iraquiana sequer apareceu nos noticiários ou transmissões. Quem assistia ao conflito pela televisão tinha a impressão de estar acompanhando uma guerra limpa, sem inimigos, sem batalhas e sem violações às liberdades. Na verdade, a violência da Guerra do Golfo começou contra a própria imprensa: amordaçada, transmitiu fatos omissos à opinião pública.

O tipo de imagem usado na cobertura, com luzes de mísseis e efeitos, colaborou com o espetáculo que precisavam as redes de TV, ao mesmo tempo em que tranqüilizou a consciência ocidental e ajudou a manter o apoio dos governos que participavam do conflito. O contraponto da cobertura jornalística caracterizada pela autocensura se dá quando

conhecemos os números da primeira guerra do Golfo: sabe-se hoje que pelo menos 150 mil pessoas morreram ou foram feridos na chamada “guerra sem sangue”.

Por trás da cobertura jornalística que tanto chamou a atenção da opinião pública, escondeu-se, principalmente, a tortuosa relação entre a liberdade de imprensa e a guerra. Como em outros conflitos, o Exército ditou as regras do jornalismo. Interessado em manter a propaganda ideológica e conduzir as mentes por meio da guerra psicológica, autoridades fizeram limitações para tentar invadir os pensamentos da população.

Entre as restrições na cobertura, foram proibidas notícias sobre as tropas, fotografias, incluindo tomadas aéreas ou de satélites, informações sobre as atividades de inteligência e sobre movimento das tropas durante as operações, textos e imagens que identificassem aviões ou barcos perdidos e dados sobre o número de mortos. Na verdade, o governo justificou tal controle para manter a segurança do país e evitar o uso de tais informações pelos inimigos, e usou a imprensa como aliada de guerra para conduzir a opinião pública.

A relação entre a mídia e os Estados Unidos durante este conflito se deu, de acordo com Pizarroso (1991), por meio de três instrumentos:

- a) O controle de fontes e acesso das mesmas, com censura prévia de todo material transmitido e filtragem de informações;
- b) O silêncio sobre o número de mortos e feridos no Iraque e a proibição de transmitir imagens das vítimas;
- c) O excesso de dados técnicos e informações marginais, combinadas com apagões de informações nas primeiras horas da ofensiva aérea e terrestre.

Durante o conflito, o êxito da política informativa deveu-se à política militar e ao isolamento diplomático do regime iraquiano, que lhe fez perder a credibilidade no Ocidente como contrapeso das informações do Pentágono. Além disso, o líder iraquiano Saddam

Hussein mostrou-se interessado em ocultar seu povo, fortalecendo a opinião pública em favor dos Estados Unidos.

Tal envolvimento conduzido pelo controle da liberdade de imprensa gerou, sem dúvida, reflexos positivos à atuação do governo norte-americano na guerra. Nesse caso, ao mesmo tempo em que se submetia às restrições, tal controle era encarado pela opinião pública como necessário à manutenção de segurança do Estado – o que mostra, a princípio, um desinteresse da população pela liberdade de imprensa e a necessidade de trocar a segurança pública pelo direito de ser informado.

Pesquisas de opinião pública realizadas durante o conflito justificam o crescimento na crença pelo governo dos EUA. Conforme uma pesquisa do jornal *USA Today*, publicada em 18 de janeiro de 1991, 75% dos norte-americanos apoiava a decisão de ataque do então presidente, George Bush. Após um mês da intervenção, o apoio militar havia aumentado para 81%.

Segundo pesquisa realizada entre 25 e 27 de janeiro do mesmo ano, pelo *Princeton Survey Associates (Le Monde 29/01/1991)* 57% dos entrevistados se declaravam a favor do controle da mídia. Por outro lado, 80% consideravam que os militares não disfarçavam ou dissimulavam as notícias e 72% consideravam a cobertura aceitável e objetiva. Uma semana depois, uma pesquisa do *Times Mirror Center* afirmou que 78% dos entrevistados apoiavam as restrições nas informações e que 59% acreditava que o Pentágono deveria incrementar o controle.

Nessa perspectiva, inclusive os jornalistas entrevistados afirmaram que a censura à liberdade de imprensa foi necessária no conflito. Uma pesquisa realizada na época pelo semanário francês *L'Express* (21 de fevereiro de 1991) revelou que 63% dos jornalistas franceses consideravam normal se submeter à censura militar e 78% deles achavam legítima a autocensura. Dessa forma, o controle foi aprovado, principalmente, devido aos seguintes

tópicos: quando coloca em perigo a vida (78%), quando o inimigo pode obter informações (77%), quando a informação pode servir como propaganda para o inimigo (48%).

Por fim, as coberturas jornalísticas durante a Guerra do Golfo deixaram ainda mais expostas as frágeis relações da imprensa com o poder. Sem condições para assumir suas próprias decisões e pressionada pelas autoridades e pela opinião pública, a imprensa foi vítima e cúmplice da própria vulnerabilidade.

3.4 GUERRA NO IRAQUE: RESTRIÇÕES CAMUFLADAS

Se compararmos jornalisticamente os dois últimos conflitos bélicos entre Estados Unidos e Iraque, podemos afirmar que a cobertura noticiosa da Guerra do Golfo, em 1991, foi apenas um ensaio daquilo que seria o trabalho dos jornalistas durante a Guerra do Iraque, travada a partir de 2003. Após o início das primeiras transmissões ao vivo de um conflito, como ocorreu no Golfo, e de os governos perceberem a importância da imprensa em um front, principalmente para moldar opiniões, inovações no campo da comunicação colaboraram para ampliar a cobertura de guerra e ampliar restrições na liberdade de informar.

Mesmo com as novidades, como a figura do jornalista *embedded* (engajado, inserido no front), a relação de poder exercida pelo governo sobre a mídia permaneceu constante, provando mais que a guerra psicológica se faz com o controle à liberdade de imprensa.

Uma das primeiras manipulações sobre a imprensa e a opinião pública na Guerra do Iraque começou antes mesmo do conflito. Após os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, este país se empenhou na tentativa de montar uma conexão entre o Iraque e tais atentados. Depois, com o anúncio de que era necessário exterminar as supostas armas de destruição em massa – suspeita que não foi confirmada nem mesmo pelos enviados da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Iraque –, a imprensa abasteceu-se de informações

do governo dos Estados Unidos para dar visibilidade ao assunto, o que colaborou com o apoio à causa norte-americana. Além disso, pela primeira vez na história, os meios de comunicação e centenas de jornalistas foram colocados direto no campo de batalha, acompanhando tropas norte-americanas e inglesas (aliadas) – a atitude pode ter sido considerada uma grande oportunidade para o exercício do livre informar, mas foi marcada por uma série de restrições.

Conhecidos por jornalistas *embedded*, profissionais selecionados pelo governo norte-americano puderam ver de perto o conflito e relatar ao público parte da guerra. Em troca da posição privilegiada que haviam ganho, estes profissionais aceitaram se submeter a uma série de normas e censuras estabelecidas pelo exército dos Estados Unidos como condição para acompanhar as tropas.

Com o controle da imprensa no campo de batalha, por meio dos jornalistas *embedded*, o governo deu o primeiro passo para dominar a cobertura jornalística (THRALL, 2000). A atuação dos jornalistas de várias nacionalidades no front para passar as informações e contradizer estatísticas, principalmente sobre as baixas, fortaleceu os Estados Unidos diante à guerra – nesta perspectiva, o poder de estar no local onde a guerra está ocorrendo ofereceu credibilidade tanto à mídia quanto ao país, eliminando boatos sobre o combate.

Em relação à cobertura jornalística, a compreensão da diferença entre a liberdade do trabalho dos jornalistas inseridos no front e daqueles profissionais fora da linha de combate pode ser feita se observarmos os enquadramentos utilizados em cada produção noticiosa. Reportagens feitas pelos *embeddeds* geralmente descreviam a derrota iraquiana, a pouca resistência, apresentando soldados iraquianos rendidos, posições de combate destruídas e militares abandonando seus postos devido à forte ofensiva norte-americana.

Jornalistas que atuaram atrás da linha de batalha apresentaram à opinião pública uma visão mais generalista dos fatos, não se comprometendo tanto com a necessidade de dar visibilidade ao suposto êxito da atuação norte-americana e mostrando os dois lados dos fatos.

A cobertura apresentou, principalmente, as perdas de equipamentos dos aliados, a ferocidade das forças paramilitares e irregulares do Iraque, assim como a possibilidade de uma guerra urbana em Bagdá e a raiva crescente da população civil, e representou um trabalho mais livre, com amplitude de informações.

Analisando os dois casos, é possível afirmar que a figura do *embedded* teve duplo sentido para a guerra. Os jornalistas privilegiados em atuar no campo de batalha atuaram como um elemento de interesse do Exército para criar boas relações entre a imprensa e as tropas, eliminando simbolicamente a idéia de controle por meio das autoridades. Além disso, foram obrigados a se submeter à censura prévia.

Era proibido reportar temas que não fossem autorizados pelos chefes de seus regimentos e se deslocar para áreas consideradas perigosas, assim como não podiam reportar assuntos sem o conhecimento do Exército. O mesmo valia para a transmissão de imagens. Especialistas acreditam que estes profissionais tinham liberdade para relatar o que viam, mas certamente não podiam fornecer detalhes de planos militares.

Sem dúvida, estar frente a frente com a guerra não foi simplesmente um ato libertador. Abrir fronteiras para o jornalismo aumentou as perspectivas de veiculação da verdade, mas também colocou na mão do exército o poder de decisão sobre o que poderia chegar na casa do público. Pode-se afirmar, então, que o ocorrido foi um mascaramento da liberdade de imprensa. Na visão da organização *Repórteres Sem Fronteiras*, tais normas foram a face crua da censura à imprensa.

Para a pesquisadora Verónica Goyzueta (2003), em relação às outras guerras, os correspondentes “engajados” simbolizaram um grande avanço para as coberturas de guerra. Mas em nenhum momento foram símbolos da liberdade de imprensa no conflito. De acordo com a autora, foram 600 correspondentes obrigados a respeitar um manual com 19 normas,

entre as quais não informar o local da notícia nem revelar o número de baixas norte-americanas – este talvez tenha sido o caso mais nítido de censura à imprensa.

Em relação ao monopólio da informação, ao contrário da Guerra Golfo, a *CNN* não foi a única televisão a cobrir tal guerra. A *Fox News* se superou na tarefa de exacerbar o patriotismo norte-americano no ar. A *Al-Jazeera* não foi o único canal de televisão de língua árabe que ofereceu uma visão diferente do conflito, mas foi aquele que ganhou maior destaque na imprensa ocidental.

Devido à presença da mídia no conflito, a guerra foi marcada por contrastes extremos. Mesmo com jornalistas acompanhando as forças norte-americanas e britânicas e com as restrições, o mundo teve uma imagem razoavelmente fiel de como a guerra progredia.

As primeiras bombas que caíram em Bagdá foram televisionadas como se o conflito não tivesse sangue ou horror. Assim como na Guerra do Golfo, luzes verdes surgiam nas telas da televisão parecendo jogos de videogame, ao invés de uma batalha que custaria vidas, inclusive jornalistas. Mais uma vez, a falta de cenas de terror e destruição no início do conflito, característicos da cobertura branda, surgiu na mídia como calmante para o mundo.

A liberdade da cobertura jornalística melhorou na medida em que a guerra avançava (GIBB, 2003), mas havia pouco questionamento por parte da imprensa em relação aos depoimentos dos oficiais e dos políticos que diziam estar fazendo de tudo para amenizar as baixas de civis. Na verdade, a cobertura também trouxe reflexos de violência aos jornalistas: o Hotel Palestine, que abrigava boa parte dos correspondentes estrangeiros foi bombardeado por ataques de canhão. Moreram 14 jornalistas no local. Além disso, a televisão árabe *Al-Jazeera* teve um escritório bombardeado como represália.

A presença da imprensa no conflito deu ares de liberdade ao direito à informação, mas gerou efeitos controversos naquele que seria o conflito com a cobertura jornalística mais fiel à realidade. Além da censura exercida pelo Exército, uma batalha contra imprensa foi travada

em paralelo à Guerra do Iraque, provocando mortes e ameaças a quem quisesse exercer o direito da liberdade informar. Grupos de formação política e ideológica e autoridades foram os principais responsáveis por perpetuar o medo e contribuir com uma guerra psicológica.

A primeira vítima pertencente à imprensa a morrer durante a guerra foi o *cameraman* australiano Paul Moran, da televisão ABC. Ele foi morto por um carro bomba no primeiro dia do conflito. Somente entre os meses de março e abril de 2003, 11 jornalistas foram executados.

De acordo com um relatório da organização *Repórteres Sem Fronteiras (RSF)* (GUERRA, 2005), a Guerra do Iraque foi o conflito que mais matou a imprensa: em três anos, 86 jornalistas e colaboradores foram assassinados e 38 foram seqüestrados desde 22 de março de 2003, data em que o conflito começou. Os números surpreendem mais que a Guerra do Vietnã, quando 63 jornalistas morreram em um período de 20 anos, e o conflito com a Iugoslávia, que viu a morte de 49 profissionais da comunicação.

A pesquisa da RSF afirma que, dos jornalistas assassinados durante os três anos de guerra, a maioria (76%) morreu por ataques de armas de fogo. Destes, 77% eram iraquianos, 11% provenientes de países árabes, 8% europeus, 5% norte-americanos, 2% australianos e 2% japoneses.

As mortes revelaram também que 44% dos executados pertenciam à imprensa iraquiana, enquanto 39% trabalhava para outros veículos estrangeiros. A ameaça constante ao trabalho jornalístico ampliou também a preocupação dos jornalistas e de autoridades dos Estados Unidos e Inglaterra com a segurança. Resultado disso pode ser visto na pesquisa da RSF: 86% dos profissionais assassinados não pertenciam à coalizão dos aliados.

Embora o número de vítimas da imprensa seja considerável, principalmente se compararmos com dados relativos a outras guerras, o exercício da livre informação foi mais amplo do que na Guerra do Golfo. Outro exemplo é que, em 1991, praticamente não apareceu

a população civil iraquiana na cobertura. Nessa nova fase, a guerra foi mostrada sob outros ângulos, como a morte de crianças, a destruição de sítios arqueológicos. Depois do conflito, o Iraque se transformou no país mais perigoso do mundo para o livre exercício do jornalismo. Também é o considerado atualmente o maior mercado de reféns do mundo.

3.5 CONCLUSÃO

É clara a dificuldade de manter a liberdade de imprensa durante a guerra. A divulgação de informações, em paralelo com a conseqüente exaltação da atuação de um governo e de suas estratégias para convencer a opinião pública da importância do evento, são essenciais para o conflito. Portanto, o controle do conteúdo é pré-requisito das estratégias de guerra.

Muito se discute sobre o papel da mídia durante tais conflitos. Podendo ser considerado como uma conseqüência puramente militar, o controle sobre a imprensa colabora para o bom funcionamento da relação entre a opinião pública e o governo. Se a guerra continua na mente das pessoas, a mídia atuará como uma geradora desta lembrança. A cultura popular da violência e a maneira com que isso é mostrado glorificam a guerra, faz pensá-la como um artifício para o desenvolvimento e a segurança da nação.

Em paralelo à limitação das notícias, a mídia vê-se induzida, na maioria das vezes, a aceitar o controle de autoridades e do exército. Nestes casos, a cobertura jornalística de guerra levanta não só a questão da liberdade de imprensa como também a crise de identidade da mídia. Em outras palavras, em troca de um lugar privilegiado no cenário de guerra (como o dos *embedded*s), a imprensa prioriza um enquadramento dos fatos que nem sempre é o mais aprofundado e esquece, muitas vezes, de apresentar as duas faces de um conflito. Atuando como escribas do poder, os jornalistas são alvos e protagonistas da luta pela liberdade de imprensa durante as guerras.

4 LIBERDADE DE IMPRENSA E O TERRORISMO

Com o poder de disseminar o medo e a pressão psicológica em nome de um objetivo (político ou ideológico), o terrorismo se alimenta do poder da mídia para atingir diretamente a opinião pública e, por seu intermédio, legitimar suas ações. Deriva desta possibilidade o clamor pelo controle social à imprensa – por meio da censura de seu conteúdo.

Como propõe a teoria transacional da comunicação política (WOLFSFELD, 1991), grupos terroristas utilizam o poder retórico da imprensa para divulgar suas ações e provocar mudanças políticas baseadas em seus interesses. Por outro lado, autoridades do governo também desejam aproveitar o poder da mídia para moldar opiniões e transmitir mensagens de segurança ao público. A mídia, por sua vez, alimenta-se desse jogo de pressões. Seu objetivo final, e do qual depende, é aumentar a audiência.

Nesse sentido, referindo-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos, dezenas de países respaldam suas legislações em termos que oferecem liberdade à imprensa. Mas a própria se demonstra suscetível às pressões externas, tanto dos terroristas quanto das autoridades. Com isso, tornam-se públicas ameaças, violências e assassinatos.

O terrorismo encontra na violência uma forma de reivindicar suas causas, causando efeitos não só na imprensa, como no progresso da democracia. Na verdade, o terror é baseado em estratégias políticas, na qual a mídia vira refém e se alimenta do espetáculo que pode proporcionar. Tendo em vista que o terror amplia as necessidades de segurança no âmbito mundial e faz a “exaltação deliberada e fria da violência sobre todas as formas de atividade política” (JOHNSON, 2004, p.02), é necessário discutirmos neste capítulo seu impacto sobre o direito de liberdade de imprensa.

Conceitualizando, o terrorismo é o uso da violência física ou psicológica por indivíduos ou grupos para atingir objetivos ideológicos e políticos. As ações terroristas incluem assassinatos, seqüestros, explosões de bombas, raptos, linchamentos, entre outros atos violentos. Sua intenção mais comum é causar medo na população ou em alvos específicos, visando obter resultados políticos, psicológicos e sociais desejados e calculados.

As causas do terror estão inseridas nas propostas ideológicas e políticas dos grupos. O terrorismo se alimenta de uma reserva de desespero, raiva e frustração que atinge ricos e pobres, desde a sociedade secular até os islâmicos radicais (CHOMSKY, 2002).

Para Carruthers (2000), o termo significa uma forma de guerra que atinge com violência a liberdade de expressão, e tem em sua ação o objetivo de focar a atenção das pessoas em suas reivindicações políticas e criminais. No ponto de vista da autora, os atos de terror geralmente ocorrem em épocas de aparente paz, mas constituem de fato estados de guerra. Nessa perspectiva, não há, por parte dos terroristas, a intenção de proteger a população civil, que se transformam em alvos prioritários.

Na visão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, o terrorismo é o uso calculado da violência ou a ameaça de violência para promover o medo, com a intenção de intimidar governos ou a sociedade em nome de objetivos geralmente políticos, religiosos ou ideológicos. Além disso, o terrorismo requer o uso da violência em setores inocentes, e tem a necessidade de ser público para ganhar a atenção das coberturas jornalísticas.

Também pode ser caracterizado por seus modos revolucionários (que usam a violência como último objetivo para criar mudanças políticas radicais), subrevolucionários (utilizam a violência para causar mudanças em questões públicas, sem alterar a ordem política) e repressivos (uso da violência para controlar e reprimir grupos) (ALALI; EKE, 1991). A obra de Arbex Jr. (1997) afirma que o terrorismo é o uso da violência sistemática com objetivos políticos contra civis ou alvos militares que não estejam em operação de guerra. Com uma

visão mais radical, o autor afirma que o terror foi consagrado como uma forma de relacionamento entre os Estados durante a Guerra Fria. Na época, a possibilidade de uma guerra mortal era tão grande que o terrorismo atuava como uma maneira de manipular a opinião pública e as atitudes dos governos.

Entre as décadas de 70 e 80, o terrorismo se consolidou como uma alternativa de obter resultados imediatos sobre a opinião pública. O poder da mídia de divulgar fatos, e de produzir repercussão, significou uma fonte livre de propaganda para os terroristas. Nesse sentido, Wainberg (2005) sugere na recente obra *Mídia e Terror – Comunicação e violência política* a hipótese de que sem a imprensa, provavelmente, não haveria terror.

Ligados simbolicamente nesta relação de dependência, os terroristas vêem a mídia como uma fonte encorajadora de suas ações, especialmente por que confere legitimidade as suas reivindicações políticas e ideológicas. Esta propagação de idéias por meio da violência tem como objetivo a persuasão. Na verdade, o terrorismo controla a liberdade de imprensa por meio do seu ideal de pressão e violência.

Em outras palavras, o terror age com violência para fazer propaganda de sua causa. Se a intenção é induzir o medo, então o terrorismo segue seus alvos (os espectadores), utilizando estratégias psicológicas indiretas, como as ameaças. Pouco preocupados com os efeitos físicos, os terroristas desejam, por meio dos efeitos cognitivos e da ameaça, uma mudança de atitudes do governo e da opinião pública.

Para Wainberg (2005), a relação do terrorismo com a propaganda se reforçou principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos. Mas, desde a II Guerra Mundial, já havia laços entre o terror e a propaganda durante o uso do rádio como meio de difundir as idéias nazistas.

(...) há uma fala (a atrocidade cometida), há um emissor (os grupos terroristas), há um canal (a mídia em geral, mas em especial a televisão) e há uma simbologia envolvida (os alvos são escolhidos por seu valor emocional e afetivo). E há certamente um público destinatário para o horror produzido e que é disseminado pelos meios massivos de comunicação (WAINBERG, 2005, p.10).

A pesquisadora Susan Carruthers (2000) aponta uma outra versão entre a relação da mídia com o terrorismo. Na sua visão, tais reivindicações atuam com a intenção de pautar na discussão pública os interesses dos grupos terroristas. Tentando direcionar o pensamento das pessoas para suas ideologias, os terroristas vêem na relação com o público a possibilidade de terem suas causas repensadas e, até mesmo, aceitas (em nome da paz, da ordem social ou da justiça, por exemplo).

Pode-se afirmar que, em questões de terrorismo, a mídia recebe um campo de tensão – por meio do governo e dos próprios terroristas. Ao mesmo tempo em que sugere sua liberdade de expressão, a imprensa pode se mostrar suscetível a pressões devido aos seus interesses com o governo e com os próprios resultados que a espetacularização do terrorismo provoca. Mais significativo do que a propaganda terrorista é a receptividade da mídia com os objetivos pautados pelo terrorismo – seus manifestos, e atos grandiosos de destruição conferem audiência, visibilidade para os terroristas e pressão para o público.

Quando analisamos a relação entre terroristas e imprensa podemos citar também a teoria transacional, na qual Wolfsfeld (1991) afirma que o papel da mídia nos protestos políticos, como o terrorismo, é determinado pela relação entre antagonistas (definidos por grupos protestantes ou autoridades políticas) e os meios de comunicação. Dessa forma, o jornalismo é visto como uma construção da imagem do mundo e não como um retrato parcial de eventos. Além disso, são oferecidos estímulos à imprensa – estes, contudo, são os que alimentam o imaginário e, até mesmo, a opinião do público.

A teoria explica que a relação entre os antagonistas e a mídia pode ser pensada como uma “simbiose competitiva”. Ou seja, há uma relação de dependência entre os lados, mas cada um tenta obter vantagens a sua maneira. Para se transformar em um antagonista de elite é preciso ter uma capacidade de se organizar e um comportamento que agregue valores noticiosos aos fatos.

O poder da mídia, contudo, se expressa no seu status social e político, seu nível de recursos, sua capilaridade (audiência). Neste caso, sua vulnerabilidade aparece na dependência dos antagonistas e na dependência de um conflito específico. Na verdade, os antagonistas surgem porque querem abalar a imagem e o significado do senso comum.

A relação entre os antagonistas e a mídia é também definida por um círculo de transações culturais no qual cada lado apresenta sua própria interpretação ideológica da realidade. (...) A relação entre atores políticos e imprensa é muito mais que um negócio sincero: é uma forma de interação social no qual os comportamentos de cada lado são regulados por elaborados e independentes círculos de ideologias as quais vão além da relação de custo e benefício (WOLFSFELD, 1991, p. 03).

Nesta relação de competitividade pelo poder, a teoria justifica parte da dependência que caracteriza a relação de controle à liberdade de imprensa evocada pelo terrorismo. Um destes aspectos está centrado na troca de informações e notícias de uma cobertura jornalística. De acordo com Wolfsfeld (1991), os antagonistas colocam a mídia em uma posição cômoda, oferecendo-lhe entrevistas exclusivas, imagens perfeitas, informações e notícias.

A cobertura jornalística poderá legitimar ou não o poder que os antagonistas têm sobre a imprensa. Mas, quanto mais ameaçador e mais imagens e boas histórias produzir, mais a mídia estará interessada nesta ambígua relação. O produto disso poderá ser refletido na violência contra a imprensa, com mortes e seqüestros, e em mudanças na opinião pública e na condução da política, objetivos principais dos grupos terroristas.

Para exemplificar este comportamento podemos citar exemplos contemporâneos na Europa. O IRA (Exército Republicano Irlandês) se especializou em ataques terroristas na década de 70. Formado em 1916 por católicos da Irlanda do Norte, o grupo tinha como objetivo unir seu país à República da Irlanda, constituindo uma única Irlanda, independente e soberana. A fase pacífica do movimento pelos direitos civis acabou num domingo, 30 de janeiro de 1972, quando tropas britânicas dispararam contra manifestantes resultando em 13 mortes. O incidente, que passou a ser chamado de Domingo Sangrento, deu ao IRA pretextos para uma escalada de violência e terror e passou a ser amplamente discutido na imprensa.

A exemplo do IRA e da repercussão que suas ações tinham na mídia mundial, outros grupos foram criados com fins pacíficos, mas foram induzidos pelas ideologias terroristas com o tempo, como é o caso do ETA (iniciais de Pátria Basca e Liberdade, no idioma basco), na Espanha. Criada há mais de 40 anos, a organização se transformou em um movimento totalitário nos últimos 20 anos, perpetuando um jogo de pressões. De acordo com suas regras, qualquer pessoa que não pensasse exatamente como o grupo se transformaria em inimigo em potencial, sujeito às ameaças e aos atentados violentos.

Neste ciclo, a legitimação de suas reivindicações políticas por meio da imprensa é essencial para atingir seus objetivos. Os jornalistas se transformam em alvos para a divulgação da idéia política e ideológica do grupo, o que produz um medo constante entre os profissionais da imprensa. Atualmente, de acordo com a organização não-governamental *Repórteres Sem Fronteiras* (ANNUAL, 2006), os jornalistas devem andar acompanhados de guarda-costas quando ameaçados pelo ETA. Em 2004, por exemplo, vários colaboradores do jornal *El Mundo* e do grupo de radiotelevisão basca *Euskal Irratia Telebista* (EITB) foram alvos da organização separatista. As ameaças formam parte integrante de uma nova campanha de terror do ETA, que nega os direitos fundamentais dos indivíduos e os princípios da democracia.

Wolfsfeld (1991) afirma que estes antagonistas que ameaçam, tanto na Europa quanto no mundo inteiro, influenciam na qualidade do conteúdo proveniente da mídia e na importância que a imprensa dá para tais assuntos. Nessa perspectiva, eles são capazes de conduzir o noticiário midiático, sugerindo alguns enquadramentos de acordo com seus interesses.

Dizer que os terroristas “seqüestram” a atenção da mídia não quer dizer que eles possam controlar todos os enquadramentos dados por ela. Na verdade, eles apontam o assunto a ser discutido e não seus ângulos. Na maioria dos casos, para obter mais credibilidade e

segurança, a mídia encontra um esteio nas informações oficiais – que muitas vezes vêm inculcada com interesses e propagandas ideológicas do governo.

Por fim, para Johnson (2004), um dos pecados mortais do terrorismo é que ele explora o aparelho de liberdade das sociedades liberais e o ameaça de forma contínua, introduzindo medo na liberdade de imprensa. O terrorismo tenta induzir a civilização a cometer seu próprio suicídio. Nessa perspectiva, é uma ameaça ao primado da lei.

4.1 CONTROLE PELA COBERTURA JORNALÍSTICA

Capaz de oferecer uma porção da realidade, parte das coberturas jornalísticas de terrorismo tem em seu produto um reflexo do controle, da manipulação e da autocensura provenientes do jogo de poder entre autoridades e terroristas. Conforme mencionamos, a relação entre os meios de comunicação e o terror é representada por sentimentos paradoxais.

No exercício de seu papel, alguns jornalistas ampliam a retórica de governos e de líderes que pretendem responder contra a violência terrorista. O principal objetivo é mostrar à sociedade estabilidade, marginalizando os terroristas e ganhando suporte das políticas públicas. O ponto de vista dos governos e suas reações se transformam nos maiores focos da cobertura jornalística de eventos terroristas, assim como em meios oficiais de informação e da formação da opinião pública.

Para Wainberg (2005), o terror é público por natureza. Pode ser considerado uma fala compreensível e de fácil absorção, ou uma essência do processo comunicacional. Ou seja, existe uma importante discussão se a mídia encoraja os terroristas ou não.

Entre as teorias que afirmam que a relação do terrorismo com a mídia tem efeito contagiante, a explicação Brian Jenkins (1983) é que o terrorismo é produto da liberdade, especialmente da liberdade de imprensa. Além disso, especialistas pontuam que um dos mais

importantes reflexos do jornalismo é o fato de aumentar o número de atividades terroristas – devido aos efeitos de repetição provocados. Ou seja, o conteúdo informativo divulgado pela imprensa é capaz de fornecer conhecimentos sobre o assunto, além de ajudar a espalhar o terror no imaginário das pessoas.

Como o controle pela mídia surgiu em paralelo à propagação do terrorismo, podemos citar como exemplo os anos 70. Na época, a mídia norte-americana elaborou uma série de diretrizes para lidar com o terrorismo. Os Estados Unidos indicavam que a cobertura jornalística durante tais eventos deveria ser branda, sem repercussões capazes de produzir discursos inflamados sobre o assunto. Tais recomendações incluíam o uso de pesquisas de opinião, restrições sobre a veiculação de imagens, limitação de entrevistas diretas com refêns, a não publicação de informações sobre táticas das forças de segurança, entre outras – uma versão diferente de cobertura pôde ser conferida após os atentados de 11 de setembro de 2001, como veremos a seguir.

Diante da perspectiva de controle, até mesmo os veículos de comunicação passaram a aplicar regras próprias de autocensura para tais coberturas jornalísticas. O canal *CBS*, por exemplo, procurou evitar matérias que pudessem disseminar idéias aliadas às atividades terroristas.

Além de assumir de modo explícito sua relação de dependência com os terroristas, a imprensa direciona as discussões em torno do terror. Um dos métodos utilizados pode ser as pesquisas de opinião pública (ALALI; EKE, 1991). Por meio da apresentação de dados referentes ao que pensa um determinado grupo, é feito um recorte da realidade. Tais resultados levam à discussão e podem ser capazes de causar mudanças de opinião sobre o assunto.

Na verdade, acredita-se que, utilizando as pesquisas de opinião pública, exista uma exaltação maior aos atos terroristas. Tem-se como hipótese a possibilidade de a população

pensar mais sobre o terrorismo, se sentindo ameaçada, e de grupos menores serem encorajados a proporcionarem atos de violência em maiores proporções.

Analisando tais efeitos e afirmações dos teóricos na área, temos como panorama a fragilidade da imprensa quando ameaçada pelo terrorismo. Com o poder de agir nas cognições, encantar com palavras e imagens, a mídia se vê suscetível ao jogo de pressões de todos os lados, pois parece ainda viver uma crise de identidade em que se debatem questões de ética, liberdade e direito à livre informação. Seu controle pelo terrorismo é, muitas vezes, invisível, mas real.

4.2 ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001: VERSÃO CONTEMPORÂNEA DO CONTROLE DA MÍDIA PELO TERRORISMO

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos expuseram ao país o debate sobre a liberdade de imprensa – assunto que, até então, era considerado um dos principais valores conquistados pelos norte-americanos ao longo dos tempos.

Ao manifestar suas reivindicações por meio da imprensa, os terroristas chamaram a atenção pública sobre suas causas. A mídia passou a trabalhar de maneira intensa como divulgadora dos desejos políticos e sociais de tais grupos. Foi o meio de propaganda mais rápido para a promoção de ideologias, ao mesmo tempo em que podia pedir informações, sugerir iniciativas, estimular aprofundamentos sobre quaisquer assuntos para o público. Também não podemos esquecer de destacar a censura imposta pelo governo e pelas próprias empresas de comunicação para controlar o conteúdo jornalístico divulgado à população¹.

¹ Boa parte das informações jornalísticas produzidas nos Estados Unidos foi difundida por meio de agências internacionais de notícias, jornais e redes de televisão, para o mundo inteiro.

Assistindo ao vivo o ataque aos Estados Unidos, a população norte-americana viu, durante os atentados, símbolos históricos serem destruídos e humilhados. A mesma tecnologia que por séculos impulsionou o desenvolvimento do país, naquele dia foi aliada dos terroristas: a destruição total dos arranha-céus e a captação das imagens ao vivo – realizadas por emissoras como CNN e FOX – deram vigor aos atos de vingança de um grupo que buscava a realização de desejos políticos em meio a um planeta global.

Se utilizarmos aqui os princípios difundidos pela teoria transacional de Wolfsfeld (1991), pode-se afirmar que os terroristas de 11 de setembro atuaram como antagonistas durante os atentados. Interessados em divulgar sua causa política à opinião pública, os atores centralizaram a disputa em enquadramentos desejados. A vulnerabilidade da mídia e a organização do grupo demonstraram uma relação de dependência da mídia e a suscetibilidade de abrir mão, mesmo inconsciente, da liberdade de imprensa.

A atuação dos terroristas nos Estados Unidos, na verdade, representou uma guerra simbólica. Mirar aviões no prédio mais alto de Nova York e símbolo da estabilidade econômica do país representou a destruição de símbolos e chamou a atenção do público mundial para a ameaça terrorista em poucas horas. Neste caso, o controle da mídia pela violência se deu de forma sensacional, representando uma troca de favores – os terroristas invadiam as telas da televisão para comunicar suas estratégias; por outro lado, a mídia se alimentava de tal violência para transmitir imagens espetaculares e manter a atenção da audiência.

O trabalho da mídia, principalmente da televisão, durante os atentados foi tão intenso que os objetivos de divulgar as atividades terroristas e suas reivindicações políticas não precisaram mais que duas horas para atingir praticamente todas as residências norte-americanas. Uma pesquisa conduzida pela Michigan State University (GREENBERG, 2002, p.8), nos dois dias que procederam ao fato, revelam o poder da mídia. Dos 314 entrevistados

por telefone, 50% afirmaram que ouviram a notícia dos atentados pela primeira vez por meio do relato de alguma pessoa, enquanto 33% ouviram primeiro pela televisão e 15% por meio do rádio.

Como resultado das tensões, apresentadores de telejornais ou de programas de entrevista demonstraram suas opiniões (e colaboraram para arraigar outras) não apenas por meio da linguagem verbal, mas através das vestimentas usadas durante as coberturas.² Não raros foram os casos de profissionais vestindo gravatas nas cores vermelha, azul e branca, cores da bandeira dos EUA, ou broches e fitas alusivos ao país pregados nas lapelas dos casacos. A atitude patriótica conduziu a população a construir uma opinião sobre a necessidade de trocar, naquele momento, a liberdade adquirida pela segurança almejada (detalhes sobre o assunto serão retomados no próximo capítulo).

Nessa perspectiva, em períodos de crise, os governantes encontram no patriotismo, e no seu incentivo, um forte argumento em busca da prudência, ou até mesmo uma maneira conveniente para promover o silêncio (MARTHOZ, 2003). Este é um fenômeno natural que tende a ser muito difundido.

Além disso, em busca da melhor informação, a imprensa demonstrou-se várias vezes equivocada. Como exemplo, podemos citar o fato de as redes de televisão também terem veiculado notícias falsas, como uma possível explosão do Capitólio e um carro bomba que teria explodido no Departamento de Estado. Outras redes noticiaram que no mesmo momento, Cabul, no Afeganistão, estava sendo atacada por tropas norte-americanas.

Em relação ao controle do governo, a censura foi evidente em dezenas de meios de comunicação. Algumas emissoras foram proibidas a veicular imagens que mostrassem o terrorista saudita Osama Bin Laden em uma de suas cavernas no Afeganistão – a rede de televisão *Al-Jazeera* foi, inclusive, pressionada a não fazer entrevistas com terroristas.

² Allan e Zelizer (2003) não nos revelam, mas é provável que o fato de demonstrar patriotismo por meio das roupas tenha sido incentivado pelas emissoras de TV, e não um ato voluntário dos jornalistas.

A cobertura dos ataques também mostrou que parte da imprensa respondia às perguntas “quem?”, “quando?”, “onde?”, “o quê?” e “como?”. Mas a pergunta “por quê?” ficava sem resposta. Algumas redes de televisão, como a *BBC* até hoje não pronunciam a palavra “terrorista”. Na época, eles sabiam que haviam sido alvo de um terrorismo, mas no geral não queriam dizer que os acontecimentos haviam sido causados por um terrorista.

Os atentados, portanto, combinaram momentos de tragédia, perigo público e um grave tratamento com a segurança nacional. Representou a grande quebra dos conceitos mantidos e fortalecidos durante quase três séculos. Após tais acontecimentos, foi preciso sacrificar-se para lidar com o terrorismo e manter o *american way of life*: o fim da privacidade e da liberdade para garantir a segurança foi uma das mais dolorosas conseqüências assumidas e perpetuadas pela imprensa.

Em contrapartida, diante às ameaças, o jornalismo mostrou que pode informar, consolar, transformar a crítica em opinião pública, e não apenas nos fazer pensar. O jornalismo também teve a liberdade para provar que é capaz de fazer chorar. Na visão do pensador francês Baudrillard (2003), os atentados exibidos em rede foram de fato um ato simbólico contra o global, uma espécie de reversão de poder em nome de uma rejeição à potência mundial. Para o autor, “o terrorismo de 11 de setembro respondeu justamente à humilhação contra humilhação” (BAUDRILLARD, 2003, p.61), tendo usado como alvo a mídia e sendo resultado das práticas globais e da idéia de massificação.

Após 11 de setembro, o público queria absorver mais daquilo que a mídia podia dar e não aquilo que mereceria receber. Mostrando vulnerabilidade quanto ao direito de se manter informado, o público provou, por meio de pesquisas, que abrir mão da liberdade de imprensa era possível (e necessário) em nome da segurança nacional e contra as ameaças impostas. Conforme pesquisa realizada pela *Pew Research Center for the People & the Press* (apud

WARREN, 2003, p. 34)³, 89% do público entrevistado após os atentados enxergava como positiva a cobertura jornalística do acontecimento. Outra pesquisa, conduzida em 13 de setembro pela *ABC News* e pelo *Washington Post*, revelou que 92% dos respondentes suportariam novas leis impostas pelo governo e pelo FBI em nome da segurança nacional. Dos entrevistados, 71% abriria mão da liberdade pessoal e da privacidade.

Ao mesmo tempo em que viam a aprovação do público em suas coberturas jornalísticas e na situação de se manter sob o controle de autoridades, os jornalistas aproveitaram a espetacularização que o fato proporcionou para criar novas fórmulas nos jornais. Para Allan e Zelizer (2002, p. 39), “durante duas longas semanas, os jornalistas escreveram de uma maneira que enfatizava não somente a exatidão dos fatos e seu poder analítico, mas sua ligação humana com a comunidade”. Em relação ao conteúdo, os profissionais da comunicação reportaram muitos rumores, o que obrigou a publicação de uma série de correções. Não usaram como expressão o termo terrorismo, mas sim atrocidade, tragédia. Depois dos ataques, o jornalismo também funcionou como confortador da população.

Além disso, foram impostas restrições à liberdade individual e de expressão dos cidadãos. Logo após os atentados, o *Clear Channel*, uma das maiores empresas de rádio dos Estados Unidos, lançou uma lista que aconselhava a não veiculação de 150 músicas – a maior parte delas que falava de morte, aviões e guerra. Era a autocensura proveniente da própria mídia.

Ao contrário do terrorismo clássico, que atua em pontos específicos de um território definido e representa o interesse de um grupo, o terrorismo islâmico que assolou os Estados Unidos agiu em seu próprio nome e identidade. Seus soldados se dispuseram a morrer e matar por uma ideologia, usando a imprensa como dissipador de seus atos. Com sistemas de

³ Conferir em <http://people-press.org>

avançadas tecnologias monitoradas por radares e computadores, os EUA não evitaram o ataque nem protegeram o que tinham de mais precioso: sua idéia de liberdade. Pelo contrário, expuseram uma nação.

Na cobertura jornalística, a mídia, considerada a principal divulgadora do terror por Wainberg (2005), aproximou ameaças potenciais à sociedade e produziu efeitos no clima de opinião pública. A desordem foi utilizada como uma alternativa de noticiabilidade. E a cobertura midiática, diz Wolsfeld (1991), serviu como um efetivo meio de recrutar novos membros, mantendo o senso político e os efeitos da agenda pública.

De acordo com a pesquisa realizada pelo *Chicago Council on Foreign Affairs* e *The German Marshall Fund of the United States*, um ano após o 11 de setembro o terror continuava sendo o tema da agenda pública da população, e 91% dos norte-americanos o consideravam a mais grave ameaça à segurança dos próximos 10 anos – o número representa um crescimento de 7% desde 1998. A alteração das rotinas e a sensação de crise foram instantâneas no país no dia dos atentados.

Ao mesmo tempo em que a problemática do terror permanecia no discurso público, era comum a sensação de incomunicação devido às características do conteúdo jornalístico produzido e às restrições impostas pelo Estado. Estes fatores colaboraram para o crescimento dos atentados, e abalaram profundamente a capacidade de entendimento cultural dos povos, nações, religiões e culturas do mundo. A necessidade de controlar simbolicamente as massas se transformou em uma guerra psicológica de tamanha gravidade. Neste caso, domar a cognição humana das populações converteu-se em objetivo de todos envolvidos neste jogo de poder.

Para Allan e Zelizer (2002), logo após os atentados, teóricos afirmaram o surgimento do “novo tipo de jornalismo”. Especialistas acreditavam que ali terminava a era do “jornalismo leve”, e que as notícias do exterior começavam a ganhar valor dentro das

redações. Estas mudanças na maneira de fazer jornalismo ainda não podem ser identificadas como permanentes ou temporárias. Somente o tempo e as análises mais profundas sobre o conteúdo da imprensa dirão.

4.3 EXEMPLOS CONTEMPORÂNEOS DOS REFLEXOS À IMPRENSA APÓS 11 DE SETEMBRO DE 2001

Como vimos anteriormente, o terrorismo é a mais antiga forma de guerra, na qual encontra na violência um símbolo de purificação para alcançar seus objetivos. Bem antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, a imprensa mundial já era ameaçada por grupos políticos que usavam a força e a propagação do medo para divulgar suas idéias e mudar atitudes da opinião pública. Mas depois desta data, nunca se discutiu tanto a relação da imprensa com o terrorismo.

Para compreendermos a ligação entre os limites da liberdade de imprensa é preciso intensificar a discussão sobre terrorismo e segurança global. Algumas medidas, adotadas para aumentar a segurança após 11 de setembro, tiveram profundas repercussões nas liberdades civis dos cidadãos, especialmente na liberdade de expressão. De acordo com Warren (2003), a declaração de “guerra contra o terror”⁴ pelos Estados Unidos e a coalizão internacional criou uma situação de perigo, na qual os jornalistas se transformaram em atores e vítimas.

Assim como em outras guerras, o conflito travado contra o terror representou um risco para o exercício do jornalismo, pois os governos demonstraram a todo momento interesses políticos e a necessidade de controlar o conteúdo da mídia. Além disso, restringir o fluxo de informações após os atentados foi a maneira óbvia de manter a segurança dos países

⁴ Chomsky (2002) afirma que o termo criado pelos norte-americanos contém boa dose de propaganda em seu significado, pois não tem a intenção de exterminar, de fato, o terrorismo. Neste caso, os interesses políticos são maiores.

ameaçados pelo terror – ao mesmo tempo, pesquisas internacionais revelam que o público via nessa atitude uma questão vital para a manutenção da democracia.

Após o 11 de setembro, a crise da mídia teve reflexos mundiais. Da Austrália ao Zimbábue, da Colômbia à Rússia, dos Estados Unidos a Angola, as políticas antiterror ajudaram a sufocar ainda mais o livre jornalismo.

Na Palestina, as dificuldades de exercer o jornalismo provêm de décadas de conflitos internos, mas com os atentados de 11 de setembro, a repressão se intensificou. Enquanto existia um medo da Autoridade Palestina de os Estados Unidos se transformarem no foco da mídia mundial (devido à repressão da liberdade de informação), este assunto diminuía a repercussão das mortes ocorridas entre judeus e palestinos.

Como se não bastasse o assassinato de jornalistas e o controle imposto ao conteúdo da imprensa, no dia do atentado, a mídia local e internacional foi impedida de mostrar a reação do povo palestino após a ação terrorista nos Estados Unidos. Na mesma data, um câmera do canal francês *TF1* foi raptado por três horas e, ao menos, quatro jornalistas foram agredidos. Durante estas demonstrações, consideradas ilegais pela polícia, dois palestinos foram assassinados.

Os conflitos vividos acentuaram ainda mais a tensão na região. Três dias após os atentados aos Estados Unidos, a polícia palestina deteve cinco jornalistas que faziam a cobertura de uma homenagem a um dos perpetradores dos ataques à Nova York (WARREN, 2003). Além disso, o acesso à Faixa de Gaza foi proibido para estrangeiros e jornalistas – a Autoridade Palestina justificou a atitude como uma medida de segurança.

No relato divulgado em uma publicação da Unesco, o diretor do *Human Rights Watch*, Jean-Paul Marthoz (2003) lembra o assassinato do jornalista norte-americano Daniel Pearl, em 2002, como a mais brutal consequência à liberdade de expressão em decorrência aos atentados de 11 de setembro. O seqüestro e o assassinato do profissional, diz ele, seguido da

morte de pelo menos outros oito jornalistas no Afeganistão, ofereceu indicativos fortes de que a liberdade de imprensa está diretamente nas mãos dos terroristas.

Nos últimos dez anos, a maioria dos assassinatos a jornalistas tem sido realizados por grupos “particulares”: os separatistas bascos do ETA, grupos armados islâmicos da Argélia, guerrilheiros da ala esquerda e paramilitares da ala direita da Colômbia e rebeldes da Serra Leoa. (MARTHOZ, 2003, p.51)

Nesta trajetória histórica pela manutenção da liberdade de imprensa diante o terrorismo político e criminal, o mais recente atentado na Europa trouxe à própria mídia o questionamento sobre a autocensura e as coberturas jornalísticas de atentados. No dia 7 de julho de 2005, Londres teve três estações de metrô e um ônibus atacados por grupos terroristas. O fato causou repercussões não só pela violência, mas também pela qualidade das informações disponibilizadas para o público. A questão e a análise sobre os conteúdos produziram questionamentos em jornais espalhados pelo mundo.

No Chile, por exemplo, jornais como *El Mercurio* e *La Tercera* repercutiram a qualidade de abordagem das notícias, assim como o zelo excessivo em evitar informações que chocassem a população, chegando a classificar o trabalho jornalístico inglês como uma “cobertura branca”. A falta de material fotográfico dos trens destruídos chegou a receber críticas dos periódicos chilenos. Agências de notícias internacionais, sociólogos, formadores de opinião também se pronunciaram em relação à abordagem dos veículos britânicos.

O artifício da autocensura ampliou ainda mais as restrições à liberdade de imprensa após 11 de setembro de 2001. Encorajada por autoridades e pelas respostas do público, a autocensura impede a discussão das raízes do terrorismo e em como conduzir melhor este problema.

No caso recente de Londres, os atentados produziram uma forma de autoproteção da mídia inglesa, responsável por transmitir a maioria do material jornalístico sobre o fato ao mundo. Agências de notícias, TV pública inglesa e jornais optaram por retratar apenas imagens de um ônibus atingido por uma bomba, enquanto o pânico se instaurava também nas

ruas e nas próprias estações do metrô alvejadas. A *BBC*, principal cadeia britânica, optou por não mostrar imagens sangrentas, nem de mortos ou fazer *close ups* para banir o uso da mídia pelos terroristas ou para que eles não utilizassem a mídia como forma de divulgar suas ideologias.

Mesmo com o uso de imagens “limpas” do atentado, o terrorismo que atingiu Londres agiu diretamente na mudança de atitudes da imprensa. E, conseqüentemente, os rumos da opinião pública – que, mesmo se sentindo ameaçada, se viu protegida ao ver imagens pouco agressivas, que não lembraram o 11 de setembro.

O mesmo cuidado, entretanto, não foi visto nos atentados de Madri, em 11 março de 2004. Na época, os veículos espanhóis pouco pouparam o público. A visibilidade aos terroristas e seus ideais políticos, bem como a vulnerabilidade do país ficaram explícitos com a transmissão de informações e imagens fortes, como de cadáveres entre escombros e destroços do trem.

Na verdade, uma cobertura jornalística livre ajuda o público a compreender melhor o conflito. Sem pressões e sem o controle excessivo do terrorismo e das autoridades é possível que tenhamos uma mídia saudável, pluralista, com a capacidade de abranger o maior número de informações, pontos de vista e opiniões – fatores que levam ao exercício da democratização. Com um papel crucial para prover a estabilidade durante e após os conflitos, a imprensa deve se valer de aproximações construtivas para ajudar manter estratégias a longo prazo e soluções a curto prazo para criar condições de reduzir crises e conflitos.

4.4 CONCLUSÃO

Os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos representaram uma nova fase na relação entre imprensa e grupos terroristas. A missão propagandística de ampliar o

ódio por meio do ataque massificado a alvos civis destacou o momento contemporâneo que vivemos: do terror globalizado, veiculado em todo o mundo, em imagens simultâneas, graças à contribuição do trabalho da mídia.

Estes atores que participaram dos ataques difundiram suas reivindicações políticas e ideológicas por meio da apresentação de cenas cativantes e impactantes, capazes de alimentar os interesses da mídia e da audiência. Esse jogo de pressões demonstrou a capacidade da imprensa de mostrar-se frágil e sem condições de recusar seu envolvimento neste jogo de poder.

Por meio da morte de inocentes, chamou-se a atenção do público de maneira simbólica. Desde 11 de setembro, a guerra psicológica é constante no imaginário das pessoas, inserindo ameaças e medo e enquadrando novos pensamentos. A construção de novas idéias sobre o fenômeno e a formação de uma opinião pública, a partir dos fatores que compõem este cenário, mudaram também a importância sobre a liberdade de imprensa.

Ao dar espaço à causa terrorista, em busca da espetacularização e da audiência, a imprensa entrega-se às estratégias dos terroristas de divulgar suas idéias através de ataques violentos. Amplia-se o medo e a sensação de insegurança da população. Neste caso, a liberdade de imprensa pode ser considerada uma ameaça à população, e a única forma de dominar o problema parece ser, aos olhos do público, a restrição do direito de informar e ser informado. Portanto, em tempos de terror globalizado, imprensa e atores terroristas mantêm uma relação de dependência capaz de tornar inviável a liberdade de imprensa.

5 A OPINIÃO DOS LEITORES DE PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA SOBRE LIBERDADE DE IMPRENSA

Com a capacidade de colaborar com o enquadramento do conteúdo jornalístico, como vimos no capítulo anterior, o terrorismo se apropria da mídia para divulgar sua guerra psicológica e suas intenções políticas e ideológicas. No início do século XXI, práticas terroristas nos evidenciam a ampliação do jogo de poder entre imprensa, autoridades e grupos radicais.

Fatos recentes, como os ataques às torres gêmeas do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, e às estações de metrô de Madri, em 11 de março de 2004, e Londres, em 7 de julho de 2005, podem nos dar uma dimensão dessa relação. Existiu uma preocupação da mídia e do governo no tocante ao conteúdo da cobertura jornalística oferecida ao público. Neste universo de preocupações, criou-se uma atmosfera capaz de censurar assuntos considerados ameaçadores à democracia e à segurança da população, bem como restringir as liberdades pessoais da sociedade.

Na verdade, este ciclo de ameaças provocou também uma maior participação de autoridades governamentais na tomada de decisões dos *gatekeepers* sobre os conteúdos divulgados na imprensa. Ou seja, sabendo do poder da mídia e do interesse dos grupos terroristas de apoderar-se simbolicamente dos meios de comunicação e do imaginário social, os governos dos países ameaçados consideraram a fiscalização do fluxo de informações uma garantia à segurança da sociedade.

Nos Estados Unidos, considerado um dos países mais livres e democráticos do mundo, a liberdade de expressão e a privacidade foram os alvos deste controle do governo, principalmente após 11 de setembro. Para ampliar as investigações sobre os responsáveis pelos atentados e as possíveis ameaças ao país, a sociedade foi submetida a privações a sua própria liberdade, como a restrição de informações enviadas pela imprensa sobre o terrorismo, a violação de correspondências e e-mails, a inspeção de sites de busca na Internet e a escuta de conversas telefônicas.

Considerando esta atitude um retrocesso no direito às liberdades, o controle das mídias teve o apoio dos cidadãos norte-americanos. Conforme vimos anteriormente, pesquisas revelam que a população preferiu se abster do direito à informação e da própria liberdade que caracteriza o *american way of life* para zelar pela sua segurança e de sua família. Neste aspecto, o terrorismo introduziu aos norte-americanos, por meio da pressão e da violência, o medo na liberdade de imprensa.

Fazendo um recorte desta problemática, transpomos o dilema norte-americano aos leitores de jornal de Porto Alegre e Região Metropolitana. Independentemente do papel escolhido pela imprensa durante o curso dos acontecimentos, seja da autocensura, da subordinação à censura de Estado ou do livre exercício do jornalismo, o que fariam os receptores gaúchos se estivessem pressionados a optar por uma restrição ao seu direito de estar informado? O problema enfrentado teria como prioridade a liberdade de imprensa?

Para avaliarmos esta relação entre a importância do direito à informação e os elementos que a ameaçam, propomos um estudo empírico por meio da aplicação de um *survey*. Conduzimos a pesquisa com leitores de jornal de Porto Alegre e Região Metropolitana. A amostra nos ajudará a avaliar e analisar aqui a convicção revelada pelos sujeitos na investigação sobre o valor liberdade de imprensa no contexto de terrorismo. Ou

seja, deseja-se estudar a relação que os leitores fazem entre o direito à informação, o terrorismo e seus valores pessoais.

As revelações nos permitirão comparar os dados com pesquisas norte-americanas e traçar o perfil do público gaúcho frente às questões de liberdade de imprensa. Descobrir o cenário das escolhas sobre o direito à informação, principalmente tendo em vista a história da liberdade de imprensa, nos leva à compreensão da própria importância da mídia na construção das opiniões e da democracia.

5.1 EVIDÊNCIAS METODOLÓGICAS

Para escolhermos o grupo que seria estudado nessa etapa empírica buscamos dados na Associação Nacional de Jornais (BOAS-NOVAS, 2005). De acordo com um relatório da instituição, publicado em dezembro de 2005, concluiu-se que 74% das 2.002 pessoas com mais de 16 anos entrevistadas consideravam os jornais um meio de comunicação de credibilidade. Encomendada pelo Ibope em maio de 2005 e executada em agosto do mesmo ano, a pesquisa reflete a importância dos jornais na formação das opiniões e na consolidação da democracia – e justifica a escolha de aplicação do *survey* (questionário) em leitores de jornal.

Para termos uma comparação entre pessoas não leitoras e aquelas que apenas lêem jornais, podemos citar o questionamento feito sobre a importância das eleições, um dos elementos básicos ao exercício da democracia. Dos não leitores, 49% consideram o voto um artifício importante. Em contraposição, para aqueles que só lêem periódicos, a importância de uma eleição cresce para 57%.

Tendo em vista os benefícios da leitura na construção da cidadania, na garantia dos direitos e na formação de uma opinião pública consciente, definimos como área geográfica da

pesquisa a cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana. Elegemos esta área porque é considerada pelo instituto de pesquisas Marplan a mais abrangente do Brasil em número de leitores, seguida pelo Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba. De acordo com uma avaliação entre os meses de janeiro e junho de 2005, 77% dos moradores desta área lêem jornais (ou cerca de 1.950.000 pessoas).

Em busca do perfil de nosso público-alvo para a aplicação do *survey* selecionamos dados regionais também coletados pelo Marplan e pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC). Elegemos como objeto pessoas com as mesmas características dos leitores do jornal Zero Hora, pertencente ao Grupo Rede Brasil Sul (RBS).

Optar pelo perfil do leitor deste jornal foi reflexo de uma decisão baseada em estatísticas e na falta de um levantamento mais amplo sobre o leitor gaúcho. Conforme a Associação Nacional de Jornais (ANJ), não existe um estudo específico sobre as características das pessoas que se informam pelos meios impressos de comunicação no Brasil, o que nos remeteu aos dados mantidos pelo Grupo RBS.

Em relação às evidências estatísticas, a primeira delas está relacionada ao índice de leitura e tiragem de exemplares de Zero Hora. De acordo com a mesma pesquisa do Marplan, este jornal é lido diariamente por 52% dos leitores de classe A, B e C da região em questão. O periódico está classificado em segundo lugar em leitura, perdendo apenas para o jornal popular Diário Gaúcho (55%), também do Grupo RBS.¹

Com uma circulação média diária de 204.642 exemplares, conforme dados do IVC de outubro de 2005, Zero Hora é lido por uma parcela semelhante de homens (46%) e mulheres (54%). A maioria dos leitores é de classe A (18%), B (53%) e C (23%), com idade entre 20 e

¹ Embora tenha um índice de leitura maior se comparado com Zero Hora, o Diário Gaúcho não foi eleito como exemplo para a pesquisa porque não abrange todo o estado do Rio Grande do Sul, possui uma proposta jornalística popular, com algumas características sensacionalistas, e tem como público-alvo as classes B, C, D e E.

49 anos (59%). Além disso, 67% dos leitores possuem grau de instrução médio ou curso superior.

Portanto, após definirmos como objeto de pesquisa homens e mulheres leitores de jornais, com idade entre 20 e 49 anos e escolaridade média e superior, trabalhamos na construção de um *survey*. De acordo com Babbie (2005), esta metodologia é baseada numa teoria de cognição e comportamento de estímulo-resposta. Presume-se que cada pergunta e cada resposta signifique exatamente a mesma coisa para todos os respondentes. As perguntas tentam se aproximar ao máximo deste ideal. A técnica economiza tempo e possibilita a coleta do maior número de dados.

De acordo com Rea e Parker (2000), independentemente do número de pessoas de uma pesquisa empírica, as amostragens permitem generalizações sobre uma população. A análise, neste caso, torna-se um microcosmo de um universo maior, não perdendo seu grau de importância científica.

Com a vantagem de apontar as percepções dos leitores, o *survey* foi elaborado com perguntas fechadas de múltipla escolha, pois o método possibilita alternativas uniformes, com boa profundidade e facilita a tabulação de dados. Sua construção teve como base o que pressupõe a teoria liberal que valoriza o papel da liberdade de imprensa para a democracia.

Algumas questões contemplaram uma escala ordinal, utilizada para medir a posição dos respondentes em relação às situações propostas. Nessa perspectiva, também utilizamos os conceitos da Escala de Likert, um método no qual é proposta uma numeração de 1 a 5 que indica pontos de vista favoráveis e desfavoráveis referentes a um determinado assunto.

Entre os temas contemplados abordamos situações realistas. Nas questões desejava-se conhecer as condições nas quais os respondentes admitem a censura (item relacionado a valores pré-determinados), reagem à manipulação e em que condições cabem os limites ao privilégio da liberdade de imprensa. Portanto, para medir essas atitudes e opiniões utilizamos

elementos cognitivos e afetivos, bem como propomos um processo de identificação, como a introjeção (assimilação de características) e a projeção (atribuição ao outro de suas próprias características). Nesse sentido, veremos nas opiniões a predominância do componente cognitivo sobre o afetivo – o inverso ocorrerá nas atitudes.

Após a elaboração do questionário, aplicamos um pré-teste com dez pessoas em dezembro de 2005. Os entrevistados foram requeridos a ler o material, responder as questões e apontar elementos que não compreendiam no questionário. Na segunda etapa, foram analisadas as interferências para uma posterior atualização do elemento de pesquisa. Lakatos (2002) acredita que o pré-teste evidencia possíveis falhas existentes, como a inconsistência ou a complexidade das questões, assim como a linguagem inacessível. O método também nos apontou a fidedignidade e a validade da pesquisa.

Por fim, utilizou-se uma amostra de 250 questionários auto-administráveis – no qual o pesquisador não interferiu na leitura dos mesmos – em escolas, universidades e cursos preparatórios de concursos da Capital e Região Metropolitana. Após a aplicação, ocorrida no início de janeiro de 2006, desconsideramos os respondentes que não tinham o perfil desejado. Portanto, foi considerada para análise uma amostra de 222 leitores.

5.2 APRESENTAÇÃO DE DADOS

A investigação sobre o valor liberdade de imprensa no contexto de terrorismo foi realizada por meio de um *survey* aplicado em 103 homens (ou 46,4%) e 119 mulheres (ou 53,6%). Da amostra válida, 3,6% estudaram entre cinco e onze anos, 64,41% possuem Ensino Superior incompleto, 22,07% têm Ensino Superior completo e 9,92% são pós-graduados. Em relação à localização geográfica, 42,34% vivem em Porto Alegre e 57,66% na Região Metropolitana.

5.2.1 Formação de opiniões

Utilizando fatores de uma escala ordinal e tendo como base a escala de Likert, o *survey* propôs ao leitor numerar de 1 a 5, de acordo com o grau de importância, aquilo que considerava na hora de tomar uma decisão. Avaliou-se com grau 1 a alternativa mais importante e 5 a de menor relevância. Para chegarmos aos resultados selecionamos as respostas com maior número de incidências. Obtivemos os seguintes dados:

Tabela 1
O que levo em consideração na tomada de uma decisão?

Decisão	Grau	Leitores	%
A opinião da minha família	1	160	79,6
A opinião dos meus amigos	2	114	56,71
A opinião de colegas de trabalho	3	95	47,26
O que leio nos jornais	4	86	42,78
O que vejo na TV	5	117	58,20

Portanto, para 79,6% dos leitores de jornal, a opinião da família é primordial para a tomada de decisões. Em segundo lugar, com 56,71% de aceitação, está a importância daquilo que pensam os amigos. Para 47,26% dos respondentes, os colegas de trabalho têm função terciária na tomada de decisões. O quarto elemento levado em consideração é o conteúdo publicado pelos jornais, com 42,78% de aceitação. Por fim, para 58,20%, o conteúdo veiculado pela televisão é o que menos colabora com a formação da opinião.

O enquadramento da família como elemento principal na tomada de decisão dos leitores reafirma a teoria de Lippmann (1922), quando o autor diz que as pessoas mais próximas dos indivíduos são os principais colaboradores na formação das opiniões. Na verdade, os entrevistados acreditam que os vínculos afetivos das pessoas que os cercam substituem as informações provindas diretamente dos meios de comunicação. De fato, a

imprensa tem o poder de apoderar-se do imaginário coletivo, mas não é capaz de fornecer a mesma intensidade dos elementos afetivos que um grupo de parentes ou amigos pode ofertar.

5.2.2 Escala de valores

Pensando em conhecer os valores mais importantes para os leitores, propusemos a classificação de tal valoração por meio de uma escala ordinal e a de Likert. Os respondentes numeraram de 1 a 5, de acordo com o grau de importância, o que é mais significativo. Avaliou-se com grau 1 a alternativa mais importante e 5 a de menor relevância. Para chegarmos aos resultados, selecionamos as respostas com maior número de incidências. Obtivemos os seguintes dados:

Tabela 2
O que é mais importante para você?

Valor	Grau	Leitores	%
Sair para passear com minha família em segurança	1	89	42,38
Decidir o que fazer sem coerção de qualquer espécie	2	72	34,28
Ajudar espontaneamente as pessoas	3	52	24,76
Ser bem informado sobre o que ocorre na sociedade	4	50	23,80
Enfrentar desafios para atingir metas desejadas	5	49	23,33

A segurança pessoal, representada no *survey* como o valor de “sair para passear com minha família em segurança”, é o mais importante item escolhido pelos respondentes. Na amostra, 42,38% selecionaram a alternativa. Em segundo lugar, com 34,28% de aceitação dos respondentes, foi considerado o fato de poder decidir o que fazer sem coerção de qualquer espécie. Portanto, o valor liberdade.

Ajudar espontaneamente as pessoas, atitude relacionada ao valor solidariedade, foi classificado em terceiro lugar por 24,76% dos leitores. Em penúltimo grau de importância foi

considerado o fato de ser bem informado sobre o que ocorre na sociedade. Portanto, o valor direito à informação, fator essencial para a construção de uma democracia, se posiciona em quarto lugar, com 23,80% de aprovação dos leitores.

A situação menos aceita pelo público foi a de enfrentar desafios para atingir metas desejadas. Neste caso, o valor ambição é considerado o menos importante entre os avaliados. De acordo com o *survey*, 23,33% escolheram a opção.

Os números revelados na questão proposta reafirmam mais uma vez a família como a base da vida dos cidadãos, tanto na tomada de decisões quanto na escala de valores. O envolvimento cognitivo-afetivo e a cumplicidade com as relações fazem com que os entrevistados elejam a segurança da família o valor em questão mais importante. Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa nos permitiram uma classificação mais didática dos valores:

Tabela 3

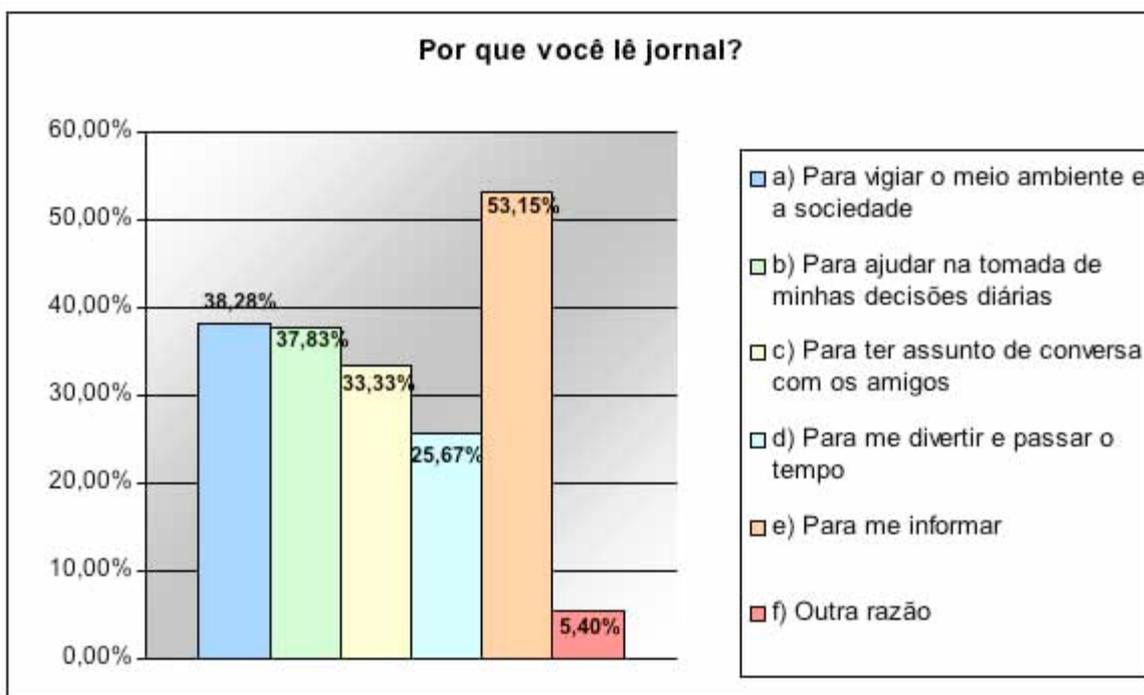
Valor	Grau
Segurança	1
Liberdade	2
Solidariedade	3
Direito à informação	4
Ambição	5

Os dados verificados nos permitem supor que, sob situações dilemáticas, os valores citados na pesquisa são considerados mais importantes que o direito à informação. Ou seja, classificado em quarto lugar, o direito à informação não é compreendido pelos entrevistados como uma garantia à democracia e à segurança que lhes preocupa. Na verdade, com o livre fluxo das informações, é possível ter o conhecimento ou, até mesmo, o controle sobre as ameaças que afligem a sociedade. Portanto, na escala de valores resultante de nosso *survey*, podemos comprovar a predominância da emoção em contraposição à razão.

5.2.3 Papel do jornal

Tendo em vista a importância do papel do jornal na construção das opiniões e da democracia, perguntamos aos entrevistados quais motivações os faziam ler os periódicos. As respostas nos conduzem a uma melhor compreensão da função do veículo na vida dos leitores. Os respondentes puderam optar por mais de uma alternativa. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 1



Portanto, para 53,15% dos entrevistados, a leitura diária de jornais é uma maneira de manter-se informado sobre os acontecimentos. Ou seja, para a maioria dos entrevistados, existe o reconhecimento de que o jornal oferece uma janela à realidade. A vigilância do meio ambiente e da sociedade, considerada uma das necessidades básicas para a manutenção de uma democracia, é a prioridade para 38,28% dos entrevistados.

Para 37,83%, os jornais auxiliam na tomada de decisões diárias. O número reafirma a opinião de que os jornais não são o primeiro item de importância na construção das opiniões – na questão anterior, conforme vimos, os respondentes colocaram em primeiro plano a opinião da família como principal colaborador na tomada de decisões. Os periódicos ajudam a pautar a conversa com amigos para 33,33% dos entrevistados. Diversão e passatempo são algumas das funções da leitura de jornais para 25,67%.

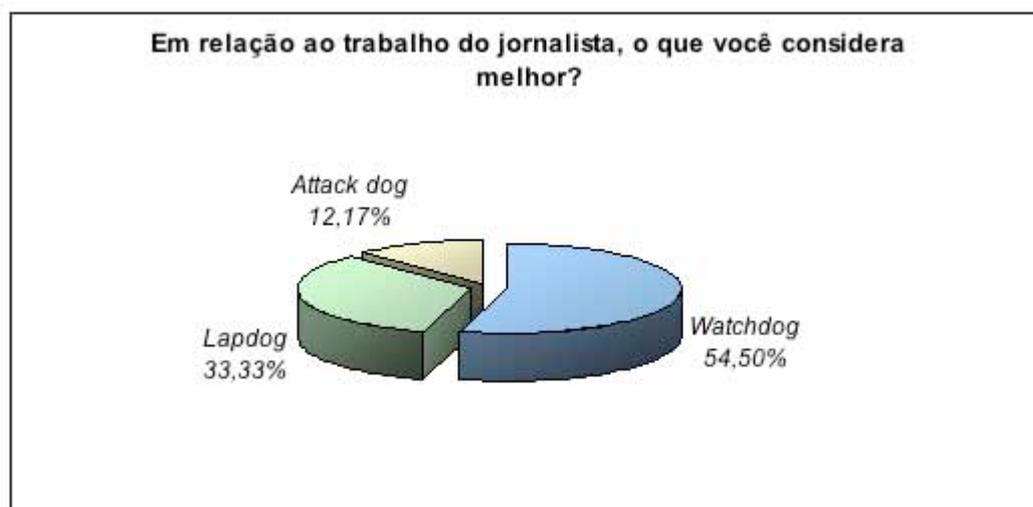
Em paralelo à pesquisa realizada pela ANJ, citada anteriormente, os dados nos permitem afirmar que aqueles que lêem jornais têm maior consciência social e liderança de opinião, melhor colocação e realização no mercado de trabalho, maior presença de profissões em nível gerencial e maior consciência política no país. De fato, quem lê jornais é mais consciente e compreende a função social do meio de informar e vigiar a sociedade.

5.2.4 O papel do jornalista

De acordo com a teoria democrática, o jornalista tem o papel de fornecer aos cidadãos informações suficientes para que estas pessoas se mantenham interessadas em cumprir seus papéis e colaborar para a vigilância da sociedade. Dentre as designações do tipo de perfil assumido pelo profissional, como mencionamos no terceiro capítulo, pode-se falar em profissionais que atuam como *watchdog* (aqueles que revelam os abusos de poder dos governantes), *lapdog* (aqueles que negam a atuação dos *watchdog* e priorizam as informações fornecidas por autoridades governamentais oficiais) e os *attack dog* (que priorizam a ênfase em assuntos negativos para encorajar a descrença no governo) (THRALL, 2000).

Tendo em vista tais denominações, perguntamos aos entrevistados o que consideravam mais adequado no trabalho do jornalista. Os dados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 2



Portanto, 54,50% acreditam que o jornalista deve atuar como um *watchdog*. Ou seja, apesar de o direito à informação não ser considerado valor primordial para os entrevistados, eles acreditam no poder da imprensa de vigiar a sociedade. Dessa forma, demonstram o desejo por coberturas jornalísticas críticas e que apresentem com transparência a realidade.

A atuação do jornalista como um *lapdog* é considerada a mais adequada para 33,33% dos leitores. Neste caso, o profissional deve se valer das informações oficiais, originárias das autoridades e dos funcionários públicos, consideradas de credibilidade, pois são supostamente provenientes de fontes seguras – a escolha revela uma parcela de submissão dos leitores perante o autoritarismo. Para 12,17% o ideal é que o jornalista atue como *attack dog*, enfatizando o uso de assuntos negativos e sensacionalistas para aumentar a descrença no governo – nessa perspectiva, a espetacularização é vista como algo natural da produção jornalística.

5.2.5 Os valores e o direito à informação

Considerando que os valores individuais atuam como formadores dos estereótipos que carregamos ao longo da vida, levantamos a hipótese que, diante de dilemas, tal valoração é capaz de conduzir à negação do direito à informação. Conforme vimos, quanto mais importante é um problema para a pessoa, maior sua atribuição de valores. Dessa forma, tal relação age diretamente na tomada de atitudes. Ou seja, para se fazer um julgamento, os indivíduos têm como base seus pontos de vista formados em experiências anteriores.

5.2.5.1 Valor contentamento com a cobertura jornalística

Para medirmos o contentamento com a cobertura jornalística, conduzimos os entrevistados a uma situação real relacionada à cobertura da Guerra do Iraque. Os respondentes deveriam dar suas opiniões sobre um trabalho jornalístico no qual a imprensa optou por fazer uma cobertura “limpa”, sem a divulgação de fatos e imagens que pudessem causar impressões mais profundas e mais reais do conflito. Obtemos o seguinte resultado:

Gráfico 3



Para 71,18% das pessoas, a decisão do jornal é errada. Neste caso, os periódicos devem ter liberdade para publicar imagens da guerra e oferecer ao público uma idéia real e verdadeira do conflito. Portanto, para a maioria dos respondentes, há um descontentamento em relação à cobertura jornalística.

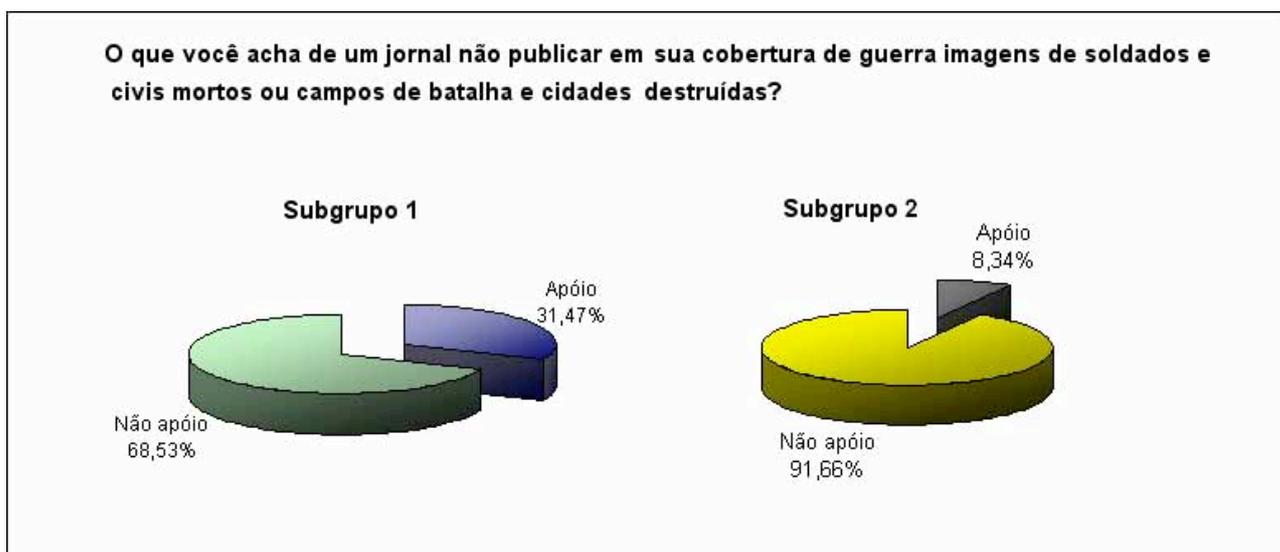
A não publicação de cadáveres expostos, ruas destruídas, campos de batalha e informações sobre violência é o modelo correto de cobertura jornalística para 28,82% dos respondentes. Para eles, o público deve ser protegido de fatos chocantes.

Os números revelam não só o anseio dos leitores de manterem-se informados sobre a real situação da guerra, mas também contradiz discussões recentes da mídia sobre sua atuação nas coberturas jornalísticas. Preocupada com as acusações de que amplia o pânico e a guerra psicológica proveniente da guerra e do terror, a mídia esforça-se para fazer uma “cobertura limpa”. Mas, nesta pesquisa, os leitores afirmam querer informar-se sobre a realidade – mesmo que para isso seja necessário conhecer imagens impactantes.

5.2.5.1.1 Dados isolados

Em uma segunda avaliação de dados, segmentamos nosso grupo de 222 entrevistados em dois subgrupos para obtermos novos percentuais. O primeiro subgrupo é composto por 89 indivíduos que consideraram o valor segurança da família como o mais relevante de suas vidas, e representam 40,09% dos leitores. O segundo subgrupo possui 24 entrevistados que avaliaram o direito à informação o valor mais importante – o número representa 10,81% dos respondentes. Neste caso, obtivemos os seguinte resultados no dilema proposto:

Gráfico 4



Conforme mostra o gráfico, 68,53% dos leitores que consideram a segurança da família o valor mais importante da vida não apóiam a decisão de autocensura do jornal. Ou seja, prefere o direito à informação. Em contraposição, 31,47% apóia a decisão do jornal, e preferiam não ver as imagens da guerra – o número representa a aceitação do valor felicidade.

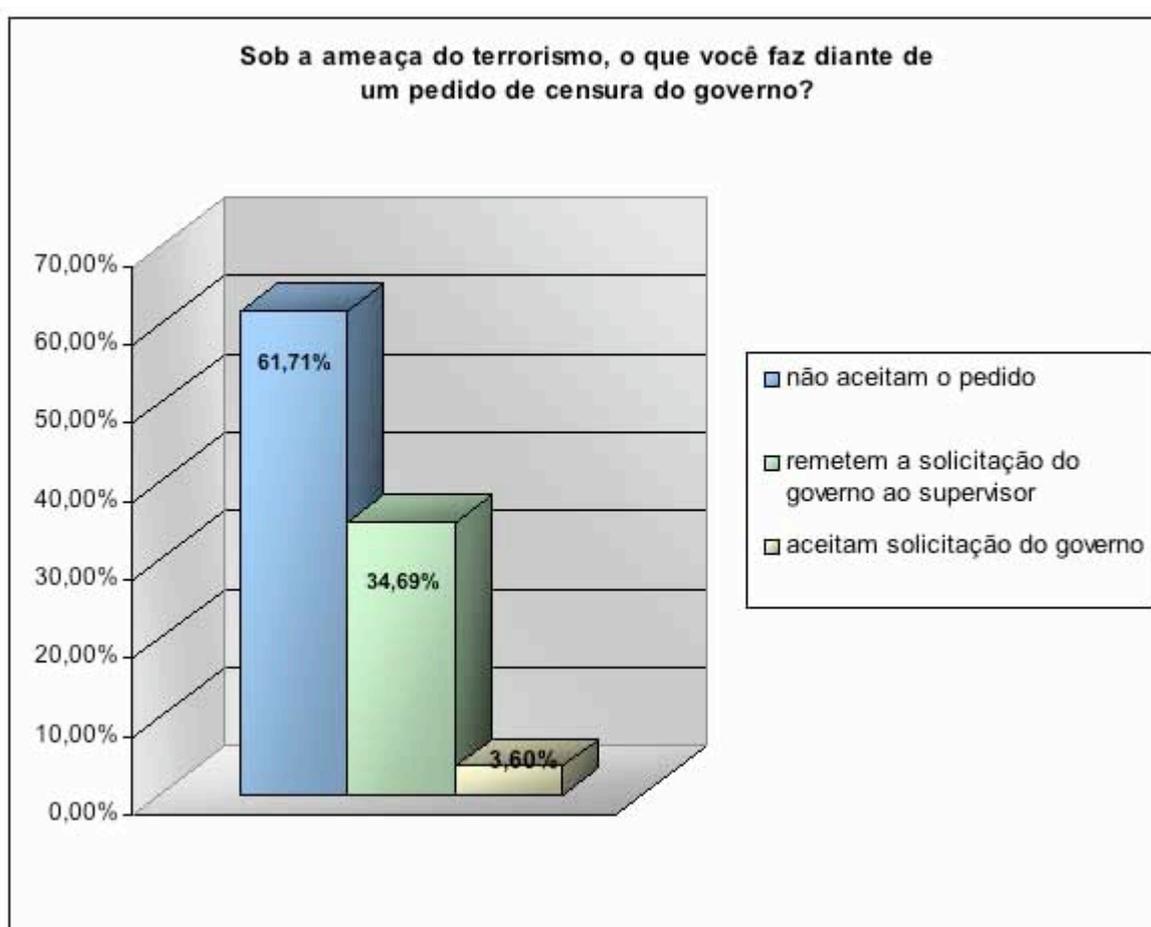
Por outro lado, os leitores que consideram o direito à informação o valor mais importante computam o maior interesse pela liberdade de imprensa. Dos respondentes, 91,66% não apóia a decisão do jornal de se autocensurar e de zelar o público das cenas de guerra. O mesmo subgrupo obteve o menor índice para o valor felicidade dos pesquisados: apenas 8,34% apóiam a decisão do jornal.

Portanto, quando questionados sobre o contentamento com a cobertura jornalística, os leitores que consideram o direito à informação um valor importante aceitam menos a censura do que aqueles que consideram a segurança da família um fator de primeira necessidade. Se comparados com o grupo em geral, o subgrupo 2 também apresenta dados mais positivos em favor do direito à informação.

5.2.5.2 Valor autoritarismo

O autoritarismo de Estado é capaz de impor a censura e a manipulação do conteúdo jornalístico em situações como o terrorismo. Solicitados a agir como jornalistas, posicionamos os leitores diante de um dilema no qual, sob a pressão do terror, deveriam ou não se submeter ao pedido de censura formulada pelo governo. Obtivemos os seguintes números:

Gráfico 5



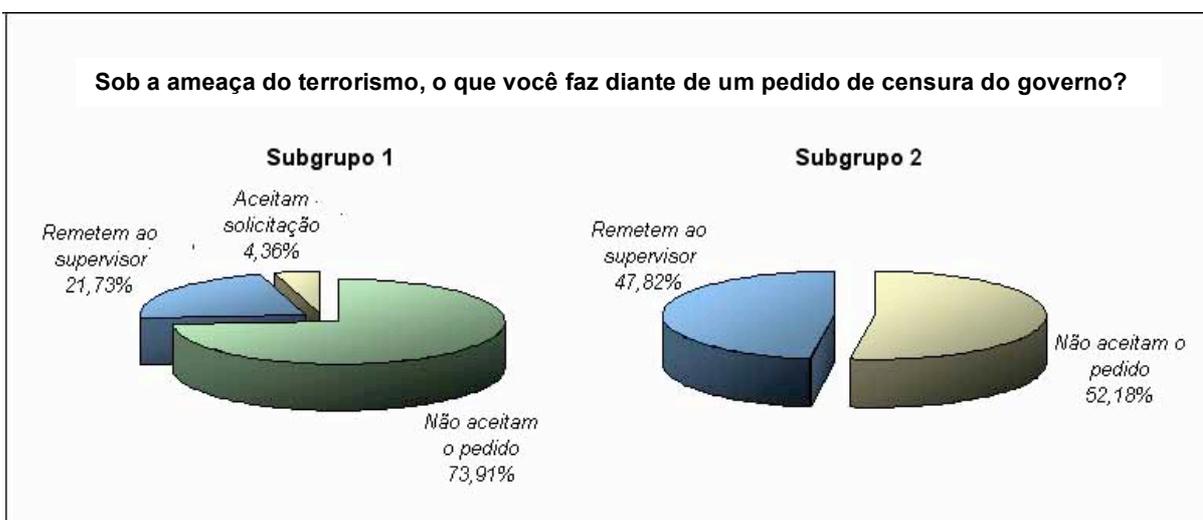
Dos entrevistados, 61,71% revelaram priorizar o direito à informação. Ou seja, não aceitam o pedido de governo de censurar determinado texto. Para a maioria dos leitores de jornal, a garantia do direito à informação deve ser mantida mesmo quando o ato de noticiar se mantém sob a ameaça de censura dos governantes.

Para 34,69%, a autocensura é a melhor estratégia para solucionar o problema – neste caso, os indivíduos remeteriam a solicitação de censura do governo a um superior, evitando assumir responsabilidades de decisão. Por fim, 3,60% dos respondentes afirmaram que aceitariam a submissão às autoridades e a censura e não veiculariam o texto para proteger o Estado de uma crise política. Em outras palavras, são favoráveis a restringir a liberdade de imprensa.

5.2.5.2.1 Dados isolados

Em uma segunda avaliação de dados, segmentamos nosso grupo de 222 entrevistados em dois subgrupos para obtermos novos percentuais. O primeiro subgrupo possui 24 entrevistados que avaliaram o direito à informação o valor mais importante – o número representa 10,81% dos respondentes. O segundo subgrupo é composto por 46 indivíduos que consideraram o direito à informação o último classificado em sua escala de valores, e representam 20,72% dos leitores. Neste caso, obtivemos os seguintes resultados no dilema proposto:

Gráfico 6



Os dados revelam que a maioria dos leitores que considera o direito à informação primordial (subgrupo1) não cederia às pressões de censura do governo. Isto é, 73,91% dos leitores escolheram esta alternativa. A autocensura é a solução encontrada por 21,73% das pessoas, e a submissão ao autoritarismo é aceita por 4,36% dos entrevistados.

Considerando a liberdade de imprensa um requisito básico para a formação e o desenvolvimento de uma democracia, o segundo subgrupo apresentou dados que nos permitem afirmar que a valoração do direito à informação é capaz de medir o grau de submissão dos indivíduos à censura. Ou seja, dos entrevistados que consideram o direito à informação um valor de última instância, 52,18% não aceitam o pedido de censura do governo – número bem inferior se compararmos com o primeiro subgrupo (73,91%) e com os números que consideram todos os leitores (61,71%).

Neste caso, a autocensura é a alternativa escolhida por 47,82% dos respondentes. Nenhum dos entrevistados afirmou aceitar o pedido de censura do governo.

Portanto, embora tenham mostrado não aceitar a total subordinação ao autoritarismo, as pessoas que não prezam pelo direito à informação são mais suscetíveis à autocensura e às restrições à liberdade de imprensa. Quem considera o direito à informação como um valor principal para a vida, contudo, mostra-se menos submisso às exigências de governo no tocante à divulgação de informações.

5.2.5.3 Valor ambição

Para medirmos o valor ambição dos respondentes em relação ao terror, posicionamos os leitores diante do dilema da cobertura jornalística da Guerra do Iraque. Como objeto central, escolhemos a problemática dos jornalistas *embedded*. Tais profissionais foram um dos

selecionados pelo governo norte-americano para trabalhar no front, retratando de perto a guerra, mas se submetendo a restrições quanto ao conteúdo a ser divulgado ao público.

Neste caso, perguntamos se os entrevistados, no papel de editores, se submeteriam ao convite dos Estados Unidos de um jornalista trabalhar ao lado das tropas norte-americanas, aceitando as normas do exército. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 7



Para 59,90% das pessoas, é importante aceitar as exigências do governo para fazer a transmissão de conteúdo jornalístico direto do campo de batalha, independentemente se, para isso, seja necessário restringir a liberdade de imprensa. Logo, para a maioria dos respondentes, o valor ambição é mais importante que o direito à informação.

Por outro lado, 40,10% dos leitores afirmam não aceitar as regras impostas pelos Estados Unidos. Neste caso, a cobertura jornalística deve mostrar todas as faces da guerra, e não apenas o enquadramento desejado pelo país que conduziu o conflito. Para estes respondentes, o direito à informação é mais importante que a ambição.

Os números gerais obtidos com a resposta dos 222 leitores confirmam a idéia de que há uma negação do princípio básico do jornalismo de ouvir os dois lados de um conflito. No

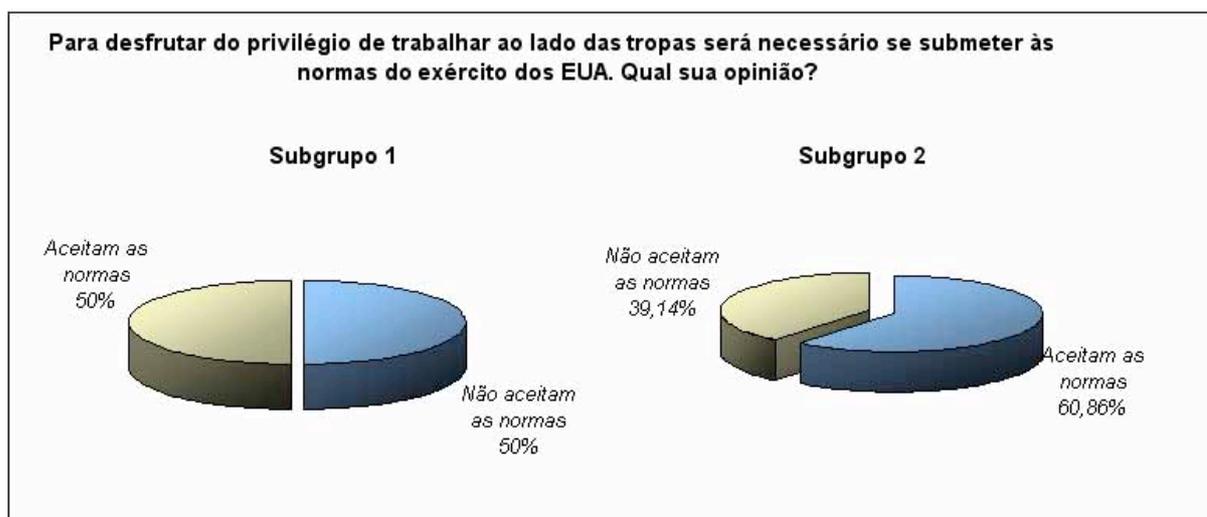
ponto de vista do público entrevistado, a ambição de estar no front – perto dos acontecimentos, mas seguindo regras que restringem a atuação profissional – se sobrepõe à liberdade de imprensa.

5.2.5.3.1 Dados isolados

Com a idéia de conhecermos a opinião dos leitores pertencentes a grupos isolados, utilizamos duas amostras do conjunto de 222 entrevistados. Foi considerado o mesmo dilema relativo ao valor ambição.

O primeiro subgrupo é composto por 24 respondentes que afirmaram que o direito à informação é o valor mais importante de suas vidas. O segundo subgrupo possui 46 leitores que afirmaram o direito à informação é o valor de última importância em suas vidas. Obtivemos os seguintes números:

Gráfico 8



Quando impostos ao dilema de escolher entre a liberdade de imprensa e o valor ambição, aqueles que consideram o direito à informação um elemento de primeira importância (subgrupo 1) apresentaram respostas equivalentes. Ou seja, 50% das pessoas não

aceitariam as normas impostas pelo governo norte-americano. Portanto, para o subgrupo 1, os valores ambição e direito à informação têm a mesma relevância.

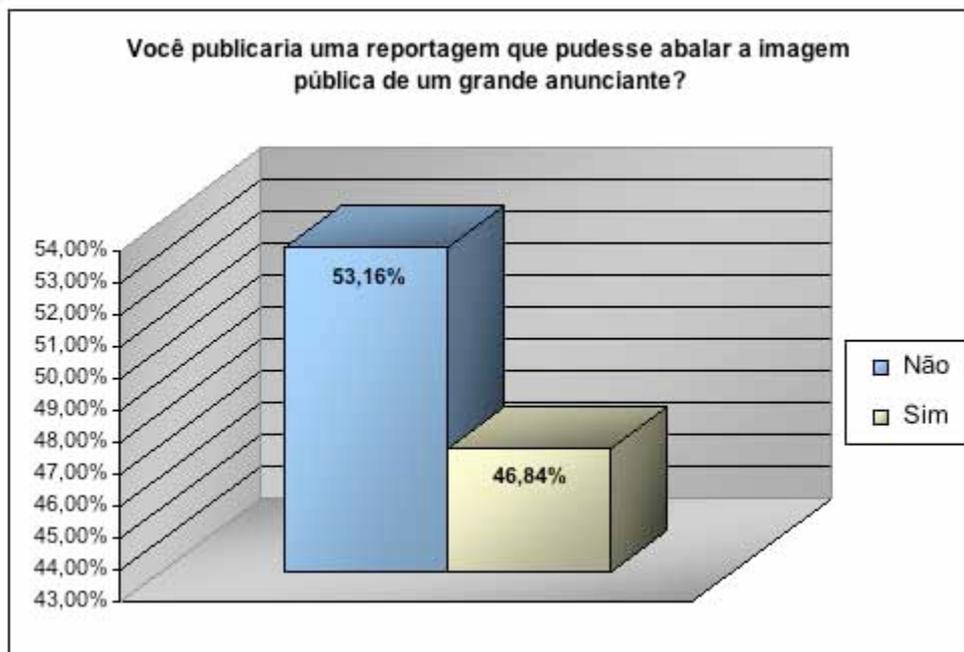
Os dados obtidos com o subgrupo 2 confirmam que, para 60,86% das pessoas, o valor ambição é mais importante que o livre direito à informação. Por outro lado, 39,14% dos respondentes preferem o direito à informação.

Portanto, podemos afirmar que, em comparação ao valor ambição, os leitores que valorizam o direito à informação são mais conscientes em relação à importância da liberdade de imprensa para a construção de idéias pluralistas que conduzem ao exercício da democracia. Dessa forma, podem se mostrar menos submissos às censuras e pressões dos governos do que o grupo geral pesquisado e o subgrupo de leitores. Além disso, demonstram valorizar mais o princípio do jornalismo de ouvir os dois lados.

5.2.5.4 Valor prestígio dos anunciantes

Ao longo da trajetória histórica do jornalismo percebemos que, em muitos meios de comunicação, a verba publicitária dos periódicos pode influenciar o conteúdo jornalístico. Para conhecermos o que pensam os leitores sobre esta relação (de submissão na maioria dos casos), sugerimos um dilema no qual os respondentes deveriam optar entre publicar uma reportagem sobre corrupção – o que abalaria a imagem do anunciante e reduziria a receita do jornal – ou postergar a reportagem. O *survey* apresentou os seguintes números:

Gráfico 9



Dos leitores entrevistados, 53,16% postergariam a publicação da matéria e ofereceriam mais espaço para a empresa se pronunciar. Neste caso, haveria uma tentativa de preservar a renda que se tem com a publicação dos anúncios da empresa. Para 46,84% dos leitores, o material deveria ser publicado mesmo representando uma queda na receita do jornal.

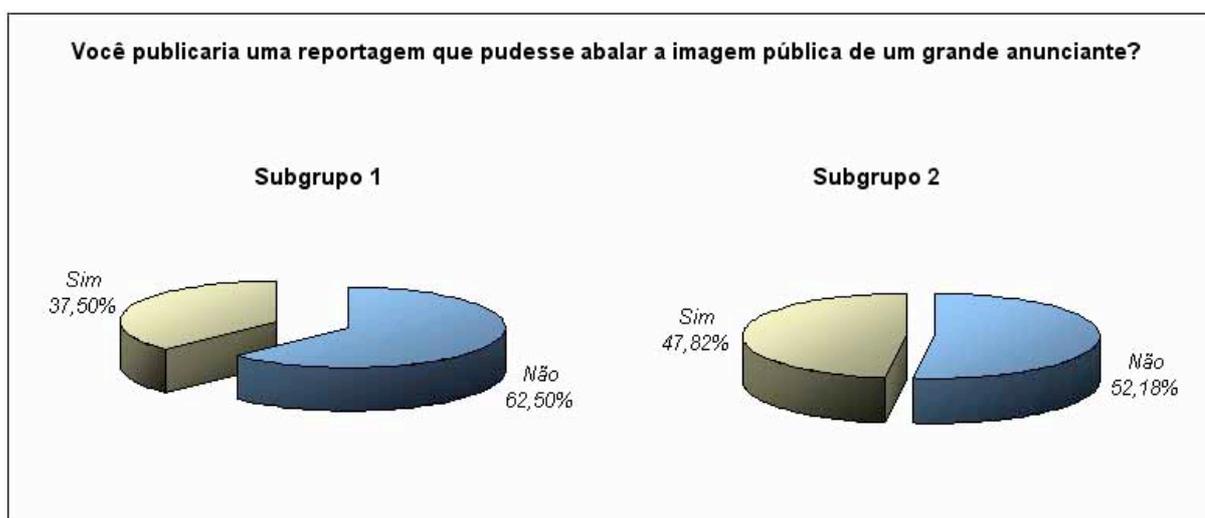
Portanto, para a maioria dos leitores, a renda gerada pelos anunciantes ao jornal é mais importante que o direito à informação. Nessa perspectiva, percebemos que os valores emocionais de “abalar” a imagem de um anunciante e o aspecto financeiro se transformam em elementos mais importantes do que a verdade.

5.2.5.4.1 Dados isolados

Na nossa segunda avaliação de dados, segmentamos os entrevistados em dois subgrupos. O primeiro possui 24 entrevistados que avaliaram o direito à informação o valor mais importante – o número representa 10,81% dos respondentes. O segundo subgrupo é composto por 46 indivíduos que consideraram o direito à informação o último classificado em

sua escala de valores, e representam 20,72% dos leitores. Confira os resultados no dilema proposto:

Gráfico 10



Analisando os resultados de forma isolada, encontramos quebras de paradigmas no tocante à liberdade de imprensa. Dos respondentes que consideram o direito à informação o mais importante valor (subgrupo1), a maioria mostrou-se vulnerável às pressões provenientes da influência dos anunciantes sobre o conteúdo jornalístico. Ou seja, 62,50% destes leitores não publicariam a reportagem para proteger a imagem pública da empresa anunciante, enquanto 37,50% divulgariam a matéria mesmo sabendo da possibilidade de perder parte de suas receitas.

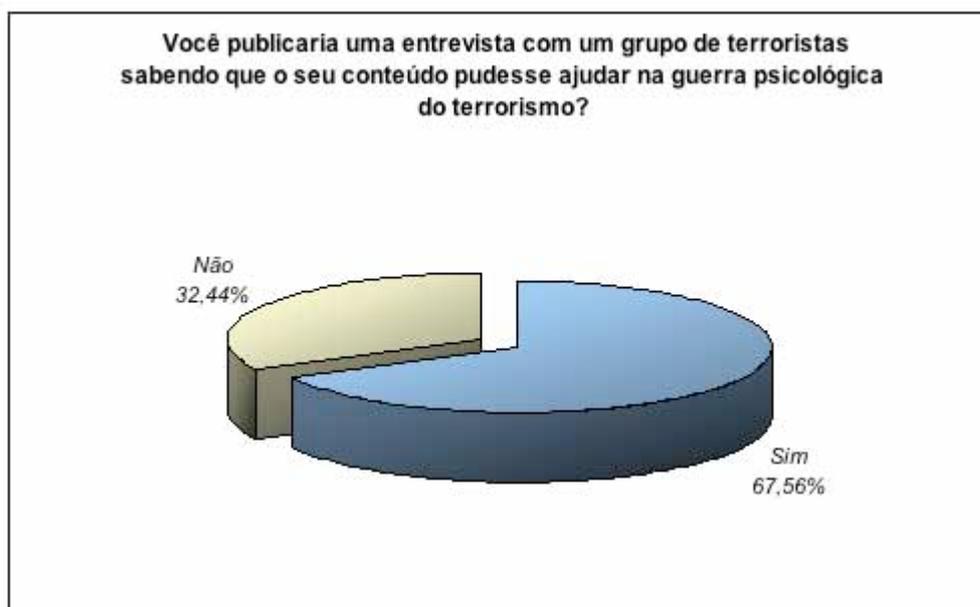
Por outro lado, mesmo classificando o direito à informação como o último valor de suas escalas pessoais, o subgrupo 2 mostrou-se menos suscetível às restrições da liberdade de imprensa que o subgrupo 1. Neste caso, 52,18% dos leitores postergaria a reportagem enquanto 47,82% publicaria o conteúdo mesmo sabendo que isso pudesse denegrir a imagem de seu anunciante. As porcentagens obtidas com o subgrupo 2 são semelhantes àquelas equivalentes ao conjunto de 222 leitores entrevistados no *survey*.

5.2.5.5 Valor segurança nacional

A divulgação de atos terroristas por meio da imprensa, como vimos no capítulo quatro, é uma maneira de promover o terror e a guerra psicológica na sociedade. Nesse aspecto, a imprensa pode viver o dilema de proteger os leitores das ameaças externas, não publicando determinadas informações, ou de fazer valer seu direito de divulgar notícias. Em casos recentes, como os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos e de 7 julho de 2005 a Londres, por exemplo, autoridades solicitaram a censura de conteúdos jornalísticos que pudessem, de alguma forma, enaltecer mais a atividade dos grupos de terror.

No *survey* aplicado, sugerimos aos leitores decidir sobre a publicação ou não de uma entrevista com grupo terrorista responsável por um atentado na própria cidade dos respondentes. Obtemos os seguintes percentuais:

Gráfico 11



Mesmo sabendo que o conteúdo jornalístico pode criar mais pânico e dar a impressão de que o jornal estaria ajudando os inimigos nos seus objetivos de vencer a guerra

psicológica, 67,56% dos leitores publicariam a entrevista. Portanto, para a maioria dos leitores gaúchos, o direito à informação é mais importante que o valor “segurança nacional”.

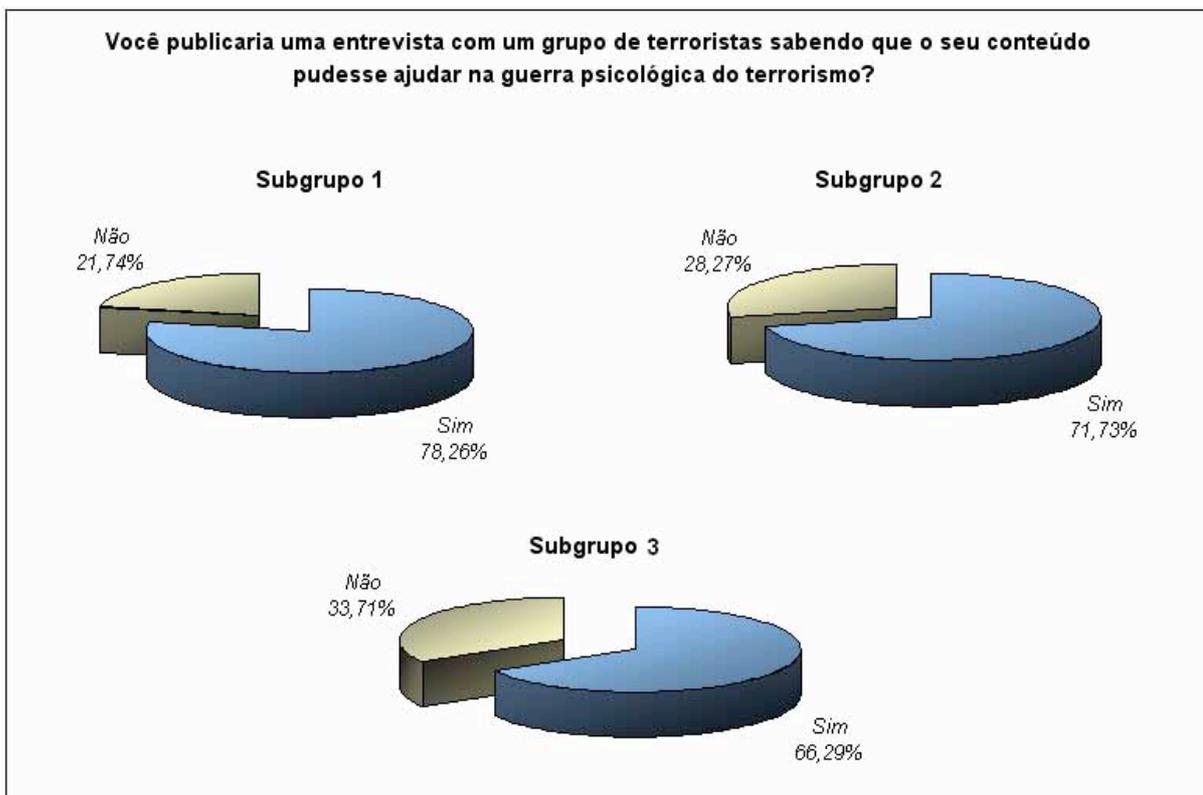
Em relação aos outros respondentes, 32,44% dos leitores afirmam não publicar a entrevista. Para eles é mais importante evitar um possível alastramento do pânico do que divulgar informações que colaborariam para ampliar a guerra psicológica.

Na verdade, os percentuais apresentados, ao mesmo tempo em que privilegiam a liberdade de imprensa, podem sinalizar um desconhecimento dos leitores sobre o poder da mídia na divulgação de uma guerra psicológica e da utilização do poder da mídia pelos terroristas. Neste caso, a preocupação dos jornalistas e de autoridades em não divulgar o conteúdo provindo de terroristas – discussão freqüente em países alvo do terror – vai contra a vontade dos leitores. Na opinião dos pesquisados, é mais importante receber as informações do que manter a suposta idéia de proteção à sociedade.

5.2.5.5.1 Dados isolados

Nesta etapa segmentamos os entrevistados em três subgrupos. O primeiro possui 24 entrevistados que avaliaram o direito à informação o valor mais importante – o número representa 10,81% dos respondentes. O segundo subgrupo é composto por 46 indivíduos que consideraram o direito à informação o último classificado em sua escala de valores, e representam 20,72% dos leitores. Por fim, nosso último subgrupo é formado por 89 pessoas (40,09% dos respondentes) e refere-se àqueles que consideram a segurança da família o valor mais importante.

Gráfico 12



Analisando os dados de forma isolada, 78,26% dos respondentes do subgrupo 1 afirmam ignorar restrições do governo para publicar materiais com conteúdo de terrorismo, enquanto 21,74% não divulgariam a entrevista. No segundo subgrupo, 71,73% das pessoas são a favor da divulgação da entrevista e 28,27% não publicariam o material para proteger a sociedade. Por fim, os leitores que consideram a segurança da família um valor primordial apresentam dados mais diferenciados em relação aos outros dois subgrupos. Neste caso, 66,29% aceitariam publicar a entrevista, enquanto 33,71% consideram mais adequado abrir mão do material jornalístico.

Na verdade, os dados revelam que os leitores que consideram o valor direito à informação primordial para suas vidas (subgrupo 1) classificam como menos importante o valor segurança nacional e mais importante a liberdade de imprensa. Os números isolados revelam que, embora optem pelo direito à informação, a questão pode levar a um paradoxo

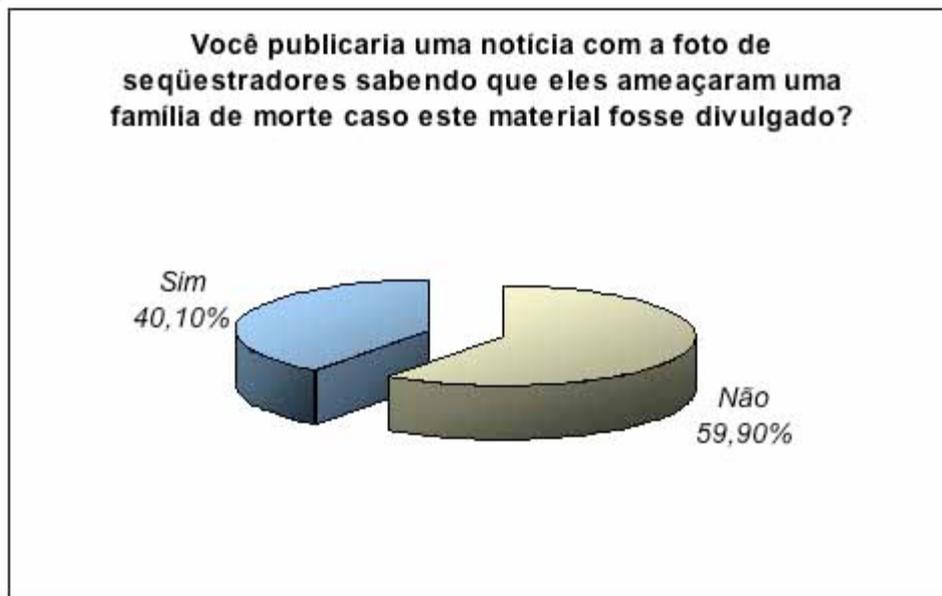
não percebido pelos respondentes: a livre publicação de conteúdos provenientes dos terroristas pode demonstrar o uso do poder da mídia para divulgar reivindicações dos grupos de terror e, conseqüentemente, a manipulação dos jornalistas.

Em contraposição, o valor segurança nacional é mais importante para as pessoas que consideram a segurança da família o valor mais importante de suas vidas – se compararmos com os demais subgrupos. O aspecto cognitivo-afetivo do dilema faz com que estes leitores se mostrem mais aptos às restrições à liberdade de imprensa em nome da garantia de segurança nacional (pesquisas dos EUA revelam dados semelhantes, como veremos a seguir).

5.2.5.6 Valor segurança da família

Em países como o Brasil, o terrorismo pode não ser apresentado em sua forma típica, com táticas de explosões de bombas, assassinatos e linchamentos como estratégias políticas, mas recebe adaptações e pode ser simbolizado pela constante violência diária proveniente da guerra do tráfico de drogas, das facções criminosas, dos grupos de extermínio, entre outros. Para compararmos a relação de importância entre a manutenção da segurança da família e o direito à informação, diante de situações como o terrorismo, elaboramos uma questão referente a um dilema da violência urbana com elementos cognitivos-afetivos. Em pesquisas norte-americanas realizadas sobre o tema, a maioria das pessoas diz se abster do direito à informação em nome da segurança.

Gráfico 13



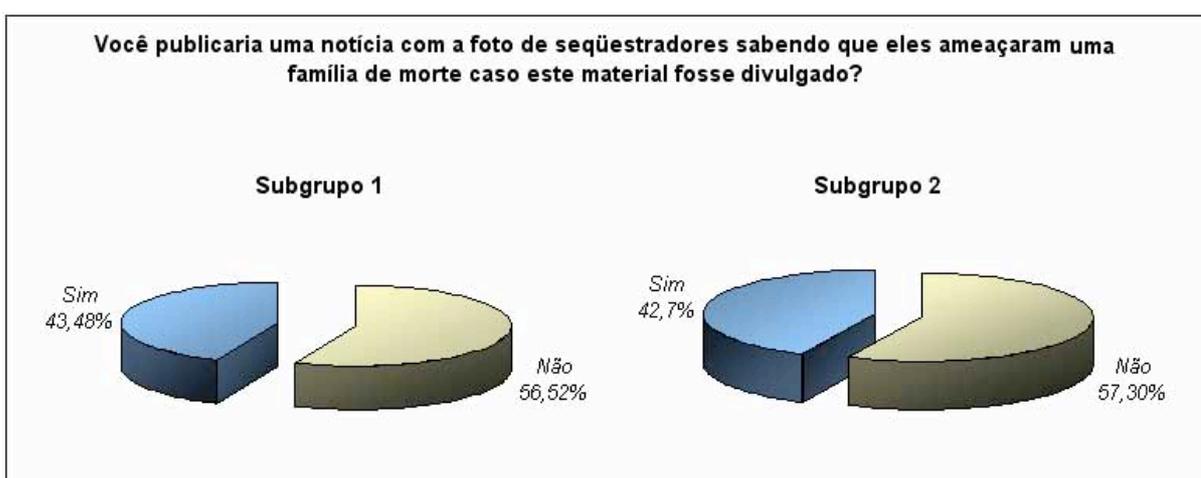
Dos pesquisados, 59,90% dos leitores não publicariam a notícia com a imagem dos seqüestradores para proteger a família. Por outro lado, 40,10% divulgariam a foto de seqüestradores mesmo sabendo que esta atitude representasse uma ameaça para as vítimas. Pode-se concluir que, para a maioria dos leitores, a segurança da família é um valor que substitui o direito à informação.

Nessa perspectiva, os números alertam para o fato de que as ameaças e o próprio terrorismo agem diretamente na restrição à liberdade de imprensa. O instinto de sobrevivência, ampliado em situações de perigo e ameaça impostas pelo terror, estimula assim a necessidade de se evitar o livre fluxo de informações. Neste caso, receber mais informação é um indício de mais ameaças e da ampliação da sensação de insegurança.

5.2.5.6.1 Dados isolados

Nesta etapa segmentamos os entrevistados em dois subgrupos. O primeiro possui 24 entrevistados que avaliaram o direito à informação o valor mais importante – o número representa 10,81% dos respondentes. O segundo subgrupo é composto por 89 indivíduos que consideram a segurança da família o valor mais relevante para suas vidas, e representam 40,09% dos leitores.

Gráfico 14



Em nossa análise isolada, 56,52% dos respondentes do subgrupo 1 não publicariam a notícia para zelar pela segurança das vítimas, enquanto 43,48% divulgaria o material. Por outro lado, 57,30% das pessoas que têm o valor segurança da família o mais importante não publicariam o material e 42,7% publicariam.

Logo, o valor segurança da família se demonstra predominante em questões que envolvem a liberdade de imprensa. Independentemente se os respondentes são a favor do direito à informação, questões que envolvem segurança se demonstram mais importantes do que o livre direito de informar e ser informado. Parece existir um medo constante guardado na memória das pessoas que a fazem se abster de tal direito.

5.2.6 Conclusão de dados

Considerando os dados coletados na amostra e comparando estes resultados com os obtidos em pesquisas similares produzidas nos Estados Unidos com populações atingidas diretamente pelo terror, é possível classificar dois grupos de respondentes:

- a) Público de Observadores do Terror: são os sujeitos que vivem longe da realidade do terrorismo, mas que tomam decisões e formam opiniões sobre o assunto. Em nossa pesquisa, este grupo é representado pelos leitores de Porto Alegre e Região Metropolitana que participaram do *survey*;
- b) Público de Vítimas do Terror: indivíduos que vivem ou viveram próximos de atentados ou de ameaças terroristas. Neste estudo, tal grupo é representado por cidadãos norte-americanos que participaram de pesquisas de opinião, principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos.

Ao compararmos os dados obtidos em nosso *survey* (com o Público de Observadores do Terror) com pesquisas realizadas pelo Instituto Gallup (com o Público de Vítimas do Terror), no período após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, levantamos duas hipóteses:

- a) O Público de Observadores do Terror consome uma imprensa mais livre que a do Público de Vítimas do Terror, pois o distanciamento à ameaça terrorista reduz a possibilidade e a ação efetiva de censura oficial direta ou indireta. Neste caso, a autoridade não se sente obrigada a controlar a informação jornalística para assim evitar o pânico, satisfazer o interesse terrorista de alarmar o público e contribuir com os objetivos estratégicos de guerra psicológica dos atacantes.

b) Por viver frente às ameaças, o Público das Vítimas do Terror é mais disponível à idéia de trocar certo grau de direito à liberdade de ser informado por um grau mais elevado de segurança e proteção que a censura à informação estratégica lhe promete. Isso implica na negação de direitos garantidos em leis e decretos à liberdade de imprensa e de expressão.

5.3 CONCLUSÃO

Considerando tais hipóteses, os dados coletados nos permitem afirmar que:

a) Quanto mais distantes do terror, os receptores tendem a concordar menos com as informações oferecidas pelo governo para alimentar os meios de comunicação.

Por estar distante fisicamente dos fatos e das ameaças terroristas, o Público de Observadores do Terror demonstra maior desejo do exercício amplo e sem restrição da liberdade de imprensa. De modo geral, não há uma preocupação de o conteúdo jornalístico influenciar diretamente na manutenção da sua segurança. Como não tem a vivência do terrorismo, o grupo acredita que a informação proveniente de fontes do governo significa, na maioria dos casos, o controle e a censura.

Para o Público de Vítimas do Terror, entretanto, há uma curiosidade em conhecer mais a fundo a realidade do conflito que leva ao terrorismo. Tal necessidade é natural, mas controversa.

Ao mesmo tempo em que estas pessoas se demonstram aptas a obterem mais informações sobre aquilo que as ameaça (o que é uma forma de proteção), esta vontade é controlada. Dominados pelo medo provocado pelos atos de terrorismo, as vítimas do terror

acreditam que a restrição à liberdade de imprensa, e o controle do fluxo de informações, são estratégias importantes para a manutenção de sua segurança e de suas famílias. Compreender e divulgar as estratégias terroristas por meio da mídia pode significar, neste caso, a disseminação do pânico.

Em nossa pesquisa, 28,82% dos entrevistados (observadores do terror) se consideraram satisfeitos com uma cobertura jornalística “limpa”, na qual há restrições de informações oferecidas pelo governo e o impedimento de conteúdos que possam causar impactos afetivos. Comparando, para 88,58% dos norte-americanos, membros do Público Vítimas do Terror, (dados do Instituto Gallup em pesquisa realizada entre 5 e 7 de outubro de 2001 e divulgado pela CNN/USA Today) consideraram suficientes as informações do governo transmitidas por meio da imprensa durante os atentados de 11 de setembro aos Estados Unidos. Em outra pesquisa, feita entre os dias 19 e 21 de outubro de 2001, 46,68% dos norte-americanos afirmaram que as notícias ofereceram maior segurança aos cidadãos.

Portanto, a realidade do terrorismo é capaz de transformar a censura imposta e praticada pelo governo à imprensa em um sedativo desejado pelo público norte-americano que se sente ameaçado e vive grau crescente de angústia face à ameaça terrorista. Isso inexistiu na amostra gaúcha que demandou uma cobertura regular e livre de censura de qualquer espécie. Nos Estados Unidos, o público-alvo do terror assiste com espanto e medo as ameaças e o enquadramento feito pelos meios de comunicação destas ocorrências terroristas.

Dessa forma, a limitação de informações e de conteúdos visuais criou no mesmo uma perspectiva menos chocante da realidade. A cobertura sanitizada foi acolhida e desejada.

Além disso, a confiança do povo norte-americano no governo do país e em suas atitudes para combater o terrorismo gera a sensação de que as informações oficiais são suficientes para manter a população atualizada, pois se acredita na capacidade das autoridades de também proteger os cidadãos. Para confirmar esta idéia, um estudo realizado pela Michigan State

University em 2004², revela que, quanto mais as pessoas confiam no governo, mais tolerantes tornam-se à idéia de se restringir o direito a ser bem informado.

b) O controle da liberdade de imprensa pelas autoridades é prática comum aceita para quem vive próximo à realidade do terrorismo.

Como vimos, a limitação das liberdades, entre elas a de imprensa, é geralmente aceita devido à confiança no Estado e em seu papel de combatente ao terrorismo que ameaça a população. Nessa perspectiva, dados obtidos em nosso *survey* nos permitem afirmar que o público gaúcho (Observadores do Terrorismo) não concorda com a redução das liberdades.

Em nosso estudo, apenas 3,6% dos leitores aceitariam, sob uma situação ameaçadora do terrorismo, as limitações sugeridas pelo governo. Nos Estados Unidos, pesquisas realizadas pelo Instituto Gallup³ confirmam a aptidão dos norte-americanos em admitir a redução das liberdades. Entre os dias 21 e 23 de junho de 2002, 60% dos entrevistados consideravam um direito do governo Bush reduzir os direitos dos cidadãos – e isto incluía o direito à informação – para combater o terrorismo no país. Em agosto de 2003, a mesma resposta foi repetida por 55% dos entrevistados. Em janeiro de 2006, a porcentagem caiu para 40%.

Portanto, a diferença entre os números obtidos nos dois países nos leva a crer que, cinco anos após os atentados terroristas de 11 de setembro aos Estados Unidos, a ameaça do terror ainda permanece viva na memória da população norte-americana. Com uma história marcante de luta pela própria liberdade, legitimada principalmente durante a independência

² American Journal of Political Science, v.48. n. 1, p. 28-46, january 2004.

³ Wich freedoms will Americans trade for security? (2002, June). Gallup News Service. Disponível em <www.gallup.com>.

dos Estados Unidos, os cidadãos norte-americanos nos demonstram, por meio das estatísticas, que a aceitação das restrições à liberdade depende exclusivamente do conteúdo de ameaça terrorista guardado na cabeça das pessoas. À medida que o tempo passa, o trauma ganha proporções menores e ocorre uma ampliação da necessidade de se colocar em prática os direitos civis.

Por não vivenciarem esta experiência de perto e por conhecerem tal realidade do terrorismo e violência política apenas através da cobertura jornalística provinda de conteúdos distribuídos por agências de notícias e emissoras internacionais, os gaúchos mostram reação distinta. A limitação da liberdade dos jornalistas de contar toda a história lhes é inaceitável.

A necessidade do Público de Observadores do Terror de receber informações por inteiro revela a hipótese de que o grupo reconhece a importância de manter-se informado para criar suas próprias opiniões a respeito do assunto. Ou seja, para este grupo, ao mesmo tempo em que a imprensa informa, é capaz de atuar como vigilante das decisões das autoridades para combater a problemática do terrorismo, o que traz uma sensação de segurança.

c) Em situações de terror, a garantia de segurança é o principal fator que mobiliza a simpatia pública à idéia de limitação das liberdades, entre elas a de imprensa.

A junção de terrorismo e violência domina a pauta e faz uso do interesse jornalístico em disseminar informação dissonante, inesperada e ameaçadora. Isso explica por que o terrorista (e outros atores que fazem uso da violência) consegue entrar nas redações com “a bomba na mão” e com o assassinio preferencial de inocentes. O conteúdo jornalístico, neste caso, satisfaz o desejo terrorista de enquadrar a ocorrência de forma alarmante, causando graus crescentes de pânico junto à população alvo.

Diante da sensação de ameaça e desamparo, a segurança é um dos principais motivos de clamor público que obriga a autoridade a tomar medidas capazes de reduzir os efeitos

psicológicos da ação terrorista. Neste caso, para assegurar a tranquilidade e diminuir a ameaça da violência potencial, apela-se à censura e à limitação de direitos civis amplos. Neste panorama, quem vive próximo de tais acontecimentos está mais propenso a aceitar, concordar e defender tais restrições.

Quem desconhece o cotidiano do terrorismo percebe o fenômeno de forma superficial. Nossa pesquisa realizada com 222 leitores gaúchos confirma que, sob uma situação de terror, 32,44% dos respondentes concordariam com medidas de privação ao direito à informação. O benefício desejado seria mais segurança.

Nos Estados Unidos, os números justificam a afirmativa de que a segurança mobiliza a restrição das liberdades. Como vítimas em potencial, 78% dos norte-americanos afirmam estar dispostos a reduzir suas liberdades para ganhar segurança. Os dados fazem parte de um estudo realizado em parceria entre o Instituto Gallup, o Departamento de Psiquiatria da University of Oklahoma e o Oklahoma City National Memorial Institute for the Prevention of Terrorism (MIPT)⁴, e foram coletados entre os meses de abril e maio de 2002 em um *survey* por telefone realizado com 2.519 norte-americanos moradores de Nova York, Washington e Oklahoma.

Na mesma pesquisa, 42% dos nova-iorquinos afirmaram se sentir mais seguros antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, e apenas 12% consideravam viver em segurança no momento em que foi realizado o estudo (cerca de seis meses após os ataques). Um total de 73% dos norte-americanos entrevistados afirmaram estar estressados e 33% atribuíram a moléstia aos atentados de 11 de setembro. Outros 33% apontaram o contexto de terrorismo vivido no país a causa do mal.

Comparando os diferentes números obtidos nas amostras com os gaúchos e com os norte-americanos, podemos concluir que a necessidade de liberdade e de segurança dos

⁴ Wich freedoms will Americans trade for security? (2002, June). Gallup News Service. Disponível em <www.gallup.com>.

indivíduos é proporcional ao fenômeno do terrorismo. Ou seja, quanto maior a ameaça do terror, mais importante é garantir a segurança, mesmo que para isso seja preciso se abster das liberdades civis.

Neste caso, como a ameaça do terror é vista de forma superficial pelo Público Observador do Terror, a veiculação indiscriminada de conteúdos pela imprensa não é relacionada ao fato de que os atores do terrorismo podem estar utilizando o poder da mídia para ampliar o pânico e as ameaças na sociedade-alvo. Ao mesmo tempo em que se tem pouca experiência com o fenômeno, parece haver desconhecimento sobre o poder da imprensa em incentivar as práticas do terrorismo.

Além disso, a sensação de insegurança pelo terrorismo – não vivenciada pelos leitores gaúchos entrevistados – traz à tona outro fenômeno: a crença na necessidade de se reduzir a privacidade dos cidadãos para se combater atos terroristas. Pesquisa feita entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2006 pelo Instituto Gallup, a pedido da CNN/USA Today, confirma que 50% dos norte-americanos concordam com o monitoramento de conversas telefônicas para combater novos ataques – se questionados, possivelmente o Público de Observadores do Terror não se absteria do direito à privacidade para evitar ameaças terroristas.

d) Sob a ameaça do terrorismo, a segurança da família é uma preocupação unânime.

Analisando dados coletados em nossa pesquisa com estudos realizados nos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro, podemos afirmar que o zelo pela família é uma prioridade capaz de favorecer o argumento que apela pela anulação das liberdades civis diante de uma ameaça do terrorismo.

Nessa perspectiva, o público em geral prefere manter-se isolado do fluxo de informações para garantir a segurança de suas famílias. Dessa forma, a população é induzida à

sensação de que é necessário imunizar-se contra a ideologia terrorista. E, neste caso, o melhor artifício é a censura e o controle das autoridades sobre o conteúdo informativo e privado.

De acordo com as estatísticas obtidas em nosso *survey* observamos que, sob a hipótese do terror, 59,90% dos gaúchos afirmam que concordariam em se abster do direito à informação para garantir a segurança dos familiares. Embora tal público não tenha a experiência do terrorismo que assolou os Estados Unidos, pode-se levantar a hipótese de que existe na memória o terror diário da violência urbana.

Os números do Brasil são semelhantes àqueles coletados nos Estados Unidos. Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, a pedido da CNN/USA Today, entre 5 e 7 de outubro de 2001⁵ revelou que 58,79% das pessoas se diziam preocupadas que um membro da família fosse vítima de terrorismo.

O que justifica tal semelhança nos números é o fato de a família constituir a célula principal dos indivíduos dentro de uma sociedade. Para os gaúchos, este grupo é o principal colaborador na formação das opiniões individuais – 79,60% dos pesquisados considera a família o elemento que causa mais influência. Além disso, como vimos, 42,38% das pessoas considera a segurança dos familiares o valor mais importante para se zelar.

Com seu poder de influenciar diretamente nas relações cognitivo-afetivas das pessoas, a família tem importância universal para os cidadãos, independentemente da experiência de terror vivida. Manter sua sobrevivência por meio da segurança, evitando as ameaças terroristas ou de violência, mesmo que para isso seja necessário restringir os direitos à informação e às liberdades civis e de expressão, é manter vivo os laços que unem os indivíduos. De alguma forma, a imagem viva e ativa da família é também a garantia de manter o principal grupo influenciador na construção das opiniões.

⁵ Disponível em < www.galup.com >.

Por outro lado, tais dados obtidos com os gaúchos nos revelam uma contradição em relação à maioria dos números resultantes de nosso *survey*. Os mesmos respondentes que afirmaram se posicionar a favor da liberdade de imprensa em questões relacionadas à cobertura jornalística da Guerra do Iraque e da relação entre terrorismo e imprensa demonstraram simpatia à restrição do direito de manter-se informado quando têm suas famílias ameaçadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada, é possível destacar idéias-chave e discutir sobre elas:

a) A divulgação do terror pela mídia não é um fenômeno novo. Sua ameaça cega o público e manipula a imprensa

Quando um grupo de terroristas islâmicos se reuniu em 11 de setembro de 2001 e executou o maior atentado contra os Estados Unidos desde o ataque a Pearl Harbor (em 7 de dezembro de 1941), o debate público sobre a relação de dependência entre a mídia e o terrorismo era limitado. Quase cinco anos depois, fazendo uma análise sobre a imprensa e os atos que ameaçam a população, percebemos que existe um jogo de poder que perdura há décadas e atinge diretamente o direito à liberdade de imprensa.

Se lembrarmos a trajetória de grupos como o Exército Republicano Irlandês (IRA), a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), a Jihad Islâmica, a Al-Qaeda e o ETA, é possível afirmar que, em todas as facções, a divulgação de suas atividades por meio da imprensa exacerbou suas ideologias e reivindicações. Portanto, em situações de terrorismo, os meios de comunicação dão visibilidade a tais organizações, mas alimentam o público com informações. Fornecem artifícios para tranquilizar a população, mas podem contribuir também para espalhar o medo.

Esta contradição entre o papel da imprensa de informar livremente e, ao mesmo tempo, influenciar diretamente na segurança dos cidadãos ajuda a alimentar a luta de poder com os terroristas. Historicamente, estes grupos lançam mão de seus atentados quando

parecem ter desistido de métodos mais pacíficos de manifestação, como passeatas e greves. Sendo algo extremamente difícil de se controlar ou prevenir, especialmente se seus membros estão dispostos a correr risco de morte, o terrorismo é um ato comunicacional, que encontra na liberdade da imprensa a arma mais fiel para chamar a atenção do público. Do trabalho jornalístico e do controle do fluxo de informações, os antagonistas encontram a essência para causar impacto psicológico nas pessoas, estimulando o medo e provocando uma guerra de nervos no público.

O controle da imprensa por tais grupos ameaça a democracia, e é a estratégia encontrada para restringir a liberdade dos cidadãos. Por meio da guerra psicológica, quem vive a experiência do terrorismo clama pelo fim das ameaças e pela sensação de segurança (como vimos nos dados de pesquisas norte-americanas apresentados no capítulo cinco). Conhecendo o poder da mídia e vivendo diretamente o medo imposto pelo terrorismo, as vítimas passam a acreditar que a melhor solução para a retomada da paz é o controle das liberdades, entre elas a de imprensa.

Na verdade, em nossa pesquisa, esta idéia é parte fundamental do pensamento norte-americano (que, por consequência, viveu o drama do terrorismo) e se consolida porque a difusão dos atos de terror representa uma publicidade gratuita. Dessa forma, há uma exaltação do terrorismo por meio dos inúmeros recursos tecnológicos existentes hoje e que permitem transmissões massificadas¹. O uso da Internet, das agências internacionais e de sistemas operacionais sofisticados facilitou o trabalho dos jornalistas, mas também daqueles que precisam fazer uso da força para serem percebidos pela sociedade.

No Brasil, o fato de não ser alvo em potencial de ataques de homens-bomba ou de explosões em prédios, ônibus ou estações de trem, justifica os resultados que afirmam que,

¹ Por este motivo, por exemplo, é comum que, depois de um ataque terrorista, vários grupos não relacionados reivindiquem a responsabilidade pela ação.

sob o dilema do terror, os leitores gaúchos consideraram importante manter o direito à informação. Nessa perspectiva, não é evidente, portanto, a idéia de que é necessário restringir as liberdades para acalmar o medo e garantir a segurança pública.

O referencial mais semelhante ao terrorismo no território brasileiro pode ser a violência diária vivida pela população. Nesta relação, é evidente o interesse pelo controle da mídia. Podemos citar eventos recentes dessa ligação entre os interesses da mídia (em ampliar a audiência principalmente por meio da espetacularização) e os antagonistas.

Em 12 de junho de 2000, o país assistiu a um dos mais comoventes episódios de violência veiculados pela TV para o Brasil inteiro. Um homem armado com um revólver fez pelo menos 10 reféns e promoveu mais de quatro horas de terror em um ônibus da linha 174 na zona sul do Rio de Janeiro. As cenas, transmitidas ao vivo pela televisão, chocaram o país. No desfecho, uma refém e o criminoso morreram baleados por um policial.

Com as transmissões, a problemática da violência ficou exposta ao vivo e a cores na residência dos telespectadores, chamando a atenção de todos para a ameaça da insegurança vivida na cidade. E o cenário de hostilidade do Rio ganhou tamanha publicidade que o fato repercutiu até mesmo em jornais internacionais, como *The New York Times*. Na verdade, o que era para ser um assalto se transformou em espetáculo, dando maior visibilidade ao mundo do crime e ampliando a sensação de viver como refém.

Ação semelhante que reforçou a sensação de pânico da população em relação à segurança também pôde ser presenciado em Porto Alegre (RS). Em 4 de janeiro de 2002, um homem armado com um revólver e que se dizia um homem-bomba fez nove pessoas refém em um lotação que se deslocava para o bairro Santana. A ação violenta teve duração de 27 horas e foi acompanhada pelos gaúchos por meio de todos os veículos de comunicação.

Sob a atenção da imprensa, o criminoso conduziu um jogo de poder, no qual exigia benefícios, como R\$ 500 mil e um veículo para sua fuga, e ameaçava de morte os reféns. A visibilidade do fato criada pelo seqüestrador ganhou tamanha importância, que o jornal *Zero Hora* conseguiu uma entrevista com o homem enquanto as pessoas eram mantidas em cárcere.

Na verdade, o controle do conteúdo midiático por meio da violência expôs não só a questão social da pobreza e da violência vivida nas grandes cidades, mas também um caminho de duas vias seguido pela imprensa. Ao mesmo tempo em que conseguiu, com exclusividade, conversar com o seqüestrador, o jornal chamava a atenção do público para as causas reivindicadas pelo homem. E estariam os leitores interessados em saber as estratégias do seqüestro e em ampliar sensação de insegurança vivida nas grandes capitais brasileiras? As respostas podem esbarrar na ética e no compromisso com a verdade, mas deixam ainda exposta a fragilidade e os paradoxos da liberdade de imprensa.

b) Afirmamos que, para os gaúchos, observar o terrorismo de longe incide no desejo de liberdade de imprensa

É evidente em nosso estudo que as emoções colaboram diretamente na formação da opinião pública. Por meio da comparação entre as pesquisas norte-americanas e o *survey* aplicado em Porto Alegre e Região Metropolitana percebemos um fenômeno compreensível. Sabendo que o desejo de liberdade de imprensa está relacionado à curiosidade de conhecer imagens e conteúdos jornalísticos sensacionais ou com propriedades capazes de causar respostas afetivas, os norte-americanos clamam pelo direito de serem informados. Mas a guerra psicológica, imposta pelos terroristas por intermédio dos meios de comunicação, os faz acreditar que o conteúdo da imprensa pode causar danos à ordem do país. Em outras palavras, quem vive a experiência do terror prefere se abster do direito à informações, ou o transfere

para o governo (com a intenção de que as autoridades vigiem espaços de informações privadas).

Os gaúchos, entretanto, na maioria dos casos, não percebem a imprensa como uma colaboradora de um jogo de interesses. Como exemplo podemos citar números já analisados. Dos leitores entrevistados, 71,18% afirmam que gostariam de ver a face real da Guerra do Iraque, com a divulgação de cadáveres e cidades destruídas. Neste caso, a vontade de ter o livre direito à informação está relacionada não só à curiosidade e à sensação de conhecer a realidade do conflito, mas também à idéia de que tais notícias não repercutirão de maneira a influenciar na sensação de segurança ou de ameaça para a população.

Em outro caso, bastante destoante em relação aos números norte-americanos, 67,56% dos leitores afirmam que publicariam uma entrevista com um terrorista. A resposta aponta para uma suposta ingenuidade sobre o real poder da mídia em divulgar a guerra psicológica implantada pelo terror. Como não se sentem ameaçados, os gaúchos entrevistados demonstram desejo por conhecer o real risco da ameaça terrorista. O desconhecido gera curiosidade e emoção.

c) O controle da mídia pelos antagonistas é compreensível

Como vimos, a teoria transacional de Wolfsfeld (1991) afirma que o papel da mídia em situações de protesto é determinado pela relação entre antagonistas (definidos por grupos protestantes ou autoridades políticas) e os meios de comunicação. Ganhar visibilidade da mídia, entrando “pela porta dos fundos” das empresas de comunicação é uma estratégia vantajosa utilizada pelos antagonistas para chamar a atenção do público. No caso dos terroristas, executar os atentados depende muito mais de tempo, organização e de dinheiro do que de estratégias para penetrar nos interesses da imprensa.

Ao criar situações de violência e morte, a atenção da imprensa sobre os fatos é automática. Dessa forma, o controle pelo conteúdo da mídia consolida o objetivo destes antagonistas de chamar a atenção para suas reivindicações políticas, sociais e ideológicas. Da mesma forma, este “recurso barato” colabora para a expansão da guerra psicológica, bem como a propagação do medo e da sensação de insegurança.

Controlada, a imprensa assume um jornalismo no qual há a construção de um mundo sob o ponto de vista dos antagonistas. Esta relação é possível não só pelo poder que tem estes atores em produzir conteúdos sensacionais, mas na relação de dependência da imprensa em manter estes assuntos na pauta do dia para ampliar sua audiência.

Tendo em vista o papel da imprensa na vida dos cidadãos e o viés que constrói, pode-se dizer que o terrorismo é uma alternativa forjada como subproduto da mídia. Se a necessidade de encantar e atrair a atenção por meio da violência não fosse tão importante, os atos terroristas também não seriam pensados, e a imprensa ignoraria suas manifestações. Seriam excluídas da mesma forma que se exclui hoje do noticiário dos jornais as mortes de pessoas sem representatividade na sociedade, em zonas de crime e em favelas.

No Brasil, como não há experiência recente do mesmo tipo de terrorismo que abalou os Estados Unidos, os antagonistas são representados por atores do crime organizado. Sequestradores, assaltantes e traficantes controlam o conteúdo da mídia à medida que potencializam suas estratégias de violência contra a população civil. A ameaça à liberdade de imprensa vai, em alguns casos, além do controle do conteúdo midiático.

Para demonstrar autoridade e poder, os atores do crime ameaçam não só a sociedade, mas também o livre exercício do jornalismo. Exemplos recentes, como o caso do repórter da TV Globo Tim Lopes, morto em junho de 2002 quando buscava informações sobre festas patrocinadas por traficantes de drogas em uma favela do Rio de Janeiro, e do jornalista José

Cândido Amorim, assassinado a tiros em julho de 2005 por dois homens na cidade de Carpina, em Pernambuco, são exemplo recentes da luta entre a liberdade de informação e o controle e manipulação por parte dos antagonistas.

d) As censuras e as restrições ao direito de informação não são as únicas alternativas para barrar o jogo de poder entre terroristas e imprensa

Com a bomba na mão ou comandando o crime organizado, os antagonistas se transformaram em paradigmas de uma era contemporânea na qual os meios de comunicação afirmam lutar pela liberdade de imprensa. Como vimos, o jogo de poder pela audiência do público é o principal elemento que comanda esta relação entre a mídia e os atores da violência.

Entregar-se às artimanhas desta competição amplia a guerra psicológica e a visibilidade dos grupos que usam a imprensa para chamar a atenção. Neste caso, a censura e o controle podem ser substituídos pelo uso racional da ética jornalística, pela consciência de saber avaliar quais informações são essenciais para a sociedade.

A teoria democrática é um bom exemplo disso, e define certos papéis primordiais para o jornalista. O jornalismo deve dar aos cidadãos informações úteis, necessárias para que as pessoas possam manter o interesse pelo país e se mantenham seguras dentro dele. Nem sempre o que chama a atenção do público é importante para ele. Por isso, cabe aos meios de comunicação repensar e desconfiar das formas violentas ou manipuladas de manifestos violentos de ordem política e ideológica. Do contrário, a mídia seguirá ampliando sua audiência (e dos antagonistas) e produzindo efeitos de espetacularização e, até mesmo, devoção pelas causas que geram a violência.

e) A restrição à liberdade de imprensa é essencial para manter a segurança pública de gaúchos e norte-americanos

O espanto provocado nas populações pelas ameaças da violência gera uma sensação geral desesperada pelo clamor da segurança pública. Neste caso, existe a idéia de que o desejo de proteger a vida e a integridade social depende da limitação do direito à livre informação.

Em meio a este panorama de proteção, podemos delinear dois fenômenos, a partir de constatações reveladas anteriormente. No primeiro, quando expostos ao dilema do terrorismo, os gaúchos mostram interesse em conhecer enquadramentos da realidade do terror por meio da mídia, enaltecendo a importância de uma imprensa livre. Não há uma experiência de terrorismo armazenada nas mentes destas pessoas, o que faz com que tais práticas não sejam ameaças em potencial para os pesquisados.

Por outro lado, o terrorismo assusta e ameaça os norte-americanos (vítimas diretas do terror). Dessa forma, os enquadramentos oferecidos pela imprensa dos Estados Unidos ampliam o pânico e o desejo pela segurança pública e pela censura ao direito à informação. Existe uma idéia de que, controlando o fluxo de informações, é possível restabelecer a ordem na sociedade.

Em um segundo fenômeno percebemos que, quando defrontados com a problemática da violência, que neste caso tem o poder de ameaçar a segurança pública, os gaúchos preferem se abster do direito à informação. Pode-se afirmar que tal resposta é possível devido à experiência existente a partir do cenário diário da luta de poder entre criminosos e sociedade. Sob este ponto de vista, o grupo gaúcho assiste espantado os enquadramentos feitos sobre a violência que corrompe a paz e a ordem da sociedade em que está inserido. Como vimos, tais respostas são semelhantes às aquelas verificadas entre os norte-americanos.

Portanto, o público será a favor da censura à liberdade de imprensa quando a ameaça estiver próxima de sua realidade. De fato, o que vale é que, quanto mais importante é a questão para o ego da pessoa, maior sua influência exercida. E, neste caso, conforme observamos nos números do *survey*, a família representa o principal valor para os leitores entrevistados.

Na verdade, percebeu-se que, a maioria dos entrevistados desconsidera o papel da imprensa na elaboração das opiniões e coloca em primeiro lugar a importância da família (79,6%) e dos amigos (56,71%) na construção das mesmas. Dessa forma, não há a compreensão de que, implicitamente, seu grupo de influências – representado pela família, amigos e colegas – constrói estereótipos e opiniões de acordo com parte do conteúdo jornalístico divulgado pelos veículos de comunicação.

Como consequência, os jornais e a televisão afirmam sua participação na construção da opinião e de atitudes de forma quase imperceptível do ponto de vista dos respondentes. É o que Katz-Lazarsfeld (1955) chamam de *two-step-flow of communication*. Ou seja, o fluxo de informação a dois níveis é determinado pela mediação que os líderes de opinião exercem entre os meios e outros indivíduos do grupo. Com informações restritas devido ao medo das ameaças, corre-se o risco do consumo de notícias incompletas e deturpadas.

O dilema do terrorismo e na manutenção da liberdade de imprensa é tema que merece aprofundamento. Descobrir o comportamento de outros públicos pode trazer à tona respostas importantes sobre a importância do papel da mídia e do poder que o terrorismo tem em conduzir as opiniões. Para isso, sugerimos, em uma próxima etapa, estudos que permitam a formação de um panorama mais amplo sobre o direito à informação.

REFERÊNCIAS

- ALALI, A. Odasuo; EKE, Kenoye Kelvin. **Media coverage of terrorism**. Newbury Park: Sage Publications, 1991. 148 p.
- ALLAN, Stuart; ZELIZER, Barbie. **Journalism after September 11**. New York: Routledge, 2002. 268 p.
- ANDRADE, Jeferson de. **Um Jornal Assassinado – A última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. 376 p.
- ANDRÉANI, Gilles. The ‘War on Terror’: Good Cause, Wrong Concept. **Survival**, The International Institute for Strategic Studies, v. 46, p. 31-50, winter 2004-2005.
- ANNUAL Survey. Disponível em: <www.rsf.org>. Acesso em: abr. 2006.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978) – O exercício cotidiano da cominação e da resistência: O Estado de São Paulo**. Bauru: Edusc, 1999. 269 p.
- ARBEX JR. José. **Guerra Fria: Terror do Estado, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 1997. 224 p.
- _____. **O Jornalismo Canalha – A promíscua relação entre a mídia e o poder**. São Paulo: Casa Amarela, 2003. 196 p.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 562 p.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 519 p.
- BARBOSA, Ruy. **A Imprensa e o Dever da Verdade (1920)**. São Paulo: Papagaio, 2004. 128 p.
- BAUDRILLARD, Jean. **Power Inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2003. 75 p.
- BOA-NOVAS para o meio jornal. Disponível em: <www.anj.org.br>. Acesso em: dez. 2005.
- BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 1996. 207 p.
- BRANDÃO, Dom Avelar. Liberdade de Imprensa, Humanismo e Cristianismo. In: MELO, José Marques de. **Censura e Liberdade de Imprensa**. São Paulo: COM Arte, 1984. p. 93-99.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento** – De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p.

_____; BRIGGS, Asa. **Uma História Social da Mídia** - De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 377 p.

CAPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e Indústrias Culturais** – no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1989. 126 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 240 p.

CARRUTHER, Susan L. **The media at war**. New York: St Martin's Press, 2000. 320 p.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Liberdade de Informação e o Direito Difuso à Informação Verdadeira**. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. 118 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 618 p.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a Opinião**. Petrópolis: Vozes, 1998. 292 p.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 152 p.

_____. **El Terror como Política Exterior dos Estados Unidos**. 7. ed. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2001. 122 p.

_____. **Poder y Terror** – Reflexiones posteriores al 11/09/2001. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2003. 158 p.

CLASIFICACIÓN Mundial de la libertad de prensa. Disponível em: <www.rsf.org>. Acesso em: abr. 2006.

COOPER, Stephen; KUYPERS, Jim. A embedded versus behind-the-lines reporting on the 2003 Iraq War. In: BERENGER, Ralph D. **Global media go to war**. Spokane: Marquette Books, 2003. p. 161-172.

CRATO, Nuno. **Comunicação Social** – A imprensa. Lisboa: Editorial Presença, 1982. 264 p.

CVIIC, Stephen; GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry (orgs.). **Guerra e Imprensa**. São Paulo: Summus, 2003. 110 p.

DA VIÁ, Sarah Chucid. **Opinião Pública**: Técnica de formação e problemas de controle. São Paulo: Loyola, 1983.

DAVIS, Darren W.; SILVER, Brian D. Civil Liberties vs. Security: Opinion on the Context of the Terrorist Attacks on America. **American Journal of Political Science**, Michigan, v. 48, n. 1, p. 28-46, jan. 2004.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**. Porto Alegre: Sulina, 1987. 64 p.

DORNELES, Carlos. **Deus é Inocente. A Imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2002. 274 p.

EBENSTEIN, William. **Totalitarismo** - Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Bloch, 1967. 98 p.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Imprensa: Os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998. 320 p.

ESCRITORES em Rebelião. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957. 58 p.

FARIA, José Eduardo. **Política e Jornalismo: Em busca da liberdade**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 120 p.

FARIÑAS, J.A. Castro. **De la Libertad de Prensa**. Madrid: Fragua, 1971. 496 p.

FERRI, Antonio Guimarães. Liberdades com Responsabilidade. In: MELO, José Marques de. **Censura e Liberdade de Imprensa**. São Paulo: COM ARTE, 1984. p. 17-19.

FILHO, José Paulo Cavalcanti (org.). **Informação e Poder** – Ampla liberdade de informar x Responsabilidade no exercício dessa liberdade. Recife: Record, 1994. 108 p.

FILHO, Hamilton Almeida. **A Sangue Quente** – A morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. 92 p.

FREEDOM of Expression and Democracy. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: ago. 2005.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 110 p.

GEARSON, John. **The Nature of Modern Terrorism**. Oxford: Political Quarterly Publishing Co., 2002. p. 7-24.

GIBB, Tom. Ecos de uma Outra Guerra. In: GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry (orgs.). **Guerra e Imprensa**. São Paulo: Summus, 2003. 114 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na Comunicação: Do sílex ao silício**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 374 p.

GIROUX, Henry A. **Terrorism and the Fate of Democracy After September 11**. Cultural Studies, v. 2, n. 1, 2002.

GUELKE, Adrian. **The age of Terrorism and the International Political System**. New York: Tauris Publishers, 1995. 230 p.

GUERRA de Irak: El conflicto más asesino para la prensa desde la guerra de Vietnam. 56 periodistas y colaboradores de medios de comunicación muertos, 29 secuestrados. Disponível em: <www.rsf.org>. Acesso: em dez. 2005.

GREENBERG, Bradley S. **Communication and Terrorism** – Public and media responses to 9/11. New Jersey: Hampton Press, 2002. 376 p.

HABERMAS, Jürgen. **História y Crítica de la Opinión Pública (1978)**. 4. ed. Barcelona: GG Mass Media, 1994. 352 p.

HANDLIN, Oscar; HANDLIN, Mary. **As Dimensões da Liberdade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 166p.

HENNESSY, Bernard C. **Public Opinion**. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1970. 422 p.

HOHLFELDT, Antonio; et all. **Teorias da Comunicação** – Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. 278 p.

HUDON, Edward G. **Imprensa e Liberdade**. Rio de Janeiro: Lidador, 1963. 230 p.

INNIS, Harold. **The Bias of Communication**. Toronto: Universidade de Toronto, 1991. 226 p.

JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992. 222 p.

_____. Liberdade de Imprensa no Brasil. In: Melo, José Marques de. **Censura e Liberdade de Imprensa**. São Paulo: COM Arte, 1984, p. 19-26.

JOHNSON, Paul. **Os sete Pecados Mortais do Terrorismo**. Disponível em: <www.midiasemarca.com.br>. Acesso em: 5 ago. 2005. (Texto original publicado em O Estado de São Paulo, São Paulo, 7 out. 1979.)

JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog** – Prisão, tortura e morte no Brasil. São Paulo: Global, 2005. 278 p.

KALDOR, Mary. American power: from ‘compellance’ to cosmopolitanism?. **International Affair** 79, v.1, p. 1-23, 2003.

KAMALIPOUR, Yahya R. Language, media and war: manipulating public perceptions. In: BERENGER, Ralph D. **Global media go to war**. Spokane: Marquette Books, 2003. p. 87.

KARNAL, Leandro. Liberdade e Cidadania nos Estados Unidos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

KATZ, Chaim Samuel. Censura, Violência e Erotismo. In: MELO, José Marques de. **Censura e Liberdade de Imprensa**. São Paulo: COM Arte, 1984. p. 47-58.

- LA BBC APOSTÓ por una transmisión blanca. **El Mercurio**. Santiago, p. C-15, 8 jul. 2005.
- LAGE, Nilson. **Controle da Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 1998. 406 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. p.98-125.
- LIBERDADE em risco. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.20, 3 jul. 2005.
- LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. 2. ed. New York: The Free Press, 1966. 272 p. (Original de 1922).
- LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana**. São Paulo: Zahar Editores. p. 162-201.
- LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. In: Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Original de 1689).
- MARQUES DE MELO, José. **História Social da Imprensa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 186 p.
- MARTHOZ, Jean-Paul. 11 September: Consequences for press freedom. In: **Media violence and terrorism**. Paris: Unesco, 2003. p. 51-68.
- MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1980. 132 p.
- MCCOMBS, M; SHAW D. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. Public Opinion Quaterly, vol. 96, p. 176-187.
- MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg: A formação do homem tipográfico**. São Paulo: Nacional, 1972. 390 p.
- MILTON, John. **Areopagítica**. Miami: FCE, 2000. 104 p.
- NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004. 128 p.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Public opinion and Rationality. In: GLASSER, Theodore. L.; SALMON, Charles T. **Public opinion and the communication of consent**. New York: The Guildfor Press, 1995. 476 p.
- NOÇÕES de Direito para Jornalistas – Guia prático. São Paulo: Tribunal Regional Federal, 3ª região. 2. ed. Porto Alegre, 2003. 290 p.
- NUZZO, Angelica. **Reasons for conflict: political implications of a definition of terrorism**. Metaphilosophy. Malden, v.35. n. 3, abr.2004.
- O IMPÉRIO vulnerável. **Veja**, São Paulo, Abril, v.34, n. 37, p. 48-114, 2001.
- O MUNDO como refém. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 3-28, 12 set. 2001.
- O'MALLEY, Tom. SOLEY, Clive. **Regulating the press**. London: Pluto Press, 2000. 244 p.

- OGIER Thierry. O choque, o espanto e o escriba dos tempos pós-modernos. In: GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry (orgs.) **Guerra e Imprensa**. São Paulo: Summus, 2003. 114 p.
- OSKAMP, Stuart. **Attitudes and Opinion**. New Jersey: Prentice-Hall, 1977. 466 p.
- PARKER, Richard A.; REA, Louis M. **Metodologia de Pesquisa: Do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000. 262 p.
- PEREIRA, Moacir. **Imprensa: Um caminho para a liberdade**. Florianópolis: Lunardelli, 1980. 200 p.
- _____. **Imprensa: Um compromisso com a liberdade**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 118 p.
- PIZARROSO, Alejandro. **La guerra de las mentiras**. Madrid: Eudema, 1991. 358 p.
- POPKIN, Jeremy D. Jornais – A nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução Imprensa: A imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 195-223.
- RAI, Milan. **Iraque – Plano de guerra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 388 p.
- REGO, João. **O regime autoritário de 1964**. Disponível em: <www.torturanucamais.org.br>. Acesso em: 1 ago. 2005.
- RELATÓRIO da liberdade de imprensa 2004. Disponível em: <www.anj.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2005.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social – Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.
- RICHTER, Andrei. **War on terrorism and the freedom of the mass media**. IAMCR, Porto Alegre, jul. 2004.
- ROCHE, Daniel. A Censura e a Indústria Cultural. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução Imprensa – A imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 21-48.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social (1762)**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 336 p.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993. 86 p.
- SILVEIRINHA, Maria João. Opinião Pública. In: ALBINO, Antonio; RUBIM, Carla (orgs.) **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 409-449.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e Militarização das Artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 328 p.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas (1902)**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 210 p. (Original de 1902).

TAVRA, Ignácio. Terrorismo bajo censura. **El Mercurio**, Santiago, p. C-15, 8 jul. 2005.

THRALL, A. Trevor. **War in the media age**. New Jersey: Hampton Press, 2000. 278 p.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A Democracia na América (1835)**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 2v.

_____. **O Antigo Regime a Revolução (1856)**. Brasília: Univ, 1982. 212 p.

ULFSTEIN, Geir. **Terrorism and the use of force**. Security dialogue, v. 34, n.2, jun. 2003.

VIANNA, Lourival. **Imprensa Gaúcha (1827-1852)**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977. 66 p.

WAINBERG, Jacques A. **Casa-Grande e Senzala com Antena Parabólica: A telecomunicação no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 265 p.

_____. **Mídia e Terror: Comunicação e violência política**. São Paulo: Paullus, 2005. 202 p.

WARREN, Chris. Journalism and the war on terrorism. In: **Media – violence and terrorism**. Paris: Unesco, 2003. p. 17-38.

WIMMER, Roger D.; DOMINICK, Joseph R. **Mass Media Research: An introduction**. Washington: Wadsworth Publishing, 2000. 480 p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

WOLFSFELD, Gadi. **Media, protest and political violence – a transactional analysis**. Journalism Monographs, n. 127, jun. 1991.

ANEXO
QUESTIONÁRIO

Estimado entrevistado,

Preciso de sua colaboração! Como aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, estou realizando uma pesquisa junto aos leitores de jornais de Porto Alegre e Região Metropolitana. As informações que você fornecer ao responder as perguntas serão úteis para conhecer as opiniões da comunidade gaúcha sobre a liberdade de imprensa e o direito à informação.

Por favor, preencha o questionário abaixo. Não há respostas corretas ou incorretas, somente suas importantes opiniões. Por favor, responda a todas as questões solicitadas.

Muito obrigado por sua ajuda.

Sinceramente,
Anelise Zanoni Cardoso
Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

1. Idade: _____

2. Profissão: _____

3. Sexo: a.() masculino b.() feminino

4. Grau de instrução: a.() Nunca estudei em escola
b.() Estudei cinco anos ou menos
c.() Estudei entre cinco e onze anos
d.() Ensino Superior incompleto
e.() Ensino Superior completo
f.() Pós-graduação completo (Especialização, Mestrado ou Doutorado)

5. Você mora e vive em qual cidade? _____

6. Que jornal ou jornais você lê regularmente pelo menos duas ou mais vezes por semana?
a.() Correio do Povo b.() Diário Gaúcho c.() O Sul d.() Zero Hora
e.() Jornal do Comércio f.() outro(s). Qual (quais)? _____

7. Por que você lê jornal? Marque tantas respostas quantas necessárias para responder a pergunta.

a.() Para vigiar o meio ambiente e a sociedade
b.() Para ajudar na tomada de minhas decisões diárias
c.() Para ter assunto de conversa com os amigos
d.() Para me divertir e passar o tempo
e.() Para me informar
f.() Outra razão. Indicar: _____

8. Você é jornalista e descobriu um desvio de dinheiro da Previdência Social para a conta de alguns deputados estaduais. Como repórter, você recolheu informações que considera valiosas e com elas escreveu um texto sobre o assunto para publicar em seu jornal. Ao saber da futura publicação, representantes do governo entram em contato com você e solicitam que a reportagem não seja publicada. Afirmam que as evidências coletadas sobre o assunto são fracas e, além disso, os políticos envolvidos são importantes para o governo. Eventual publicação do seu texto pode gerar crise, instabilidade política e até mesmo ameaça de golpe de estado. O que você faz? Marque apenas uma resposta.

- a. aceita a solicitação do governo e não publica a reportagem
- b. remete a solicitação do governo a seu superior evitando assumir a responsabilidade da decisão
- c. não aceita o pedido do governo e publica a matéria

9. Em relação ao trabalho dos jornalistas, qual afirmativa você considera a melhor? Marque apenas uma resposta.

- a. A imprensa deve vigiar o que o governo está fazendo para ajudar a comunidade ter certeza de que não há abuso de poder
- b. Para bem informar a comunidade os jornalistas devem sempre favorecer as informações oficiais, originárias das autoridades e funcionários públicos, pois elas têm mais credibilidade que outras originárias de personagens que não têm a responsabilidade de administrar a sociedade.
- c. A ênfase da imprensa em assuntos negativos e sensacionalistas encoraja a descrença no governo, perturbando o progresso da política em um país.

10. Na cobertura que o jornal que você lê fez da Guerra do Iraque não foram publicadas fotos de soldados e civis mortos. Você lê os textos sobre o conflito, mas não fica muito impressionado. Afinal, nas reportagens não aparecem imagens de cadáveres em decomposição, nem no campo de batalha nem nas ruas das cidades.

- a. Apóio a decisão do jornal, pois a sociedade precisa ser protegida das imagens chocantes da guerra.
- b. Não apoio a decisão do jornal, pois precisamos ter uma idéia real da maldade da guerra.

11. Suponha que você é o diretor responsável de um jornal. Um de seus repórteres será enviado ao Iraque para cobrir a guerra trabalhando ao lado das tropas norte-americanas. Para desfrutar deste privilégio ele terá, no entanto, que se submeter às regras do exército daquele país. Qual sua opinião?

- a. Decido aceitar as normas impostas pelos militares americanos.
- b. Não aceito as normas impostas pelos militares americanos.

12. Imagine que sua cidade tenha sido atacada por terroristas. Morreram 56 pessoas, entre elas 16 crianças que saíam da escola. Todos foram atingidos por um suicida que se explodiu na parada de ônibus onde todos aguardavam condução na hora do almoço. No outro dia o jornal da cidade anuncia em grande destaque que irá publicar entrevista exclusiva com os responsáveis pelo atentado. Ao saber disso, as autoridades solicitam que a referida entrevista não seja publicada. Argumentam que os terroristas querem agora criar ainda mais pânico e que o jornal estaria ajudando os inimigos nos seus objetivos de vencer a guerra psicológica ampliando o alarme e o medo público e dando a impressão que o governo está perdido e sem saber o que fazer. Marque apenas uma resposta.

- a. () O jornal deve ignorar a solicitação do governo e publicar a entrevista.
- b. () O jornal deve aceitar o pedido do governo e não publicar a entrevista.

13. A publicação de uma reportagem sobre corrupção abalará seriamente a imagem pública de um de seus principais anunciantes, uma empresa nacional privada de grande expressão.

- a. () Você publica toda a reportagem de uma só vez mesmo sabendo que perderá os anúncios da empresa que representam 50% de suas receitas.
- b. () Posterga a publicação da reportagem, dá mais espaço para a empresa se pronunciar, e decide divulgar aos poucos tudo o que você sabe tentando assim preservar a renda que você tem com a publicação dos anúncios desta empresa.

14. Você é jornalista e recebeu a denúncia de que a família de um empresário foi vítima de um seqüestro relâmpago. Na delegacia você descobre que os seqüestradores ameaçaram as vítimas caso algum texto sobre o assunto fosse publicado no jornal. A polícia, no entanto, já dispunha da foto dos seqüestradores e a publicação da mesma ajudaria na prisão dos autores do crime. O que você faz?

- a. () Não publica a notícia com a foto dos seqüestradores.
- b. () Publica a notícia com a foto dos seqüestradores.

15. Tenho que tomar importante decisão. O que levo em conta? Liste de 1 a 5 as alternativas abaixo, sendo 1 a alternativa mais importante para mim e o número 5 a menos importante.

- a. () A opinião de minha família
- b. () A opinião de meus amigos
- c. () A opinião de meus colegas de trabalho
- d. () O que leio nos jornais
- e. () O que vejo na televisão

16. O que é mais importante para você? Enumere de 1 a 5 os itens abaixo. Considere que o número 1 é o mais importante item de sua seleção, e o número 5 o menos importante.

- a. () Sair para passear com minha família com tranquilidade.
- b. () Ser bem informado sobre o que ocorre na sociedade.
- c. () Decidir o que fazer sem coerção de qualquer espécie
- d. () Enfrentar desafios para atingir metas desejadas
- e. () Ajudar espontaneamente as pessoas